

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DOUTORADO**

***ATRÁS DAS GRADES: REDES SOCIAIS, HABITUS E  
INTERAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA CARCERÁRIO DO RN***

**THADEU DE SOUSA BRANDÃO**

**NATAL-RN  
SETEMBRO 2011**

**THADEU DE SOUSA BRANDÃO**

***ATRÁS DAS GRADES: REDES SOCIAIS, HABITUS E  
INTERAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA CARCERÁRIO DO RN***

Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título em Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior

**NATAL-RN  
SETEMBRO 2011**

B817a Brandão, Thadeu de Sousa.

Atrás das grades: redes sociais, habitus e interação social no sistema carcerário do RN/ Thadeu de Sousa Brandão, 2011.

184f.; il.

Tese de conclusão de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Bibliografia: f. 177 - 187

1. Sistema penitenciário 2. Interação social 3. Redes sociais 4. Penitenciária de Alcaçuz – Rio Grande do Norte. I. Lopes Jr., Edmilson (orientador). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior  
(Orientador – UFRN)

---

Profa. Dra. Irene Alves de Paiva  
(Titular – UFRN)

---

Prof. Dra. Inete Porpino de Paiva  
(Titular – UFRN)

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Nascimento de Andrade  
(Titular - Externo – UERN)

---

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva  
(Titular - Externo – UFCG)

Para Sheyla e Thadeuzinho,  
que a todo tempo lembram-me  
quão feliz é minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Após quase cinco anos de labuta, entrecortada de muito trabalho, concluo esta tese e com ela, meu doutorado em Ciências Sociais. Isto, de certa maneira, finaliza todo um ciclo e, mais do que um rito de passagem, marca toda a minha trajetória desde o dia em que me tornei aluno do Curso de Ciências Sociais da UFRN e me decidi, com toda convicção, a me tornar sociólogo. Recebi a crítica, a zombaria e o escárnio de muitos, até de minha família, para quem graduações só seriam válidas se passassem pelos tradicionais direito ou medicina.

Segui meu caminho. Minha paixão pela investigação social e pela docência me traz até aqui. Nestes quase cinco anos de doutorado, fui financiado pelo suor do meu rosto, ministrando uma média de 40 horas semanais, somente de aulas expositivas, exaustivamente, como é característico do universo das instituições privadas de nosso Brasil. Neste período, passei por grandes percalços. Mas obtive conquistas que jamais sonharia em conseguir, como o nascimento de meu garoto, Thadeu Filho. Essa criatura encheu minha vida de alegria e de amor e vem tornando-me um ser humano melhor a cada dia.

Chegou agora a hora de agradecer.

A Deus, que sempre olhou com carinho para seu filho rebelde e indisciplinado. Obrigado por me conduzir em teus braços quando já me faltavam forças para caminhar.

A minha esposa e companheira desta jornada, Sheyla. Incentivadora, guerreira. Tantas vezes, quando eu atolado de trabalho em minha docência e minhas mais de 40 horas semanais pensava em desistir, segurou-me pelos braços e me sustentou. Obrigado meu amor.

Ao meu orientador, Edmilson Lopes Júnior. *Valeu Cara!* Sem você nada disso teria sido possível. Tive um professor, um amigo e um pai nesse sertanejo tão amante da vida. Encontrei também um exemplo de análise sólida e engajada. Quando mais precisei, ele estava ao meu lado. O que dizer mais? Digo pois tudo: obrigado, esta tese leva sua marca e sua confiança em mim.

Ao meu primo e colega de docência Jean Henrique Costa. Desde sua entrada no mundo das Ciências Sociais, tem sido um grande parceiro nas discussões e lidas acadêmicas. Pela cumplicidade, leituras, discussões e, é claro, momentos de troca

de idéias. Jornadas solitárias são duras, mas essa foi abrandada pela sua presença fiel. Sua crítica sociológica se afina e, como um bom vinho, fica cada vez melhor com o tempo.

Aos meus apoiadores neste processo, em especial à professora Irene Paiva, minha primeira professora nas Ciências Sociais. Pela sua torcida, apoio silencioso e carinho, meu muito obrigado.

Aos membros da banca e, em nome de todos, em especial ao professor Vanderlan Silva pela leitura do texto da qualificação e pela sua enorme contribuição. Os acréscimos ou decréscimos foram escolha minha, mas suas indicações e sugestões tornaram este trabalho melhor.

Aos valorosos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Otânio e Jefferson, pela dedicação, disponibilidade e bom trabalho.

Aos apenados de Alcaçuz, pela disponibilidade, confiança e afeto com que tantas vezes me receberam. Ao abrirem suas vidas a mim e seu cotidiano prisional, possibilitaram o constructo deste trabalho.

Aos agentes penitenciários, aos membros da administração e aos guardas de Alcaçuz, especialmente a Clísber, meu aluno do Curso de Direito da Faculdade Câmara Cascudo. Em momentos cruciais quando precisei adentrar no presídio seu intermédio foi fundamental.

Aos meus colegas de trabalho, em especial e representando todos os demais, a Djamiro Acipreste, marxista valente e persistente, coordenador do Curso de Direito da Faculdade Câmara Cascudo, que me proporcionou um alívio financeiro e de disponibilidade nesta reta final. Pela amizade e pelo apoio, obrigado.

Enfim, a todos que, de certa maneira, direta ou indiretamente contribuíram com sugestões, dicas, leituras e críticas para a construção deste trabalho. Nesta longa jornada que é a feitura de uma tese de doutorado, cada apoio foi significativo e valioso.

A glória é tanto mais tardia  
quanto mais duradoura há de  
ser, porque todo fruto delicioso  
amadurece lentamente.

Arthur Schopenhauer



## RESUMO

A presente tese procura discutir e compreender os diversos tipos de redes sociais e as formas de interação social presentes no sistema prisional do Rio Grande do Norte. Nossa problemática pautou-se no aumento significativo das taxas de encarceramento e de aprisionamento no Brasil e no mundo nos últimos dez anos. Também o surgimento de organizações criminosas que passaram, em certa medida, a controlar as prisões brasileiras, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), reflexo direto das péssimas condições das prisões brasileiras e do aumento da violência e criminalidade em nosso país. Para dar conta do problema, optou-se por utilizar as categorias analíticas de Michel Foucault (prisão e disciplina), Pierre Bourdieu (Habitus e Campo), Erving Goffman (Instituição Total, Interação, Fachada e Equipe) e de Mark Granovetter, Ricardo Abramovay e João Peixoto, entre outros, da Nova Sociologia Econômica (Redes, Nós e Laços) como principal suporte. Construiu-se também uma recapitulação histórica da prisão no Brasil e no Rio Grande do Norte até chegar ao nosso objeto. Este, em termos de pesquisa, qualitativa, mergulhou no universo da Penitenciária Dr. Francisco Nogueira Fernandes, conhecida como Penitenciária de Alcaçuz, localizada no município de Nísia Floresta, Rio Grande do Norte. Principal penitenciária do estado, Alcaçuz abriga seiscentos e quarenta e três apenados, divididos em cinco pavilhões, perfazendo o total de cento e quarenta e sete celas. Utilizando observação sistemática e entrevistas qualitativas semi-estruturadas como principais fontes de coleta de informações, buscou-se dar conta deste universo tão pouco analisado pelas Ciências Sociais. Percebemos que, indo ao encontro do cenário nacional, Alcaçuz descumpra flagrantemente o que está preconizado na Constituição Federal de 1988 e na LEP (Lei de Execuções Penais), desrespeitando os direitos dos indivíduos a um cumprimento de pena com um mínimo de dignidade. Mostrou-se que os indivíduos que perpassam pelo universo prisional advêm de um ambiente de sociabilidade violenta, sendo também possuidores de um habitus precarizado. A prisão, sendo espaço disciplinar e de um tipo específico de interação social marcado pelo controle, contribui para o aprofundamento desses habitus, mas mostrando que a mesma constitui-se também não como um espaço fechado em absoluto, mas um lugar onde perpassam redes e dinâmicas sociais próprias. Ao mesmo tempo, constatou-se que mais do que a presença de “grupos organizados” a prisão é espaço de interação social e de redes sociais que passam por dentro e fora de seu espaço.

Palavras Chave: Sistema Penitenciário – Interação Social – Redes Sociais – Penitenciária de Alcaçuz

## RESUMEN

Esta tesis trata de discutir y entender los diversos tipos de redes sociales y formas de interacción social presentes en el sistema penitenciario de Rio Grande do Norte. Nuestro problema se basa en un incremento significativo en las tasas de encarcelamiento y la prisión en Brasil y el mundo en los últimos diez años. Asimismo, la aparición del crimen organizado ya, en cierta medida, el control de las prisiones brasileñas, como el Comando Vermelho (CV) y el Primeiro Comando da Capital (PCC), una consecuencia directa de las terribles condiciones de las prisiones de Brasil y aumento de la violencia y el crimen en nuestro país. Para resolver el problema, se optó por utilizar las categorías de análisis de Michel Foucault (prisión y la disciplina), Pierre Bourdieu (habitus y campo), Erving Goffman (institución total, de interacción, de fachada y de equipo) y Mark Granovetter, Ricardo Abramovay e João Peixoto, entre otros, la nueva sociología económica (Redes, nodos y lazos) como principal apoyo. También construyó una revisión histórica de la cárcel en Brasil y Rio Grande do Norte hasta llegar al objeto. Esto, en términos de investigación cualitativa, se sumergió en el mundo de las prisiones Dr. Francisco Nogueira Fernandes, conocido como Penitenciario de Alcaçuz, ubicado en el municipio de Nísia Bosque, Rio Grande do Norte. Penitenciaría del Estado de origen, las casas de Alcaçuz seiscientos cuarenta y tres reclusos, divididos en cinco pabellones, un total de ciento cuarenta y siete células. Mediante la observación sistemática y la entrevista cualitativa s semi-estructurada como las principales fuentes de recopilación de datos, hemos tratado de explicar el universo que acabamos de analizar por las Ciencias Sociales. Nos dimos cuenta de que, para cumplir con la escena nacional, regaliz viola de manera flagrante lo que se denomina en la Constitución de 1988 y LEP (Ley de Ejecución Penal), sin tener en cuenta los derechos de los individuos a una porción de una oración con un mínimo de dignidad. Se ha demostrado que las personas que permean el universo proviene de un ambiente de la prisión, la sociabilidad violenta, sedo también tienen un habitus precario. La prisión, espacio disciplinario y un tipo específico de interacción social marcada por el control, contribuye a la profundización de habitus, pero que muestra que no es también como un espacio cerrado en absoluto, sino un lugar donde penetran las redes y dinámicas muy social. Al mismo tiempo, se encontró que más de la presencia de "grupos organizados" es el espacio en las cárceles para la interacción social y las redes sociales que pasan dentro y fuera de su espacio.

Palabras clave: Prisiones - Interacción Social - Redes Sociales – Penitenciario Alcaçuz

## SUMMARY

This thesis seeks to discuss and understand the various types of social networks and forms of social interaction present in the prison system of Rio Grande do Norte. Our problem was based in significant increase in rates of incarceration and imprisonment in Brazil and the world in the last ten years. Also the emergence of organized crime now, to some extent, control the Brazilian prisons, as the Comando Vermelho (CV) and the Primeiro Comando da Capital (PCC), a direct consequence of the terrible conditions of Brazilian prisons and increased violence and crime in our country. To handle the problem, we chose to use the analytical categories of Michel Foucault (prison and discipline), Pierre Bourdieu (Habitus and Field), Erving Goffman (Total Institution, Interaction, Facade and Team) and Mark Granovetter, Ricardo Abramovay e João Peixoto, among others, the New Economic Sociology (Networks, Nodes and ties) as main support. It also built a historical review of prison in Brazil and Rio Grande do Norte until you reach the object. This, in terms of research, qualitative, plunged into the world of Prisons Dr. Francisco Nogueira Fernandes, known as Alcaçuz Penitentiary, located in the municipality of Nísia Foresta, Rio Grande do Norte. Home State Penitentiary, Alcaçuz houses six hundred forty-three inmates, divided into five pavilions, totaling one hundred forty-seven cells. Using systematic observation and interview s qualitative semi-structured as the main sources of data collection, we sought to account for the universe that just analyzed by the Social Sciences. We realized that, to meet the national scene, Licorice flagrantly violates what is called for in the Constitution of 1988 and LEP (Law of Penal Execution), disregarding the rights of individuals to one serving a sentence with a minimum of dignity. It has been shown that individuals who permeate the universe come from a prison environment, violent sociability, sedo also hold a precarious habitus. The prison, disciplinary space and a specific type of social interaction marked by control, contributes to the deepening of habitus, but showing that it is also not as an enclosed space at all, but a place where permeate networks and dynamic very social. At the same time, it was found that more than the presence of "organized groups" is the prison space for social interaction and social networks that pass in and out of your space.

Keywords: Prisons - Social Interaction - Social Networking - Alcaçuz Penitentiary

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01</b> – Dados Consolidados do Apenados no Brasil _____	24
<b>TABELA 02</b> – Dados Consolidados do Apenados no RN (Custodiados) _____	24
<b>TABELA 03</b> – Número de presos no RN no período de 2004 a 2010 _____	25
<b>TABELA 04</b> – Apenados Entrevistados com uso do gravador _____	35
<b>TABELA 05</b> – Unidades Penitenciárias do Rio Grande do Norte _____	58
<b>TABELA 06</b> – Total de Presos e Agentes _____	60
<b>TABELA 07</b> – Quantidade de Presos por Pavilhão em Alcaçuz _____	61

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 SISTEMA PRISIONAL</b>	<b>39</b>
2.1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	40
2.2 O SISTEMA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE E A PENITENCIÁRIA DE ALCAÇUZ	55
<b>3 HABITUS PRECÁRIO E SOCIABILIDADE VIOLENTA</b>	<b>64</b>
3.1 O HABITUS NUMA ECONOMIA SIMBÓLICA	65
3.2 HABITUS PRECARIO E VIOLENCIA	73
<b>4 DISCIPLINA E INTERAÇÃO SOCIAL EM ALCAÇUZ</b>	<b>89</b>
4.1 PRISÃO COMO ESPAÇO DE PODER E DISCIPLINA	90
4.2 PRISÃO COMO ESPAÇO SOCIAL	107
<b>5 REDES SOCIAIS E SISTEMA PRISIONAL</b>	<b>141</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>168</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	<b>173</b>
<b>ANEXOS</b>	

## **1 INTRODUÇÃO**

Aqui está um homem que vai se consumindo no presídio, da mesma forma que se extingue a luz de uma vela; e lá está outro que jamais pudera imaginar que a vida no presídio fosse assim tão agradável, uma alegre reunião de espíritos divertidos; existem também desses tipos na face da Terra.

(Recordações das Casas dos Mortos - Fiódor Dostoiévski)

As prisões sempre foram pensadas como entidades e instituições pré-recortadas, ou seja, entes coerentes por si só. Muitas vezes foram percebidas como que distanciadas das várias esferas do social, funcionando num vácuo sociológico. Importa pensar a prisão não apenas como um mundo à parte, mas integrado, de certa maneira à sociedade a qual ela pertence.

Na literatura, temos alguns exemplos fundamentais na discussão da prisão e do cárcere, notadamente a obra de Dostoiévski “Recordações da casa dos mortos”, num nível mundial, e “Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos a nível nacional. Tanto em um, quanto em outro, descortina-se um universo disciplinar, cheio de interações e de personagens que caracterizam, muitas vezes, aquele espaço. Verdadeira morada dos mortos-vivos como caracterizou o escritor russo. Ou, como lembrou Graciliano Ramos: “mundo horrível de treva e morte” (1981, p. 35).

Dostoiévski, em meados do século XIX, apresenta a prisão como mundo regido por normas, “disciplinas, horários específicos; uma casa para mortos vivos; uma vida à margem e homens de vivência muito diferentes” (2006, p. 19). Ele aponta a falta de privacidade, as brigas, os conchavos, os grupinhos, a ociosidade e a tendência dos presídios de reproduzir a criminalidade e o comércio interno como elementos gerais, sempre presentes. Mesmo para os dias atuais, o escritor russo e suas memórias são impressionantemente contemporâneos. Muitos desses elementos que Dostoiévski vivenciou e descreveu foram vistos em nossa pesquisa. Com outras cores e contextos, obviamente, mas tendo em vista que a casa dos mortos vivos, em muitos aspectos, pouco mudou.

Busca-se aqui, romper com o paradigma que compreende a prisão como instituição social isolada. A prisão não mais pensada enquanto unidade fechada e separada do mundo social, mas integrada a ele. Nesta perspectiva, voltamo-nos para a teoria das redes sociais. Pensar as relações sociais que se desenvolvem no espaço prisional, mas também aquelas que as ultrapassam, bem como aquelas que as antecedem.

Em geral, os trabalhos na área apontam para redes de parentesco e de vizinhança que se transpõem do mundo exterior para a prisão, assim como redes que se formam dentro da própria prisão. É em busca deste universo que iniciamos

este trabalho.

Daí que, ao considerarmos a influência dos padrões de relação sobre as situações sociais, afastamo-nos tanto de análises estruturalistas e holistas quanto de perspectivas individualistas e atomistas. A análise de redes nos permite adotar uma visão relacional, embora não neguemos a importância das condições econômicas objetivas e nem das estratégias e comportamentos individuais. Nosso intento é superar a velha dicotomia entre estrutura e ação que marca a maior parte das interpretações sobre a temática.

O Sistema Prisional e Carcerário Brasileiro, originário do século XIX, é fruto das influências das teorias criminalistas surgidas nesta época configurou-se na perspectiva mundialmente dominante de ver o crime como uma “doença”, o criminoso como um “doente”, a pena como um “remédio” e a prisão como um “hospital” (CARVALHO FILHO, 2002, p. 35-40), visão esta considerada humanitária, que se confrontava com as práticas penais anteriores as quais se pautavam no suplício como forma penal e castigo (FOUCAULT, 1995).

No mundo Ocidental e capitalista, as primeiras penitenciárias modernas vão surgir nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX. Os dois modelos principais eram o do *solitary confinement*, onde os presos eram vigiados 24 horas por dia, separados num sistema celular, absolutamente afastados do mundo exterior e também uns dos outros; e o *silent system*, onde os apenados eram submetidos ao isolamento celular noturno, com trabalho no período diurno e onde faziam refeições em comum. Tanto um quanto outro se inspiravam num “panoptismo” absoluto: vigilância permanente e total (CARVALHO FILHO, 2002, p. 24-25).

Aqui, uma vez instituído, faltavam estruturas físicas e organizacionais para dar conta da questão da população carcerária brasileira. Já naquela época, fins do século XIX e início do século XX, segundo Luís Francisco Carvalho Filho, “consolidou-se o sentimento de que o país não tratava adequadamente seus prisioneiros”, onde este sistema, cheio de problemas estruturais, já era visto como ineficiente e desumano (2002, p. 40).

Ao longo do século XX, no decorrer de boa parte de nossa história republicana, o sistema penitenciário brasileiro foi se consolidando principalmente à



reboque dos regimes ditatoriais que, volta e meia, inflavam a população carcerária. Com projetos de grandes complexos penais, o sistema foi se instaurando, principalmente nas grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas (1970 a 2010) – marcadas por significativas mudanças estruturais (econômicas, sociais e políticas), que terminaram por afetar a ação e composição do Estado Moderno como um todo (GIDDENS, 2004, p. 198), mas principalmente o Estado brasileiro – a sociedade brasileira vem assistindo a uma escalada constante de revoltas e rebeliões cujo epicentro são os presídios e cadeias que não mais dão conta de seu papel atribuído pelo Estado e por essa mesma sociedade.

O Brasil vivencia, nos dias atuais, uma verdadeira guerra em suas ruas. Pensando o conceito de guerra a partir do número de mortes violentas, verificamos uma das maiores catástrofes humanas da história, maior que a soma de perdas de vidas humanas em muitas guerras. Temos aqui um tipo de sociedade com um considerável número do que Soares, Miranda e Borges denominaram de vítimas ocultas de violência grave ou letal, causando na população um verdadeiro medo crônico. Pois,

os brasileiros vivem com medo, talvez tanto quanto as populações que estão localizadas em áreas assoladas *com frequência* por terremotos e erupções, furacões, tornados e tsunamis. Porém, trata-se de uma forma mais generalizada e diluída (SOARES ET AL, 2006, p. 53).

Vivencia-se no Brasil um sentimento socializado de medo, aliado a um sentimento de insegurança cotidiana cada vez mais presente. Devido a isso, temos o surgimento de “novas formas de sociabilidade e novos padrões de percepções que refletem valores, hábitos e comportamentos típicos de uma sociedade marcada pelo individualismo e pela desconfiança mútua” (SOARES ET AL, 2006, p. 67). Esse sentimento de insegurança liga-se também ao crescimento do tráfico de drogas e do tráfico ilegal de armas (BRITO, BARP, 2005).

A filósofa Hannah Arendt aponta que o desenvolvimento tecnológico dos implementos da violência chegou a um ponto em que nenhum objetivo político pode corresponder ao seu potencial de destruição ou mesmo, justificar seu uso em um conflito. A guerra perdeu seu fascínio. A referência à capacidade humana de se autodestruir com suas armas nucleares é nítida. Isso aponta, na visão de Arendt, a noção de que a violência sempre necessita de “implementos”, afinal, a “substância da ação violenta é regida pela categoria meio-fim”. A violência, em geral, é meio e nunca fim (ARENDR, 2010, p. 18).

Ligada a uma lógica de meios-fins, a violência liga-se à força enquanto técnicas de controle social e persuasão. Como bem resumiu Arendt: “A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos” (2010, p. 58).

Pensar a violência é dar conta de algumas categorias que a constituem ou com ela se relacionam. Primeiramente temos o poder. Poder é uma habilidade humana para agir em concerto. Pertence a um grupo enquanto este permanece unido. Não é algo individual, mas coletivo. Ligado ao poder existe o vigor. Este “é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter” (ARENDR, 2010, p. 61-62). Outro elemento é a força: ligada à violência por indicar energias liberadas, físicas ou sociais. Já a autoridade pode ser investida em pessoas ou em cargos. Caracteriza-se pelo “reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (IDEM, p. 61-62).

Isto posto, a violência se distinguiria de todos esses outros fenômenos pela sua instrumentalidade. Aproxima-se do vigor exatamente por ser uma ferramenta que visa aumentá-lo. Mas, o mais comum é a aproximação entre a violência e o poder, mas não significa que sejam a mesma coisa. Se poder e autoridade, numa perspectiva weberiana, se entrelaçam, a autoridade pode usar da violência como instrumento, mas apenas quando a estrutura de poder está intacta.

Violência não é algo bestial ou irracional. Deve ser pensada como uma categoria social. O homem, mesmo submetido a condições extremas de desumanização, como campos de concentração nazistas ou gulags, não se torna

semelhante a animais. O uso da violência, tal qual realizado, é feito humano, sempre (ARENDR, 2010).

O uso da violência, para ser eficiente, necessita de organizações e de grupos. Homens sós não possuem poder suficiente para usar a violência com algum sucesso. Por isso que “a violência funciona como o último recurso do poder contra criminosos ou rebeldes”, isto é, contra indivíduos que se recusam a “ser subjugados pelo consenso da maioria” (ARENDR, 2010, p. 68).

Assim, é o poder a essência da autoridade e do governo, e não a violência. Esta, em sua natureza instrumental depende da orientação e da justificação pela finalidade que se almeja. O poder, como lembrou Max Weber (1996), necessita apenas de legitimidade. A violência nos lembra Arendt (2010, p. 69), “pode até ser justificável, mas nunca será legítima”. Governos pelo seu monopólio da violência utilizam esta para dominar. Mas como instrumento (meio), nunca como fim.

Daí que,

a violência não depende de números ou de opiniões, mas de implementos, e, (...) os implementos da violência, como todas as ferramentas, amplificam e multiplicam o vigor humano. Aqueles que se opõem à violência com o mero poder rapidamente descobrirão que não são confrontados por homens, mas pelos artefatos humanos cuja desumanidade e eficácia destrutiva aumentam na proporção da distância que separa os oponentes (ARENDR, 2010, p. 70).

Roger Doudon (1998) propõe a definição de “homo violens”, pois, para ele, a violência é uma característica constitutiva do ser do homem. Aponta a hipótese de uma função estruturante essencial da violência, pois, não há qualquer aspecto da realidade humana que não esteja a ela associado. A estrutura do homo violens aponta para a agressão e revela que o homem é um “ser contra”. Não apenas toda violência é do outro, mas, também o outro é violência, pelo simples fato de ser outro, pelo simples fato de ele ser, existir. Portanto, o outro inflige uma dupla violência: a da alteridade como tal e a da alteridade que tenta identificar a si, soterrando a identidade.

Segundo Michel Wieviorka a violência não é a mesma de um período a outro, por isso, as transformações ocorridas a partir dos anos 1960 e 1970, são tão significativas que elas justificariam explorar a idéia “de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo” (1997, p. 05). Esse novo paradigma se pauta na compreensão da violência como não apenas um conjunto de práticas objetivas, mas também “uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos” (IDEM, p. 07).

Daí que a violência tenha mudado, também, pois se percebe esta não mais o fenômeno que se apresentaria de mais concreto, ou seja, de mais objetivo, mas as percepções que sobre ele circulam, nas representações sociais que o descrevem. No mesmo sentido, a violência, na medida em que se inscreveria no prolongamento de problemas sociais considerados clássicos, ou que não questionam as modalidades mais fundamentais da dominação, pode ser suscetível de ser negada ou banalizada (GUIDDENS, 2001).

A globalização ou mundialização é um fenômeno que contribuiu para a mudança de paradigma acerca da violência hoje. A violência se alimenta, ao menos indiretamente, das desigualdades e da exclusão social que se reforçam com o mercado global e seus elementos: a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio. Ao mesmo tempo é sensível às mudanças que tornam, de certa maneira, a troca mais “importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento” (WIEVIORKA, 1997, p. 17). Da mesma forma, a violência chega a se inscrever no prolongamento da fragmentação cultural que a mundialização da economia encoraja. Ela não contribui apenas para homogeneizar culturalmente o planeta. Possui o efeito de estimular processos reativos defensivos e identitários. Verdadeiras fraturas sociais e culturais sentidas em todo o mundo como fenômenos “naturais”. Principalmente no interior das sociedades mais modernas, onde se presencia “a miséria, a exclusão, e as formas de discriminação social e racial que caminham geralmente junto” (IDEM, p. 17).

Um outro elemento que ajuda a compreender o fenômeno da violência é a questão do individualismo. Segundo Wieviorka, o indivíduo moderno deseja participar da modernidade, e de seus atrativos “através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado”. Tudo isso como consumidor. Outrossim, o indivíduo quer ser plenamente reconhecido como sujeito, construir sua existência própria (1997, p. 23). Esses aspectos estão ligados à violência na medida em que o ator de muitas violências instrumentais deseja dinheiro para consumir, comprar. De outro lado, a violência pode assumir uma feição extrema, relacionada com um desejo de ascender aos louros da modernidade.

Neste ínterim, existe uma percepção de que os indivíduos vivenciam cada vez mais uma consciência maior dos "riscos" ou das "violências" que os ameaçariam, e, no geral, percebem o crescimento dessas representações, com um conhecimento menor dos casos "reais" de violência. Daí que, segundo Martuccelli,

o indivíduo se sente "exposto" a "novos" perigos que não são concebidos como simples fruto de uma distorção da modernidade, mas, ao contrário, são o próprio resultado de sua realização. Na modernidade, há riscos constantes ligados a efeitos colaterais impossíveis de serem eliminados. O indivíduo sente-se ameaçado por riscos econômicos (quedas das bolsas, inflação, desemprego), tecnológicos (centrais nucleares), sanitários (novas doenças). O risco torna-se consubstancial à modernidade. E a incapacidade de controlá-lo no seio de sociedades em plena mutação organizacional, sem ter mais à sua disposição mecanismos para conjurá-lo (...), é suscetível de levar a um aumento generalizado do sentimento de insegurança (1999, p. 160).

O autor mostra ainda que, de um lado, a violência aparece como sendo puramente negativa e sob a forma de riscos que a sociedade se mostra incapaz de controlar. De outro lado, a violência aparece como algo “ilegível”, incapaz de ser compreendida socialmente. Condição da modernidade, segundo o mesmo. Se existe um sentido da violência (numa era marcada pela falta de sentido, na perspectiva weberiana), o sentido da violência deve ser investigado menos no interior da subjetividade do ator, e certamente mais a partir do referencial das redes sociais e

das coações materiais onde o indivíduo está inserido. “A violência nesse quadro é sempre o outro nome para designar a desigualdade na falta de ligação social” (MARTUCCELLI, 1999, p. 172).

Essa perspectiva nos remete a Sérgio Adorno (1998), ao mostrar que os conflitos contemporâneos deixaram de gravitar, ao contrário daqueles do século XIX e início do século XX, em torno da distribuição escassa de recursos dentro de limites aceitos, para passarem a gravitar em torno do contrato, ou seja, das lutas onde o objetivo é a lei e a ordem. O ponto central é a maior ou menor capacidade de diferentes grupos sociais influenciarem as estruturas normativas da sociedade. “Em outras palavras, lutas em torno da desigualdade de poder e de autoridade”. Aponta que as lutas em torno do contrato são concomitantes a um processo reverso, qual seja, caminharíamos para a anomia, ou seja, “para a erosão da lei e da ordem, cujo principal indicador é a atual incapacidade do Estado de cuidar da segurança dos cidadãos e de proteger-lhes os bens” (ADORNO, 1998, p. 22-23).

Adorno aponta que, mais do que uma suposta liberação dos indivíduos dos liames e controles sociais, o que parece estar no centro das grandes transformações da ordem nos últimos anos é o modo como os indivíduos governam a si e aos outros. As formas mais explosivas de litigiosidade, nos diferentes campos da existência social, “não se acomodam às fórmulas e parâmetros ditados pela ‘institucionalização’ ou ‘democratização’ dos conflitos na sociedade industrial”. Daí que, o problema não residiria em uma pretensa erosão da lei e da ordem, mas sendo um efeito na

inadequação dos controles sociais tradicionais e convencionais à ‘sociedade de risco’, modo como se pode qualificar as sociedades contemporâneas. Por isso, é preciso repensar o estatuto do controle social na contemporaneidade (ADORNO, 1998, p. 39-40).

A sociedade brasileira vivencia uma realidade onde “os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permaneceram os mesmos de quatro décadas” (ADORNO, 2002, p. 87-88) anteriores. Ao mesmo tempo, a

desigualdade de acesso à justiça e à direitos fundamentais tornou-se mais grave, na mesma proporção em que a sociedade foi se tornando mais densa e mais complexa.

Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Neste contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. Em especial, a emergência do narcotráfico, promovendo a desorganização das formas tradicionais de sociabilidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, tem grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva (ADORNO, 2002, p. 87-88).

Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer consistentes relações entre certa persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza e da renda, da concentração de uma precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência, principalmente no que se referem ao aumento de homicídios (ADORNO, 2002, p. 112) (MINAYO, 1994). Outros autores, porém, apontam que nos crimes contra a vida, a associação entre pobreza e violência pode ser questionada, sendo muito mais relacionada ao modelo de combate ao tráfico e à criminalidade<sup>1</sup> (ZALUAR, NORONHA, ALBUQUERQUE, 1994).

Outros elementos que agravariam a violência, principalmente por ser esta eminentemente *masculina*, seriam também, além desses riscos reais e concretos que são constituídos por fatores externos de um ambiente sociocultural perversos, como mostrados anteriormente, são potencializados por uma socialização ainda extremamente tradicional que continua a constituir “subjetividades e identidades masculinas calcadas em símbolos e relações de força e de agressividade” (SOUZA, 2005, p. 68). Essa violência, pautada em sentimentos de ódio e vingança compartilhados pelos homens na rivalidade violenta, parte das “formas

---

<sup>1</sup> Percebe-se também a efetivação de novos padrões de sociabilidade pautados pelo medo da violência e de suas conseqüências. Aquilo que Baierl (2004) denominou de “medo social”.

contemporâneas do etos da virilidade, configurado a partir da violência e do uso das armas de fogo no tráfico de drogas e de armas” (IDEM, p. 68).

Daí que, no exposto acima, o sistema prisional brasileiro e suas mazelas contribuem significativamente para o agravamento do problema da violência. Afinal, ao ingressar no sistema penitenciário, o preso deve adaptar-se, rapidamente, às regras da prisão. Seu aprendizado, nesse universo, é estimulado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito no grupo. Portanto, longe de ser ressocializado para a chamada "vida livre" (conforme o axioma jurídico), termina sendo, na verdade, socializado para viver na prisão. As regras de funcionamento da prisão são impostas ao preso com rigor e coerção. Este, por sua vez, também dispõe de um conjunto de regras que tem vigência entre seus pares e é aplicado por alguns sobre os demais (dominantes sobre dominados – fortes sobre os fracos) (CECCHETTO, 2004).

A própria identidade anterior do apenado é indicativa de um processo de exclusão social ao qual este está condenado desde o seu nascimento. No Brasil, o preso (condenado ou não) é oriundo das camadas mais baixas e vitimizadas pelo Estado e Sociedade. Conforme dados do DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional (2011), órgão do Ministério da Justiça responsável pela gestão nacional do Sistema Penitenciário brasileiro<sup>2</sup>, o perfil social do preso no Brasil nos mostra claramente isso, ou seja, a maior parcela dos encarcerados (81%) são analfabetos, semi-analfabetos ou possuidores apenas do diploma do ensino fundamental. Apenas 1% eram possuidores de diplomas de nível superior; já segundo a cor de pele/raça, a maior parte dos presos (65%) são negros e pardos. Cerca de 44% da população carcerária (tomando São Paulo como exemplo) não possuíam profissões definidas, sobrevivendo de subempregos ou “bicos”, e 42% estavam desempregados.

---

<sup>2</sup> Apesar da oficialidade dos dados esboçados aqui, é de salutar importância advertir que a maioria dos pesquisadores da área consideram esses números precários, abrangentes demais e pouco conclusivos.



**TABELA 01 – Dados Consolidados do Apenados no Brasil**

<b>Presos</b>	<b>Brasil</b>	<b>RN</b>
<b>Total</b>	496.251	6.123 <sup>3</sup>

FONTE: DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL/2011 – DADOS CONSOLIDADOS – DEZEMBRO DE 2010

Dos 4.345 presos sob custódia<sup>4</sup> do sistema estadual prisional, no Rio Grande do Norte, 96% são homens (assim como também no Brasil), e destes, mais de 43% cumprem penas irregularmente nas celas das delegacias. Em comparação com a estatística nacional, no país existem 496.251 presos.

**TABELA 02 – Dados Consolidados do Apenados no RN (Custodiados)**

<b>Presos</b>	<b>Regime Fechado</b>	<b>Regime Semi-Aberto</b>	<b>Regime Aberto</b>	<b>Provisório</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Homens</b>	1365	875	242	1496	53	4031
<b>Mulheres</b>	86	72	61	95	0	314
<b>Total</b>	1451	947	303	1591	42	4345

FONTE: DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL/2011 – DADOS CONSOLIDADOS – DEZEMBRO DE 2010

Houve um significativo aumento, em cinco anos, da população carcerária do Rio Grande do Norte, conforme mostra a Tabela 03. Um aumento de quase 30% entre os biênios de 2004/2005 e 2006/2008, seguido de um aumento de 20% no período subsequente. Este crescimento acompanha o ritmo do crescimento nacional de aprisionamento, sendo uma amostra significativa da continuidade da exclusão social e do aumento da forma mais tangível pela qual o Estado brasileiro optou por combatê-la: a prisão.

<sup>3</sup> Incluem-se aqui os presos que encontram-se em delegacias e no sistema penitenciário federal.

<sup>4</sup> Presos sob custódia são aqueles que cumprem pena exclusivamente em instituições penitenciárias estaduais, excluindo-se as delegacias de polícia, as prisões militares e as prisões federais.

**TABELA 03 – Número de presos custodiados no RN no período de 2004 a 2010**

Ano	Presos
2004 - 2005	2.731
2006 - 2008	3.667
2009 - 2010	4.345

FONTE: DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL/2011

Pensar o sistema carcerário em qualquer uma de suas imbricações (sociais, culturais, políticas, jurídicas e psicológicas) requer também perceber o extremo fosso social que se impõe sobre esses indivíduos que corretamente podem ser denominados de "marginais", pois sua posição, qualquer que seja ela, encontra-se à margem de nosso sistema social, político e econômico. Das periferias, favelas e guetos para as prisões, essa massa vai se constituindo enquanto um novo grupo social que, neste momento histórico, começa a tomar consciência de seu poder, seja pelo seu tamanho numérico, seja pela sua provável capacidade organizativa que ora se apresenta.

Segundo Vanderlan Silva (2008), o universo prisional deve ser pensado como um espaço relacional atravessado por uma rede de trajetórias singulares, que o tempo todo estão se interconectando e separando, onde relações advindas de seu interior perpassam e se cruzam. Daí que o preso constrói sua identidade através das relações que travam entre si “tomando por base os valores sociais a partir dos quais se constroem como seres produtores de significados” (IDEM, p. 26).

Desta maneira, discutir o mundo penitenciário é referir-se ao mundo “que o concebe e o cerca, o universo extra-prisão, ou se preferirmos a sociedade ‘mais ampla’” (SILVA, 2008, p. 36). Falar de um mundo de reclusos é referir-se, por oposição, a um mundo de liberdade, sendo a prisão não um mundo à parte, mas parte desta sociedade mais ampla.

Neste sentido, o preso pode ser pensado, nessa mesma ótica, como um morto, homem mudo e invisível, cuja voz não lhe pertence, pois é agora de outros:

dos funcionários da prisão, dos advogados, dos psicólogos e assistentes sociais, do juiz ou, em última instância, das organizações que falam por ele (igrejas, ONGS, redes sociais exteriores à prisão).

Isto nos leva a pensar, assim como Lopes Jr (2009) que, mais do que preocupar-se com a visualização ou não da existência e atuação de organizações ou grupos criminosos organizados, é preciso tentar apreender das múltiplas realidades sociais definidas como crime organizado. Daí que

“crime organizado” não é apenas um termo que dá sentido a um conjunto de práticas e acontecimentos, mas também um elemento que fornece bases para compreender o mundo no que se vive. Dessa forma, o “crime organizado” é tanto uma expressão da realidade social (sem obscurecer o tanto de construção dessa realidade) quanto uma “categoria nativa” cuja mobilização pelos atores cumpre um papel decisivo na ordenação simbólica do mundo (LOPES JÚNIOR, 2006, p. 355).

Podemos pensar, portanto, que as várias modalidades de crime se expressam em práticas sociais, em eventos e em formas de coordenação onde os atores nem sempre estão envolvidos inteiramente. Isto nos afasta da perspectiva, muitas vezes midiática do “crime organizado” e nos remete às discussões das redes sociais e suas imbricações econômicas, principalmente, da Nova Sociologia Econômica. Afinal, a apreensão das redes sociais envolvidas tanto na produção de eventos tidos como crime organizado, ou mesmo dentro dos espaços prisionais, é, antes de tudo, uma estratégia analítica fundamental (LOPES JÚNIOR, 2009a).

Essa corrente do pensamento sociológico realiza um esforço de ruptura com concepções sub e hiper socializadas da natureza humana, destacando o primado da relação social, da confiança e das redes sociais como tópicos dominantes em um projeto de investigação maduro e aprofundado. Para Granovetter (2007), o ator social é moldado pelo conjunto de relações sociais que estabelece com outros atores e onde todas as ações, fenômenos e instituições apenas são significativas se forem lidas à luz da sua inclusão em um quadro social e de relações sociais também significativas (tese da incrustação) (MARQUES, PEIXOTO, 2003, p. 04).

Ao contrário de outros campos de estudos econômicos, a Nova Sociologia Econômica pouco acredita na estrita racionalidade dos atores sociais e põe em dúvida que critérios de racionalidade se expressem em ações bem comportadas pautadas em transitividades lógicas e em escolhas completas. Se para a economia a irracionalidade é um problema, para a sociologia ela pode fazer todo o sentido e revelar um comportamento inteligente e estratégico.

Ao mesmo tempo, a necessidade de se estudar uma temática tão polêmica liga-se à sua própria natureza eivada de senso-comum, discutida em demasia por uma teoria penitenciária e criminológica que, a nosso ver, nada mais fez do que *ideologicizar* cada vez mais a discussão. Dentro da área jurídica, as discussões clássicas partem dos velhos axiomas do século XIX ao verem as prisões como espaços de “reabilitação” ou espaços de “confinamentos” necessários tanto para “proteger” os “criminosos” como para “protegerem” a sociedade circundante (Cf. BECCARIA, 2001, OLIVEIRA, 2002, MIRABETTE, 2006, RODRIGUES, 2001, LUISI, 2002, ZAFFARONI, 1991, CASTRO, 2003, e tantos outros).

Sentimos, portanto a urgência – também pelo furor dos acontecimentos que são estampados na mídia local e nacional cotidianamente – de tentar compreender, *in loco*, a dinâmica interna das prisões e cárceres enquanto espaços onde se desenvolvem diversas redes sociais que, de certa medida, ajudam a estruturar esse espaço. Como bem mostrou Lopes Jr (2009, p. 55)

as redes pessoais que fornecem as bases para as atividades criminosas são distintas no que dizem respeito à natureza de suas atividades (um esquema de fraude da previdência nutre-se de relações muito distintas daquelas mobilizadas no tráfico de drogas, por exemplo). (...) o lugar da confiança e da natureza dos laços (fortes ou superficiais) diz respeito não apenas à atividade criminosa, mas ao universo social de origem dos agentes. (...) quando se trabalha a noção de “grupo” (isso não significa que eles não existam nas atividades criminosas), perde-se a dimensão do grau variado de comprometimento (e do papel desempenhado) de cada um dos indivíduos.

Isto posto, é preciso re-pensar a prisão e suas relações sociais internas enquanto um processo, buscando-se apreender, empiricamente, quais redes se

constroem, como elas se entrelaçam e que agentes sociais delas participam e como o fazem. Na medida em que, num espaço carcerário, os indivíduos aparentemente têm poucas condições de estabelecer essas redes, é preciso também dar conta do papel dos “animadores detentores de habilidades sociais para lidar com informações limitadas sobre os cenários que atuam” (LOPES JR., 2009, p. 55) assim como sobre os indivíduos que entram e saem da prisão, num rodízio constante.

Qualquer tentativa empírica de se estudar o sistema prisional deve levar em consideração a apreensão das redes sociais que o estrutura, ou seja, levar em conta laços sociais existentes (como a díade, por exemplo). Dentro da perspectiva da NSE (Nova Sociologia Econômica), é importante frisar que as redes sociais são formas de apoio (políticos ou não) a cliques. As redes também são mobilizáveis enquanto grupos de pressão, “de forma a extrair rendimentos e benefícios que serão assimetricamente distribuídos pelos atores sociais, de acordo com a sua centralidade, peso e importância no seio de uma determinada rede social” (MARQUES, PEIXOTO, 2003, p. 09). Como os mercados tendem a ser mais opacos do que o que pensa a economia, as informações e dados relevantes encontram-se assimetricamente distribuídas pelas redes sociais.

Há uma preocupação em construir uma teoria complexa da ação social, onde os atores sociais tomam decisões, se comportam estrategicamente e avaliam o contexto social no qual se inserem. Assim, nega a extrema racionalidade dos atores e mostra que existem motivações variadas em suas escolhas. Essa teoria complexa da ação pauta-se em atores sociais, onde estes são dotados de uma certa racionalidade limitadas, “conduzidos por boas razões e por lógicas sociais dominantes, submetidos ao crivo de sistemas de interação que atualizam e reorientam as próprias decisões tomadas” (MARQUES, PEIXOTO, 2003, p. 13). Ou seja, há a preocupação em perceber a importância que o contexto social dá aos quadros de interação e aos próprios modelos de racionalidade tão caros à economia.

Uma questão a ser pensada é a de que existem articulações internas e externas ao espaço prisional. Ora, “as articulações entre as redes sociais diretamente implicadas nas atividades criminosas (as chamadas ‘redes submersas’)

com as redes que transitam no mundo 'legal' envolvem gradações variadas" (LOPES JÚNIOR, 2009, p. 69).

Outro fator fundamental a ser destacado é a de que, ao se trabalhar em um espaço de convivência social, há de se romper com os tradicionais conceitos sociológicos e imergir em soluções que adequem a sociologia tradicional a uma realidade diferenciada. A disseminação de uma cultura do risco, notadamente ligada à violência nos reporta ao conceito de sociabilidade violenta e à leitura que Jessé Souza faz de Bourdieu, construindo o conceito de *habitus precário*, pautado pela inserção social dos indivíduos num espaço de insegurança.

Antes disso, partindo de uma reflexão acerca do conceito de habitus e suas implicações teóricas tornou-se fundamental também pensar a própria noção de habitus precário. Além disto, as noções de campo e capital social também se fazem presentes na tecitura do referencial teórico-metodológico do trabalho.

Indo ao encontro do que já foi esboçado aqui, duas outras perspectivas teórico-analíticas nos permitiram aprofundar um pouco mais nossa investigação. A contribuição de Erving Goffman e seus estudos acerca da prisão como instituição total, onde diversas formas de interação social ocorrem, assim como a perspectiva de poder lançar um olhar sobre o preso como um indivíduo portador de um estigma, com todas as suas imbricações. No mesmo caminho, Michel Foucault nos permitiu perceber que o espaço prisional, antes de mais nada, é um *locus* disciplinar e construtor de práticas penais e punitivas que caracterizam a própria contemporaneidade.

No Rio Grande do Norte, o sistema prisional assume praticamente as mesmas características do sistema nacional. Estruturas deficientes, péssimas condições de encarceramento, superlotação prisional e corrupção carcerária são alguns dos problemas que aparecem no cotidiano penitenciário potiguar. Some-se a isso, fugas constantes, lentidão do judiciário e falta de investimento público que tornam o sistema sujeito à críticas constantes da sociedade e da mídia.

A necessidade de voltar para esse espaço um olhar sociológico nos levou a pesquisar as condições internas da prisão, sua sociabilidade e seus dilemas. Um olhar que não se pensa superior ou substitutivo aos demais, mas complementar,

numa busca de compreender *sócio-lógicamente* alguns aspectos dessa complexa realidade.

Nosso itinerário metodológico abarcou duas partes significativas. A primeira parte, qualitativa, partimos da observação in loco dos estabelecimentos prisionais e de seu cotidiano. O uso de caderneta de campo, assim como de diário de campo foram os suportes técnicos da observação, na medida que, muitas vezes, o uso do gravador foi impossibilitado<sup>5</sup>.

Isto posto, a construção teórico-metodológica sob a qual pautamos nosso projeto de pesquisa parte da perspectiva da abordagem das entrevistas diretas que, embora não se constituam um remédio total ao problema da discussão da problemática, ajudou na percepção do objeto e do problema. Em função das classes ou de outros elementos de diferenciação, todos os indivíduos não têm a mesma capacidade de falar, sobretudo em situação artificial na qual um interlocutor exterior ou "estranho" permanece, na maior parte do tempo, numa posição de ouvinte. Thiollent (1987) diz que

a entrevista não-direta que rompe com a reciprocidade das trocas habituais (desigualmente exigível, segundo os meios sociais e situações) incita os sujeitos a produzir um artefato verbal que é desigualmente artificial, segundo a distância existente entre a relação com a linguagem favorecida pela classe social dos sujeitos e a relação artificial com a linguagem deles exigida (p. 80-81).

Este tipo de crítica, baseada na desigualdade e na diferença dos modos de comunicação em função das classes, por mais justificável que pareça, não invalida necessariamente o uso de entrevista não-direta, na medida que o objetivo não consiste em estabelecer comparações ou "adições" dos discursos das pessoas cultas e ignorantes. Antes de tudo, trata-se de explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo

---

<sup>5</sup> A impossibilidade do uso do gravador, muitas vezes, no cotidiano prisional parte tanto da administração penitenciária quanto do próprio apenado que se reserva no seu direito pleno de não ter seu depoimento gravado. O pesquisador parte do pressuposto que a escolha da aceitação ou não do instrumento de captação de dados passa pelo entrevistado que pode, legitimamente, recusá-lo.

societário ao qual pertencem, sem comparação com outros grupos (THIOLLENT, 1987, p. 81).

A captação dos dados decorreu de maior ou menor habilidade em orientar o informante para discorrer sobre o tema; é este que conhece o acontecimento, suas circunstâncias, as condições atuais ou históricas, ou por tê-lo vivido, ou por deter a respeito informações preciosas. Elas ora fornecem dados originais, ora complementam dados já obtidos de outras fontes.

Neste caminho, a pesquisa se debruçou sobre os atores sociais envolvidos: presos, principalmente, assim como os agentes penitenciários e prisionais, e policiais (que porventura estejam representando o papel de guardas prisionais), assim como também dos administradores. Essas entrevistas se deram, na medida do possível e da abertura concedida dos entrevistados ao pesquisador, através da gravação em áudio, por um gravador portátil, às quais foram realizadas o total de 18. Esta abertura, é claro, necessitou que o pesquisador elaborasse estratégias para a permissão de entrevistas junto aos apenados. Quando não, como já dito, o uso de caderneta e anotações tentaram cobrir a lacuna, como ocorreram com os demais atores, guardas e agentes. As entrevistas buscaram cobrir, conjuntamente com a observação, o cotidiano e os aspectos mais importantes daquele espaço social no que se relacione com os objetivos da pesquisa.

Partindo da perspectiva esboçada por Aaron Cicourel, para quem o grande problema de definir um determinado papel ou de definir diferentes papéis dentro e entre grupos investigados, “levanta a questão geral que se refere ao que os observadores participantes fazem e aos tipos de papéis que desenvolvem durante a sua pesquisa” (CICOUREL, 1980, p. 89).

O pesquisador, no dia-a-dia da pesquisa de campo, toma decisões sobre quem ou não a pessoa ideal para fornecer determinadas informações, ou também como portar-se em uma miríade de novas situações, ou seja, “como controlar a própria aparência e ação diante dos outros” (CICOUREL, 1980, p. 91). Assim, assumimos, nesta pesquisa o papel de “observador-como-participante”. Exigiu mais observação formal do que observação informal ou mesmo qualquer espécie de participação.



O pesquisador adentrou, portanto, no universo cotidiano da Penitenciária de Alcaçuz como um *observador-como-participante* que, diferentemente da observação participante, exigia uma imersão profunda e constante no universo compreendido. Foram realizadas o total de 17 visitas à penitenciária, onde além do uso do gravador, utilizou-se também uma caderneta de campo. Após o retorno a cada visita, o material da caderneta era passado a um diário de campo.

Nosso contato com os presos se deu em duas etapas fundamentais: num primeiro contato em 2008/2009 onde, por intermédio da direção da Penitenciária de Alcaçuz no período, conseguimos entrevistar dois apenados (Beto e Kleber). Entre 2009 e 2011, passamos por um período onde, devido às várias mudanças na gestão penitenciárias, não se conseguiu realizar mais do que visitas de campo.

Em 2011, graças à nova gestão e a uma nova visão desta acerca do acesso do pesquisador ao apenado, foi-nos possível realizar as demais entrevistas. O intermédio de um guarda prisional como “guia” dentro deste universo foi fundamental. Embora cumprindo seu papel normativo, o mesmo procurou não interferir nas entrevistas, contribuindo na escolha aleatória (limitada é claro) dos entrevistados. Isso não significou, obviamente, que não tenha ocorrido interferências no processo.

Muitas vezes, tivemos entrevistas interrompidas ou “vigiadas” (o que, fatalmente inibia nosso ocasional interlocutor). Outras vezes, certos presos eram considerados “perigosos” demais e nos eram impedido (para a nossa “segurança”) o acesso. Uma vez, ao menos, tivemos nossa entrevista interrompida devido ao início de uma rebelião, onde rapidamente fomos evacuados do local.

Mesmo com essas dificuldades, tentou-se, no processo de pesquisa e observação, uma separação entre os “imponderáveis da vida real” e o arcabouço da constituição social do objeto estudado. Busca-se o que é regular, recorrente e típico. Alba Zaluar comenta que o pesquisador deve “levar em consideração os comportamentos, isto é, os gestos cotidianos, o tom das conversas, as atitudes do corpo e expressão facial, pois eles são *expressivos*” (1980, p. 13).

Bronislaw Malinowski afirma que é importante ao pesquisador que submerge em uma pesquisa de campo ir buscar as regularidades da vida social. Para ele, “a coleta de dados concretos sobre uma grande variedade de fatos constitui, portanto, um dos principais pontos do método de campo” (1980, p. 50).

Os imponderáveis da vida real constituiriam essas regularidades, esses gestos cotidianos, essas atitudes corporais:

“(…) há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade. Denominemo-los os *imponderáveis da vida real*. Entre eles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, da maneira de comer e preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas da aldeia; a existência de grandes amizades e hostilidades e de simpatias e antipatias passageiras entre pessoas; a maneira sutil, mas inquestionável, em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais que o rodeiam” (MALINOWSKI, 1980, p. 55).

Aquilo que Geertz denomina de “descrição densa”, não seria possível neste tipo de pesquisa, a não ser que houvesse uma total imersão no campo de pesquisa. Mesmo assim, inspirados na antropologia interpretativa, buscou-se, na medida do possível “escolher entre as estruturas de significação”: códigos preestabelecidos socialmente, “e determinar sua base social e sua importância” (Geertz, 1989, p. 19).

Seríamos tentados a fazer etnografia, o que não fizemos. Esta, afinal, como nos diz Geertz,

É como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos ou não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado (1989, p. 20).

Geertz propõe uma etnografia enquanto *descrição densa*, que deve ser encarada em termos das interpretações das quais as pessoas pertencentes ao grupo estudado submetem sua experiência. O que se busca compreender é o fluxo

do comportamento e do discurso que as formas culturais e as representações sociais ensejam. Mas não o discurso em sua totalidade, mas apenas naquilo em que os informantes permitem perceber. O que se inscreve no esforço etnográfico é uma interpretação deste discurso.

Se não foi possível buscar esses imponderáveis da vida real em sua totalidade, buscou-se, na perspectiva apontada pelos antropólogos supracitados, construir uma descrição mínima da Penitenciária de Alcaçuz. Essa descrição, capturada pela observação, pelas entrevistas e pelas conversas ao longo dessas visitas, nos possibilitou a visão que apresentamos aqui.

**TABELA 04 - Apenados Entrevistados com uso do gravador<sup>6</sup>**

Nome (vulgo)	Idade	Pavilhão	Delito	Trabalho antes da Prisão
João	27	1	Assalto	Servente de Pedreiro
Alberto	22	1	Homicídio e Assalto	Comerciário
Marcos	26	1	Homicídio	Servente de Pedreiro
Francisco	36	2	Tráfico Internacional de Drogas	Construção Civil
Filipe	29	2	Homicídio e Pistolagem <sup>7</sup>	Operário de Carvoaria
Lucas	23	2	Assalto	Biscatista
Beto	41	3	Tráfico de Drogas e Assalto	Biscatista
Kleber	34	3	Assalto	Biscatista
Manoel	28	3	Homicídio	Garoto de Programa
Arthur	20	4	Homicídio e Assalto	Estofador de Sofás
Tiago	28	4	Tráfico de Drogas	Biscatista
Nelson	22	4	Tráfico de Drogas	Biscatista
Luiz Antônio	59	Trabalho	Homicídio e Assalto	Pedreiro
Júnior	30	Trabalho	Homicídio e Assalto	Operário de Cerâmica
Paulo	31	Trabalho	Homicídio	Mecânico
Pedro	41	Trabalho	Homicídio	Policia
Expedito	25	Trabalho	Assalto	Vidraceiro
André	19	Trabalho	Tráfico de Drogas	Lavador de Carros

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de março de 2009 a maio de 2011.

<sup>6</sup> Todos os nomes citados são pseudônimos ou “vulgos”. A fim de salvaguardar o anonimato e a segurança dos entrevistados. A escolha dos nomes foi aleatória e efetuada pelo próprio pesquisador no momento da entrevista.

<sup>7</sup> Aqui, pistolagem assume o significado de assassinato de aluguel ou por encomenda.

Como partimos da perspectiva do instrumental teórico-metodológico das Redes Sociais, nossa preocupação é tentar perceber como a estrutura social existente no universo empírico pode mostrar, através das relações sociais, aspectos da realidade. Para tanto, partimos da perspectiva de que a rede social é antes de tudo um ambiente de comunicação e troca, que se dá em vários níveis. A rede faz fluir informações, contribuindo para definir a posições dos integrantes através da quantidade de elos diretos.

Nas redes sociais, alguns elos mantêm relações mais estreitas e mais íntimas, denominadas de *cliques*. Estes “podem representar uma instituição, um (sub)grupo específico e mesmo identificar a movimentação em torno de determinado problema” (MARTELETO, 2001, p. 75). Conseguir apontar esses cliques, permitiu ver as relações construídas nas prisões, suas correspondências e como elas são mantidas.

Outra preocupação na metodologia das redes sociais é tentar perceber a centralidade que determinados atores sociais possuem numa dada rede. Identificar sua posição em relação aos demais atores e redes é significativo, pois quanto mais bem posicionado um indivíduo, melhor sua posição na transmissão de informações, aumentando seu poder na rede (essa centralidade é medida através dos elos que se colocam entre ele e outros). Tanto o papel de mediação como o de ocupar uma centralidade implica em um exercício de poder, de controle e filtro de informações que circulam na prisão. Teríamos, hipoteticamente, dois tipos de centralidade: a dos apenados que exercem lideranças, possuidores de uma capacidade maior de mobilização interna; a dos apenados periféricos, que também são importantes pois conseguem mobilizar contatos com o “mundo exterior”.

Numa metodologia das Redes Sociais o mais interessante de uma entrevista é, precisamente, que esta possa dar conta de

em quantas redes se está atuando, como estão interligadas entre si e de que maneira resolvem os aparentes paradoxos. Não é a uniformidade e o consenso que nos interessam, mas as diferentes posições, forças e fragilidades dos seus argumentos, as afetos para com uns e outros, os medos e agradecimentos, etc. Não somente o

que se diz, mas, sobretudo, o que se contradiz, reforça ou desdiz (VILLASANTE, 2002, p.96-97)

Desta maneira, não se busca apenas de encontrar as identidades centrais de cada grupo ou de relações, mas, precisamente, os seus paradoxos e contradições, suas interconexões, que vêm dados pela sua rede de relações e articulações.

Importa enfatizar que aqui trata-se não de uma análise estrutural pura de redes sociais, mas de uma “metáfora de redes”. Uma análise estrutural de redes sociais nos exigiriam certos pré-requisitos que seriam impossíveis de cumprir, como a entrevista de uma amostra quantitativa significativa do universo (em termos de estatística minimamente rigorosa), algo entre 450 e 500 presos. Optou-se em uma análise de metáfora de redes onde os conceitos estruturais são precários estatisticamente, já que não há como medi-los sem a topologia da rede, obtida pelo uso de programas específicos. Mesmo assim, torna-se possível uma análise de redes a partir daquilo que é denominado entre os estudos de redes sociais de metáfora de redes sociais.

Outra parte de nosso itinerário metodológico e de pesquisa se pauta no uso de dados estatísticos oficiais e coletados ao longo da pesquisa, que se constituem como significativas ferramentas de análise, na medida em que puderam contribuir para esclarecer pontos de vista, situações e conjunturas. Como base de dados apontamos, principalmente o Censo Penitenciário Nacional do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional); dados da SEJUC (Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania); e os dados *in loco* através das entrevistas coletadas.

O mais significativo, porém, para a análise que empreendemos, liga-se a busca da percepção empíricas das redes sociais existentes, ou seja, o universo de laços sociais na prisão. Daí que, buscou-se, aqui, analisar as redes sociais que atravessam o presídio, as formas associativas que se ancoram e se constroem dentro do espaço prisional. Em termos específicos: que redes existem? Como elas se estruturam? Que forças sociais aparecem nessas relações? Quais instituições aparecem na prisão?

Enfim, trata-se de uma análise estrutural, na medida em que estamos em busca de perceber as relações sociais entre os indivíduos, sejam em díades, tríades ou instituições. Conforme apontaram Vincent Lemieux e Mathieu Ouimet (2008), nossa preocupação volta-se para relações orientadas e não orientadas, as densidades dessas relações, as conexões entre os atores, os tipos de conexões, suas posições, sua centralidade.

A presente tese consta, além desta introdução de mais quatro capítulos: um capítulo (2) onde discutimos a prisão em seu aspecto histórico no Brasil e no Rio Grande do Norte e, posteriormente, fazemos uma apresentação de nosso objeto, a Penitenciária de Alcaçuz. No capítulo 3, realizamos uma discussão acerca do conceito de habitus em Bourdieu, assim como o conceito de habitus precário em Jessé Souza. Já no 4º capítulo, discutimos, a partir das teorias e categorias de Foucault e Goffman, a disciplina e a interação social na prisão. No capítulo subsequente: o quinto, fazemos a discussão teórico-metodológica das redes sociais, assim como a análise do fenômeno na Penitenciária de Alcaçuz. Salutar dizermos que, este procedimento, foi repetido em todos os capítulos supracitados. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

## **2 SISTEMA PRISIONAL**

“Tinham estado em perfeita indiferença, numa resignação covarde e apática; a disciplina dos encarcerados, implícita e fria, ordenara as conversas zumbidas, o gesto vago, o passo discreto, respeito a autoridades invisíveis”.

(Memórias do Cárcere - Graciliano Ramos).



## 2.1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO SISTEMA PRISIONAL

O conflito social, assim como o castigo em suas várias formas, sempre estiveram presentes nas sociedades ocidentais. A pena privativa de liberdade, enquanto uma forma especial de castigo estabelecida surgiu apenas na era contemporânea, principalmente com o advento dos Estados Nacionais Modernos. O Estado, ao assumir o monopólio exclusivo da pena,

propugna e obriga que os indivíduos busquem a solução por uma única via, a punição estatal. Definitivamente o problema é do Estado e de ninguém mais. Quem desafia, de um modo ou de outro, uma norma jurídica, se opõe ao poder estatal pelo fato de que (...), o castigo foi expropriado pelo poder centralizado, deixando de ser um assunto próprio dos indivíduos para se transformar numa função própria do Estado (OTERO, 2007, p. 48).

A sua finalidade, porém, não era a mesma da atualidade. Destinava-se à guarda de escravos e prisioneiros de guerra. Em matéria penal, servia, basicamente, para a custódia de infratores à espera da punição aplicada e do próprio julgamento. Surgiu por uma exigência do próprio homem, para que lhe fosse assegurada paz e tranqüilidade em sua convivência com os demais seres sociais (MELOSSI, MASSIMO, 2006).

Os réus não eram condenados especificamente à perda da liberdade por um período determinado de dias, meses ou anos. Eram punidos com morte, suplício, degredo, açoite, amputação de membros, galés, trabalhos forçados, confisco de bens. Para viabilizar a punição imposta, permaneciam presos durante dias, meses ou anos. O encarceramento era um meio, não era o fim da punição.

A partir do século XVIII, porém, a natureza da prisão se modifica. Superou-se a sua utilização como simples meio de custódia. A necessidade de aproveitar o contingente de pessoas economicamente marginalizadas, o racionalismo político e o declínio moral da pena de morte estimularam o desenvolvimento de uma reação

alternativa do poder público ao crime: a supressão da liberdade por determinado período de tempo (OLIVEIRA, 2002).

A prisão torna-se, então, a essência do sistema punitivo. A finalidade do encarceramento passa a ser isolar e recuperar o infrator. Na visão crítica de Foucault, o objeto da punição não é mais o corpo do condenado, é sua alma. Os historiadores identificam a origem da prisão moderna nas celas eclesiásticas, instituídas pela Igreja Católica para a punição de religiosos infratores, e nas casas de correção criadas a partir da segunda metade do século XVI na Inglaterra e na Holanda (RUSHE, KIRCHHEIMER, 2004).

As celas eclesiásticas estimulavam a reflexão em torno do pecado cometido, aproximando o pecador de Deus. As casas de correção recuperavam mendigos, desordeiros, autores de pequenos delitos, sob o comando da ética calvinista: trabalho, ensino religioso e disciplina.

No século XVIII, diversos segmentos da área do direito penal preconizavam tratamento mais humano para as penas. Esses segmentos proclamavam uma forma de amenizar suplícios e a crueldade a que eram submetidos, nessa época, os indivíduos que praticavam crimes. Com o desaparecimento do suplício, surge novo tipo de punição, a privação de liberdade, que coincide com o início da transformação da sociedade feudal em sociedade capitalista (RUSHE, KIRCHHEIMER, 2004).

O jurisfilósofo italiano Marquês de Beccaria trouxe uma concepção utilitarista da pena, visando a ressocialização. Pregava que o julgamento devia ser célere, já que durante esse período o acusado já sofria punições. O inglês John Howard, por sua vez, foi considerado precursor do penitenciarismo. Preocupou-se com a construção de estabelecimentos adequados para o cumprimento da pena. Pregava a humanização das prisões, levando para o penitenciarismo valores da religião calvinista. Para ele, as prisões deveriam ser divididas para os processados, os condenados e os devedores, pois, naquela época, aqueles que tinham dívidas se submetiam aos castigos penitenciários (BECCARIA, 2001).

Posteriormente, os ideais de Jeremy Bentham surgiram para o mundo. Para ele, a pena objetivava a prevenção, a retribuição e a ressocialização. Idealizou o sistema Panóptico como estabelecimento que permitiria a vigilância geral dos

presos, e, por ter sido o primeiro teórico a enfatizar tal sistema, tornou-se famoso. Faz-se necessário uma explanação acerca do que foi o sistema panóptico.

O Panóptismo, a rigor, é um método de controle, originado no século XVII objetivando o controle da peste, quando foi adotado o isolamento da população doente. É um princípio que tem por base um conjunto de idéias fundamentais do "utilitarismo", que tem na observação e controle o elemento fundamental de intimidação.

Como constatou Foucault, isso ultrapassou a área penal e se introduziu em diversos outros sistemas, sendo utilizado hoje, por exemplo, através do controle eletrônico visual que observamos no comércio, no sistema bancário e na cidade de um modo geral:

Bentham não se inspirou, em seu projeto, no Zoológico que Le Vaux construíra em Versalhes. (...) encontramos no programa do panóptico a preocupação análoga da observação individualizante, da caracterização e da classificação, da organização analítica da espécie. O panóptico é um zoológico real; o animal é substituído pelo homem, a distribuição individual pelo grupamento específico e o rei pela maquinaria de um poder furtivo. (FOUCAULT, 2005a, p.168).

O Panoptismo é constituído da prisão celular, de forma radial, construída pela primeira vez nos Estados Unidos no final do século XVIII. Por este sistema, uma única pessoa, localizada num ponto estrategicamente construído, fazia a vigilância da totalidade das celas, que eram individuais. A arquitetura é transparente, expondo o preso a um olhar ininterrupto, constringendo-o à constante observação.

No que concerne à evolução do sistema penitenciário, apontam-se três sistemas. O primeiro deles é o sistema pensilvânico ou de Filadélfia, cujo nascedouro data do século XVIII. Conhecido também como modelo celular, pregava que o preso devia ser recolhido à sua cela, isolado dos demais. A estes não era permitida a visita. Pretendia, através da leitura da Bíblia, levar ao preso o arrependimento (RUSHE, KIRCHHEIMER, 2004).

Segundo o jurista Rogério Greco (2006, p. 530), tal sistema “recebeu inúmeras críticas, pois que, além de extremamente severo, impossibilitava a readaptação social do condenado, em face do seu completo isolamento”.

Posteriormente, surgiu o sistema *auburniano*, assim denominado por ter sido construída a penitenciária na cidade de Auburn, no estado de Nova York, em 1818. Tal sistema caracterizou-se por ser menos rigoroso que o anterior. Permitia o trabalho dos presos, dentro de suas próprias celas, de início, e, num segundo momento, em grupos. Foi mantido, porém, o isolamento noturno, e era imposto silêncio absoluto aos presos, o que fez tal sistema ser conhecido por *silent system*. O silêncio era absoluto, e a vigilância, permanente: os presos estavam proibidos de conversar entre si e trocar olhares; só podiam se dirigir aos guardas, depois de autorizados e em voz baixa (RUSHE, KIRCHHEIMER, 2004).

Pode-se afirmar que foi aí que nasceu entre os presos, o costume destes se comunicarem com as mãos, prática observada, inclusive, nas prisões de segurança máxima da atualidade. Na essência dos dois sistemas, estava a idéia de que o criminoso resulta de uma falha no processo de construção de seu caráter, processo normalmente promovido pela família, igreja, escola, comunidade.

A vantagem do sistema de Auburn em relação ao sistema de Filadélfia estava na possibilidade de adaptar o preso à rotina industrial: o trabalho em oficinas, durante oito ou dez horas diárias, compensava custos do investimento e dava perfil mais racional ao presídio. Na Filadélfia, o trabalho era artesanal e não-remunerado; em Auburn, a organização do trabalho estava entregue a empresas.

Em rigor, os dois sistemas, tal como concebidos, se revelariam impraticáveis pela quantidade crescente de presos e pelo preço elevado da construção de penitenciárias com celas individuais. Inflexíveis também, os dois modelos não ofereciam estímulo aos detentos, limitados a obedecer à rotina de comportamento e trabalho imposto pela administração do presídio e a aguardar o tempo passar. Os sistemas penitenciários foram evoluindo, e assim surgiu o sistema progressivo, inicialmente na Inglaterra e posteriormente adotado pela Irlanda. Este se apresentou como o mais adequado aos ideais de regeneração.

Pelo sistema progressivo inglês, que surgiu no início do século XIX, o capitão da Marinha Real, Alexander Maconochie, impressionado com o tratamento desumano destinado aos presos degredados para a Austrália, resolveu modificar o sistema penal. A colônia britânica da Austrália encaminhava delinqüentes perigosos para a ilha Norfolk (entre a Nova Zelândia e a Nova Caledônia), e o diretor do presídio criou um regime denominado *mark system* (“marcas”, ou “vales”), em que o preso se beneficiava da quantidade de trabalho realizado no dia e era punido por atos de indisciplina que eventualmente praticasse, numa relação de “débito-crédito” que, afinal, determinaria a duração da pena (OLIVEIRA, 2002).

Admitia, o progressivo inglês, três estágios no cumprimento da pena. Num primeiro momento, o preso era submetido a isolamento absoluto, tanto diurno quanto noturno, caracterizando a fase de prova, que se assemelha ao sistema de Filadélfia. Em um segundo momento, entretanto, era permitido ao preso a realização de trabalho em comum, porém ainda sob a regra do silêncio, e isolamento noturno, o que caracterizava o sistema auburniano. Era nessa fase em que o preso, paulatinamente, poderia adquirir os vales que poderiam conduzi-lo ao estágio da liberdade condicional, no qual era beneficiado com relativa liberdade por prazo determinado e, se não desse causa à revogação do benefício, adquiria a liberdade definitiva.

Na Irlanda foi aperfeiçoado o sistema progressivo. Além das três etapas supracitadas, passou a existir ainda um quarto estágio. Após o isolamento absoluto, a permissão para trabalho diurno, mesmo que com isolamento noturno, era concedida ao preso a possibilidade de realização de trabalho externo, em estabelecimentos especiais, sem os rigores da prisão fechada. Posteriormente, lhe era dado o direito à liberdade condicional (RUSHE, KIRCHHEIMER, 2004).

O sistema progressivo inglês, portanto, buscou garantir o retorno do delinqüente à sociedade, já que o trabalho externo lhes assegurava convívio com os demais membros da sociedade, com os quais era permitida, inclusive, a conversação. Com o tempo, o fracasso da prisão fechada na regeneração do infrator estimularia a criação de políticas criminais menos rigorosas para delitos de menor gravidade, com a adoção de medidas como a suspensão condicional da pena (*sursis*); a prisão aberta, muito mais barata, na qual o detento tem vida normal de

trabalho durante o dia e se recolhe a estabelecimento sem vigilância durante a noite; as penas alternativas, consistentes em pagamento de multa, prestação de serviços à comunidade etc.; e a utilização de mecanismos de vigilância mais sofisticados, como a pulseira radiotransmissora, que monitora o deslocamento do condenado dentro dos limites geográficos impostos pela sentença.

A prisão é, sem dúvida, a intervenção mais drástica do Estado na vida do indivíduo, razão pela qual sua incidência está formalmente cercada de garantias. Envolve não apenas a privação da liberdade de locomoção, mas também a eliminação de outros direitos a ela inerentes, a imposição de regimes disciplinares etc.; e tudo isso, segundo os críticos, não pode ser dimensionado com base em critérios de custo e rentabilidade.

Depois de mais de 200 anos de experiência, prevalece o sentimento de que a prisão não recupera, degenera, segundo Foucault,

a passagem dos suplícios para a punição se deu como uma fronteira legítima do poder de punir. O homem que os reformadores puseram em destaque contra o despotismo do cadafalso é também o homem da medida, não das coisas, mas do poder (FOUCAULT, 2005a, p. 70).

A nova forma de punição buscava um esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadravam a existência dos indivíduos, ou seja, visava uma adaptação e harmonização dos instrumentos que se encarregavam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas. Mais do que o respeito pela humanidade dos condenados, buscava-se uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente que ensejasse uma vigilância penal mais atenta ao corpo social.

Dessa forma, o verdadeiro objetivo da reforma não era fundamentar uma punição com princípios mais eqüitativos, mas estabelecer uma nova economia do poder de castigar. Assegurava, assim, melhor distribuição desse poder, repartindo-o em circuitos homogêneos, para ser exercido em toda a parte e de maneira contínua em todo o corpo social, tornando o poder de punir mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos.

A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes, à punição ou à reinserção deles, que não têm economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto dos mecanismos pelos quais o delincente é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral (FOUCAULT, 1999, p.39).

Resumindo, a reforma teria de fazer com que o poder de julgar não dependesse mais de privilégios múltiplos, descontínuos e contraditórios da soberania, mas de efeitos continuamente distribuídos de poder público. Sua estratégia era inserir o indivíduo mais profundamente no corpo social e no poder de punir.

De acordo com Foucault (2005a, p. 297),

a prisão foi uma peça essencial no conjunto das punições, marcando um momento importante na história da justiça penal. Fundamentadas nas sociedades industriais, pelo seu caráter econômico, as prisões aparecem como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a idéia que o criminoso lesou, não somente a vítima, mas a sociedade inteira. Esse caráter econômico-moral de uma penalidade contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos, e estabelece equivalências quantitativas entre delitos e duração das penas.

A prisão, peça essencial no conjunto das punições marca certamente um momento importante na história da justiça social: seu acesso à “humanidade”. Mas também um momento importante na história desses mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizavam a instituição judiciária. Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado.

Segundo Loïc Wacquant, vivenciamos hoje uma verdadeira expansão do Estado penal, na medida em que este se volta para o aumento de efetivos policiais, tribunais criminais e prisões como forma de “solucionar o aumento generalizado da

insegurança”, esta causada por uma diminuição do próprio Estado no “front econômico e social” (2007, p. 203).

Essa expansão permite abafar e conter as desordens urbanas surgidas nos estratos inferiores da estrutura social causados pela desregulamentação do mercado de trabalho e desestruturação do mercado de trabalho e da rede de segurança social. O Brasil vivencia um contexto onde

juntos, a desigualdade social abissal, os serviços públicos deficientes ou inexistentes e o extremo desemprego no contexto de uma economia urbana polarizante e de um sistema de justiça corrupto alimentaram o inexorável crescimento da violência criminal (WACQUANT, 2007, p. 205).

No decorrer das três últimas décadas muitas sociedades lançaram-se numa experiência social e política que consistiu na substituição progressiva de um (semi) Estado de Bem-Estar-Social por um Estado penal e policial, no ventre do qual a criminalização da marginalidade e a “contenção punitiva” das categorias sociais desertadas faz “às vezes” de política social. Mesmo antes, seria mais justo falar de um Estado caritativo, na medida em que muitos programas voltados para as populações “vulneráveis foram desde sempre limitados, fragmentários e isolados do resto das atividades estatais, informados que são por uma concepção moralista e moralizante da pobreza como produto das carências individuais dos pobres “(WACQUANT, 2003, p.19-20).

A primeira penitenciária construída na América Latina foi a Casa de Correção do Rio de Janeiro, construção iniciada em 1834 e concluída em 1850. O desenho e os regulamentos seguiram os modelos de instituições similares nos Estados Unidos, das penitenciárias de Auburn e Filadélfia. (MAIA, 2009, p.41-42).

No século XIX, o sistema carcerário operava como um verdadeiro mecanismo institucional devido ao desejo das elites de abraçar a “modernidade”, onde este se via acompanhado (e subvertido) “por sua vontade de manter formas arcaicas de controle social, racial e laboral” (MAIA, 2009, p.47). Num primeiro sentido, é possível afirmar que as cadeias serviam para satisfazer a necessidade de manter sob



custódia suspeitos e delinqüentes, de modo que as “classes decentes da sociedade” pudessem se sentir seguras; em outro sentido, as cadeias terminavam por reproduzir e reforçar a “natureza autoritária e excludente destas sociedades, convertendo-se em peças de um esqueleto maior orientando a manter a ordem social” (IDEM, p.47).

Depois de 1900 e seguindo o século XX, as prisões e seus ocupantes foram testemunhas da crescente presença do Estado, principalmente através das novas técnicas de identificação e arquivo, nos laboratórios científicos, na centralização administrativa e na maior integração entre os diferentes níveis do sistema de justiça criminal. Estes esforços permitiram ao Estado maior capacidade institucional para exercer um maior controle e maior autoridade não só sobre as populações carcerárias, como também sobre a sociedade em seu conjunto. Ainda que para os apenados estas mudanças tenham representado muito pouco – continuaram padecendo sob condições de encarceramento deficientes, abuso e abandono -, algumas delas (por exemplo, a presença crescente de presos políticos e a maior visibilidade da prisão na sociedade) os ajudaram a abrir novos espaços de luta e organização (MAIA, 2009, p.72).

O processo modernizador e reformista transcorreu por todo o século XX. Principalmente nos grandes centros econômicos e políticos, com a construção de grandes complexos penitenciários. Com a industrialização do país e o conseqüente aumento na demanda prisional, o Estado passou a investir mais em Presídios, como o Complexo do Carandirú em São Paulo, um dos maiores do mundo.

O sistema prisional brasileiro torna-se fruto direto de décadas de desigualdade social crescentes, de um Estado absolutamente inerte e incapaz de cumprir com suas obrigações constitucionais, o sistema carcerário brasileiro, como um todo, entra grave crise estrutural.

Controlado internamente pelos grupos criminosos organizados (como o exemplo do PCC - Primeiro Comando da Capital, articulado principalmente no estado de São Paulo e do CV – Comando Vermelho no Rio de Janeiro) que, de dentro dos presídios e utilizando novas tecnologias informacionais (como o telefone

celular<sup>8</sup>), conseguem impor um controle para a execução de ações dentro e fora dos presídios. Controlam, desta forma, não apenas os presídios internamente, mas conseguem pôr em marcha suas atividades criminosas e contraventoras com facilidade e relativa tranqüilidade.

Tanto o Comando Vermelho (CV) quanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) possuem uma origem em comum: ambos emergem do processo de desumanização das penitenciárias brasileiras que agregam todos os elementos que possibilitaram o surgimento desses grupos. Inicialmente, utilizando o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, alguns indivíduos com alguma capacidade organizacional e com liderança interna dentro das penitenciárias iniciaram a consolidação das organizações (AMORIM, 2006).

Isso explodiu em um sistema prisional onde diretores e agentes penitenciários batiam nos presos sem preocupação de esconder a fama de torturadores, onde se jogava água fria em doentes: “a comida também era péssima. A fim de agüentarem a refeição, os detentos sempre pediam limão e farinha para as visitas. Não era raro surgir um inseto em meio à comida, e não necessariamente morto” (JOZINO, 2005, p.24-25).

Segundo William da Silva Lima, “o Professor”, fundador do Comando Vermelho, “longos anos de prisão suprimem, em muitos, o desejo de ser livre. Mas, em outros, aumenta a revolta e a vontade de reconquistar o que se perdeu” (2001, p.20). Essas condições levaram à uma forma de organização, em rede, precarizada, mas com força o bastante para se legitimar e conseguir o controle das prisões dentro da luta por melhores condições de vida dentro das prisões. Segundo o próprio PCC:

Só pelo sofrimento que somos obrigados a passar nesse lugar constituído de ódio, raiva e saudades é onde temos mais forças pra nos tornar mais terroristas do que já somos e através do nosso íntimo e força de vontade e onde lutaremos e sobreviveremos em qualquer lugar, pois de lealdade vivemos pra conseguirmos a nossa meta, que é a paz, justiça e liberdade. E com a união de nossos irmãos espalhados pelo sistema e apoiados pelos que estão do lado de fora faremos o nº 1 da mídia terrorista brasileira. Não somos os melhores nem os piores, pois somos isso que a própria sociedade criou. Primeiro Comando da Capital (JOZINO, 2005, p.108)

---

<sup>8</sup> Vale salientar que o celular hoje funciona não mais apenas como celular, mas integrado a outras tecnologias, tais como gravador de áudio, leitor de texto, gravador de vídeo, internet com redes sociais, etc. Diga-se de passagem que em uma prisão isto faz uma enorme diferença.

Assim, a instalação do crime organizado dentro da prisão é a primeira grande novidade penitenciária do século XXI segundo Percival Souza. A primeira grande demonstração de organização do PCC aconteceu com rebeliões simultâneas em 2001. Até então, os presídios poderiam ser, no máximo fontes de informação para o esclarecimento de determinados casos, fora das prisões. “Comandar o crime, é a primeira vez. A verdade das ruas nem sempre está dentro dos processos, o que provoca ajustes de contas com resultados quase sempre fatais” (SOUZA, 2006, p.12).

Os celulares facilitaram muito as relações dentro das cadeias. Os aparelhos entravam escondidos ou mesmo com a conivência de funcionários corruptos e subordináveis. “Com eles ficou muito mais fácil planejar fugas, resgates e organizar outros crimes. Em sintonia telefônica com os executores das ordens, muitos assaltos e seqüestros foram decididos e determinados pelo celular” (SOUZA, 2007, p.44).

Segundo o relatório oficial na Secretaria da Administração Penitenciária publicado em 2004, desde sua fundação em 1993, o PCC transformou-se em poder paralelo e conseguiu a desativação de várias unidades prisionais – como o Centro de Readaptação Penitenciária, o anexo de segurança máxima da Casa de Custódia de Taubaté (onde o mesmo surgiu), a eliminação de grupos rivais que disputavam o controle de presídios e a libertação de internos por meio de ações ousadas de resgate e seqüestros. Assim,

de modo geral tal facção criminosa tem levado vantagem no embate com as autoridades carcerárias, porque demonstra dispor de melhor organização hierárquica, rigor de conduta (em que qualquer desobediência, nos termos de norma estatutária, implica condenação à morte e execução imediata) e, acima de tudo, eficientíssimo sistema de comunicação, via celulares, já que a corrupção alia-se a tudo o mais”. Ainda segundo esse relatório oficialmente ignorado, “o PCC praticamente passou a dirigir as grandes quadrilhas de assaltos a bancos, a condomínios de luxo e cargas valiosas, bem como o tráfico de entorpecentes dentro das prisões e fora delas, auferindo lucros que em parte servem para subsidiar as despesas com advogados e corrupção de funcionários do sistema, proporcionando às lideranças e adeptos boa assistência judiciária”. Esse mesmo relatório informa: “os métodos de atuação do movimento se sofisticaram a ponto de estar financiando os estudos de jovens de menor poder aquisitivo proporcionando-lhes Faculdade de Direito e subsistência, mediante o compromisso de futura atuação nos

Tribunais, em defesa dos integrantes daquela facção criminosa. Informações existem também no sentido da facção, que é considerada como partido, estruturar-se para lançamento de possíveis candidatos a cargos públicos. Multiplicam-se as denúncias do envolvimento direto de funcionários do sistema prisional com o movimento (SOUZA, 2006, p.88-89).

A idéia de um grupo organizado, solidário, não é exatamente uma organização, pois, segundo uma liderança do Comando Vermelho: significa antes de mais nada, um tipo de comportamento, uma forma de sobreviver nas adversidades. “O que nos mantinha vivos e unidos não era nem uma hierarquia, nem uma estrutura material, mas sim a afetividade que desenvolvemos uns com os outros nos períodos mais duros de nossas vidas” (LIMA, 2001, p.96).

As lideranças desses grupos, quando comparadas à massa carcerária e criminosa em geral, possuem altos atributos e qualidades que lhes permitem liderar e comandar os demais. Um exemplo bem conhecido é o de Marcos William Herbas Camacho, o (Marcola), conhecido pela sua capacidade de liderança, de articulação e barganha, assim como sua visão em termos de planejamento de ações e no enfrentamento de outros grupos e da polícia<sup>9</sup>. Da mesma maneira, outras lideranças do PCC e do CV se mostram possuidores de um diferencial que lhes possibilitou subir e permanecer na liderança (PORTO, 2007, p. 76).

O PCC e o CV, podem, num primeiro momento, ser até mesmo pensada como elites criminosas e grupos organizados. Afinal, enquanto elites, as lideranças dessas organizações se comportam como peças-chaves nos movimentos criminosos, assim como indivíduos capazes de mobilizar e organizar seus militantes. Nelas, um certo elemento organizativo é central na efetivação desses grupos, assim como sem o elemento compulsório e sem as possibilidades comunicacionais, estas não seriam possíveis (BRANDÃO, 2008, p. 15-16).

Mais especificamente em 2006 (mas repetindo ações que vêm ocorrendo desde pelo menos o ano 2001<sup>10</sup>), o país assistiu a ação coordenada de uma série de rebeliões, principalmente no Estado de São Paulo. Essas rebeliões, além de se

<sup>9</sup> Principalmente no controle do narcotráfico (RODRIGUES, 2003).

<sup>10</sup> Segundo Roberto Porto (2007), a primeira mega rebelião liderada pelo PCC deu-se em 18 de fevereiro de 2001, onde 28 mil presidiários em 29 unidades prisionais de São Paulo rebelaram-se ao mesmo tempo. O mesmo quadro verificado em 2006 já estava totalmente posto na época: uso de celulares e uma situação de revolta e desespero frente às péssimas condições de internamento.

apresentarem como frutos de exigências imediatistas – tais como direito à visitas íntimas e melhoria da alimentação – tiveram também um objetivo político estrategicamente posto: desarticular e desacreditar o Estado enquanto instituição capaz de manter o monopólio do uso exclusivo da força e, por isto, enquanto mantenedor da ordem e da segurança jurídica (BRANDÃO, 2008).

É salutar, porém, levar em conta que em 2001, diferentemente de 2006, apenas um item das reivindicações

se relacionava diretamente com a organização: o cancelamento das transferências feitas para desarticular o PCC. Os outros itens da pauta diziam respeito ao tratamento que todos recebem: fim da tortura, punição de agentes penitenciários por abuso de poder e espancamentos, melhoria da assistência judiciária gratuita e fim das revistas vexatórias das visitas (CARVALHO FILHO, 2002, p. 9).

Neste sentido, chama a atenção para a capacidade articuladora e aglutinadora desses grupos e atores sociais. Mesmo dentro de instituições que possuem por objetivo retirar do indivíduo toda a perspectiva socializadora e sociabilizante é possível visualizar a construção de redes de inter-relações e de identidades. Estas últimas se pautam em valores e elementos simbólicos ligados exatamente àquilo que a sociedade ojeriza: o crime, este visto como ponto de partida para a construção dessas novas identidades ligadas à pena e ao castigo socialmente e juridicamente imposto. Daí que, ser traficante, homicida, assaltante ou mesmo (o mais odiado dentro e fora das prisões) estuproador, representa estar ligado a uma série de possibilidades de poder de permissões, de acessos, de regalias, de atribuições, e de tantas outras ações e relações sociais que se efetivam dentro daquele espaço carcerário (BRANDÃO, 2008, p. 03).

No Brasil, persiste uma violência institucional e policial que se inscreve em uma tradição nacional secular de controle dos pobres e miseráveis pela força, tradição advinda da escravidão e dos conflitos rurais, que se viu fortalecida por vários momentos de exceção, como a ditadura Vargas e por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinqüentes. Essa violência apóia-se “numa concepção hierárquica e

paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre *feras e doutores*, os ‘selvagens’ e os ‘cultos’, que tende a assimilar *marginais*, trabalhadores e criminosos” (WACQUANT, 2001, p.09).

Além disso,

um terceiro fator complica gravemente o problema: o recorte da hierarquia de classes e da estratificação etnoracial e a *discriminação baseada na cor*, endêmica nas burocracias policial e judiciária. (...) Penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado. (...). A propósito, o desinteresse flagrante e a incapacidade patente dos tribunais em fazer respeitar a lei encorajam todos aqueles que podem buscar soluções *privadas* para o problema da insegurança – barricadas em “bairros fortificados”, guardas armados, “vigilância” tolerada, e até encorajada, por parte dos justiceiros e das vítimas de crimes - , o que tem por principal efeito propagar e intensificar a violência (WACQUANT, 2001, p.09-10).

Daí que desenvolver o Estado penal para responder aos problemas suscitados pela desregulamentação da economia, pela precarização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes dos trabalhadores urbanos, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a estabelecer uma verdadeira “*ditadura sobre os pobres*”. Outro ponto se volta para o grave problema do sistema penal e carcerário no Brasil: o estado periclitante das prisões do país, que se parecem mais com “*campos de concentração para pobres*”, ou com organizações públicas de depósito dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma fração penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção” (WACQUANT, 2001).

Apesar disso, o Brasil conta com um diploma legal, sancionado ao fim do Regime Militar em 1984 a LEP (Lei de Execuções Penais, nº 7.210). Objetivava essencialmente proporcionar as condições “para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Art. 1º). Pautado no princípio constitucional da individualização executória, ou seja, a pena deve ser individual, exclusiva ao

condenado assim como o respeito aos direitos individuais e coletivos, os direitos humanos propriamente ditos.

A LEP trata de regular as formas pelas quais o Estado Brasileiro deve tratar seus condenados, dando-lhes condições mínimas de cumprir sua pena com dignidade, lembrando que sua pena é de privação de liberdade e não de suplícios outros. Regula primeiramente a separação, a classificação (que quase nunca ocorrem conforme a lei determina), exigindo para isso, uma série de exames criminológicos, psiquiátricos e médicos. Ao mesmo tempo, exige também a formação de uma Comissão Técnica de Classificação que cumpre o papel de gerir a separação. Pouquíssimas prisões no Brasil a possuem. Nenhuma no Rio Grande do Norte.

Outro ponto apontado pela LEP é a assistência ao preso: social, médica, odontológica, religiosa, psíquica, educacional, jurídica e material. Quase nada disso é verificado em nossas prisões. O máximo que se observa é a assistência religiosa, que fica a encargo de entidades e igrejas fora do âmbito estatal. O direito ao trabalho aparece em algumas prisões, mas, como vamos mostrar em Alcaçuz, as atividades que a maioria dos presos realiza são administrativas e, muitas vezes, são além das horas previstas em lei e não há remuneração.

O direito à assistência jurídica, absolutamente desrespeitado, leva fatalmente à um gradual sentimento de injustiça presente entre os presos. Muitos terminam por verem não atendidos, seus direitos à progressão de pena ou mesmo à soltura, após o cumprimento integral da mesma. Algumas vezes, por iniciativa de membros do judiciário, ocorrem “mutirões penitenciários”, onde juízes, procuradores e advogados realizam revisões de processos há muito parados no tempo. No mais das vezes, como apontado por este trabalho, os próprios presos, principalmente aqueles poucos com instrução para tanto, realizam precariamente o trabalho.

Outros direitos dizem respeito à disciplina, ao respeito à integridade do corpo e da sanidade mental do apenado, assim como a uma prisão limpa, digna, com espaço adequado e com comida limpa e rotineira. Nas prisões brasileiras e potiguares superlotadas, verifica-se o flagrante descumprimento da LEP, onde os presos vivenciam um ambiente insalubre, gerador de insatisfação e rebeliões.

Para se ter uma idéia, no tocante a higienização carcerária, a LEP, expressamente dispõe que o preso condenado devera ser alojado em cela individual, composta por sanitário e lavatório, com área mínima de seis metros quadrados, em ambiente com salubridade, aeração, insolação e condicionamento térmico, sendo que nos estabelecimento feminino exige-se a instalação de seção para gestantes e parturientes além de creches para acomodar seus filhos (NUCCI, 2010).

O direito à visita é, com certeza, ao mais respeitado. Quando não, por retaliação ou indisciplina, é o maior ocasionador de revoltas e de rebeliões. O direito a visita íntima, conquistado pelos presos, é também um direito salutar e fundamental para a manutenção da ordem nas prisões. O bom tratamento das visitas por parte da administração prisional pode ou não ser um fator causador de distúrbios ou de desordem. Daí que, como nos confidenciou uma agente prisional, na entrada e na revistas das mulheres e mães dos presos, é possível perceber o início de algum provável tumulto. O papel das visitas incorre tanto na realização de um direito, como na própria construção de redes sociais na prisão, como mostraremos à frente.

## 2.2. O SISTEMA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE E A PENITENCIÁRIA DE ALCAÇUZ

A Penitenciária Dr. Francisco Nogueira Fernandes, inaugurada em 26 de março de 1998, surgiu com o propósito de desafogar o sistema prisional do Rio Grande do Norte. Nasceu como presídio de segurança máxima e como espaço de respeito aos direitos humanos. Surgia como um oposto à Penitenciária Central Dr. João Chaves, o “Caldeirão do Diabo”, localizado na Zona Norte de Natal, Capital.

A Penitenciária João Chaves, por sua vez, foi em sua época também modelo de instituição penal, substituidora do velho presídio da capital, depois transformado em Centro de Turismo. Segue-se essa mesma linha de acontecimentos desde a



velha Casa de Câmara e Cadeia, demolida em 1911. Segundo Luís da Câmara Cascudo,

erguia-se, sólida e maciça, com as paredes de pedra, arcadas da cantaria, dois janelões baixos e cinco no sobrado, com o xadrezado de ferro, saindo de cápsulas de chumbo, respirando vida colonial, impondo-se pelo aspecto atarracado, feio, sujo, pesado, opressor. Apesar das reformas e remodelações, através de cento e oitenta e oito anos, conservava a fisionomia severa e sinistra de uma fortaleza, um resto de castelo roqueiro, ainda fiel ao passado, pompeando na praça ridente do século XX. Detrás das grades negras, os presos furavam a vida com olhares famintos (1999, p. 167).

O velho prédio do século XVIII foi substituído a 20 de maio de 1911 pela Casa de Detenção de Petrópolis, que até 1945 funcionava precariamente em um imóvel próximo transferiu-se para o prédio do orfanato público, atual Centro de Turismo. O prédio da rua Aderbal de Figueiredo, ampliado e transformado em presídio. Em 1953, inicia-se a construção da nova e moderna penitenciária, concluída apenas em 1968. As décadas seguintes vivenciariam o crescimento da região, com a construção de novos bairros e da maior região populacional da cidade, a Zona Norte de Natal. Também seriam vivenciadas as histórias do “Caldeirão do Diabo”, com suas fugas e mortes, sua superlotação e suas péssimas condições de encarceramento. Figuras como “Naldinho do Mereto”, “Demir” e “Paulo Queixada”, passaram a fazer parte do imaginário do potiguar que acompanhava o cotidiano de violência e de desrespeito aos direitos humanos na Penitenciária João Chaves. Em meados da década de 1990, as autoridades governamentais, com forte pressão pública, resolvem iniciar o processo de desativação do “Caldeirão do Diabo”. Saliente-se que não apenas a violência foi fator determinante, assim como as fugas constantes, mas o fato de que, como já salientado, o entorno da penitenciária estar completamente cheio de residências.

Segundo Luiz Antônio, 59 anos, preso por homicídio e assalto, trabalhava como pedreiro antes da prisão. Apenado de Alcaçuz, passou boa parte de sua vida em prisões. Em suas lembranças da época em que passou pela João Chaves, era um período de violência onde imperavam mortes constantes e onde a mesma

chegou a ser comparada à Alcatraz, penitenciária norte-americana imortalizada pelo cinema.

(...) eu cheguei na João Chaves no tempo que matavam um agora e daqui a pouco matavam outro de novo. É tanto que é o seguinte, eu agora quando estava em liberdade, o povo falava, chamava isso aqui de “A Ilha”, era relacionando com aquela ilha famosa de... Alcatraz. Que era uma prisão considerada perigosa. Relacionando com Alcatraz. Alcatraz era uma penitenciária considerada perigosa (LUIZ ANTÔNIO, 59 ANOS).

Beto, 41 anos, cumprindo pena em Alcaçuz por tráfico de drogas e assalto, trabalhava como “biscatista”, ou seja, atividades mal-remuneradas e sem vínculo empregatício, também é um ex João Chaves, fala das mortes constantes e do “reinado de terror que imperava naquele presídio:

Aquele período que eu tive lá, foi a época da matança, de Paulo Queixada, de Demi, eram os terror né? [sic] Naquela época eram os terror. Todo dia morriam um dois, todo dia. Na cadeia o cara tem de fazer a parte do cara. Não ser teleguiado por ninguém, não entrar no jogo deles, fazer vista grossa, se tiver de fazer quem vai responder a bronca é ele. Eu nunca fui convidado para fazer esses negócios de participar dessas coisas, mas jamais eu iria participar, pois eu não devia nada para cobrar nada de ninguém<sup>11</sup>.

Hoje, o Rio Grande do Norte conta com um total de 6.123 presos, com uma média de 195,15 presos por 100.000 habitantes (levando-se em consideração a população considerada de 3 milhões e 123 mil habitantes). Apenas um quarto deste total cumpre pena em Penitenciárias, sendo a maioria custodiada em delegacias,

---

11 Paulo Nicácio da Silva, o Paulo Queixada, matou um médico e uma enfermeira, nos anos 80, e colocou fogo nos corpos. Ao ingressar na penitenciária João Chaves se tornou o maior matador da história da prisão, assassinando 10 detentos. Vlademir Alex Mendes de Oliveira, o Demi, matava colegas de cela junto com Paulo Queixada e Naldinho do Mereto. No final, sobreviveu aos dois. Quando matou Paulo Queixada se tornou o mais temido da prisão. O crime teve a maior repercussão da história da João Chaves. Os policiais pensavam que Queixada tinha fugido, mas descobriram que ele estava morto, esquartejado e enterrado na cela abaixo da rede de Demi. Ivanaldo Félix da Silva, o Naldinho do Mereto, bairro onde viveu a adolescência, ficou conhecido ao aliar-se a Paulo Queixada na prisão e realizou com ele uma sequência de mortes. Arrancava os olhos das vítimas para ter a certeza de que não seria reconhecido no inferno (DIÁRIO DE NATAL, 2006, p. 07).

cadeias públicas ou centros provisórios. A maior parte, segundo o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) encontra-se preso por crimes contra a pessoa, como homicídio, tentativa de homicídio e seqüestro, cerca de 45% do total. Outros principais são os crimes contra o patrimônio, que abrangem cerca de 30% do total, tráfico de drogas com cerca de 20% do total. Os demais, cerca de 5 por cento estão os demais crimes, a maioria sendo caracterizados como crimes contra os costumes.

**TABELA 05 – Unidades Penitenciárias do Rio Grande do Norte**

<b>UNIDADE PRISIONAL</b>	<b>LOCAL</b>
Cadeia Pública de Caraúbas	Caraúbas
Cadeia Pública de Mossoró	Mossoró
Cadeia Pública de Natal	Natal (Santarém)
Centro de Detenção Provisória da Ribeira	Natal (Ribeira)
Centro de Detenção Provisória da Zona Norte	Natal (Santa Catarina)
Centro de Detenção Provisória de Candelária	Natal (Candelária)
Complexo Penal Dr. João Chaves	Natal (Potengi)
Complexo Penal Estadual Dr. Mário Negócio	Mossoró
Complexo Penal Estadual de Pau dos Ferros	Pau dos Ferros
Penitenciária Estadual de Alcaçuz	Nísia Floresta
Penitenciária Estadual de Parnamirim	Parnamirim
Penitenciária Estadual do Seridó	Caicó
Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento	Natal (Santarém)

Fonte: SEJUC – Secretaria de Justiça e Cidadania/Governo do Estado do Rio Grande do Norte – 2011

O crescimento carcerário do Rio Grande do Norte acompanha o crescimento do Brasil. Para dar conta desta demanda, se inicia em meados da década de 1990 a construção de novos centros penitenciários. Neste ínterim, em 1995 começa, no Município de Nísia Floresta, a construção da Penitenciária de Alcaçuz, Penitenciária Dr. Francisco Nogueira Fernandes. Em sua placa de inauguração lê-se:

Edificada para preencher uma função social, esta obra não deve perder de vista os ditames da declaração universal dos direitos humanos: “todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana perante a lei (art.6º)”.

O artigo iluminista contrasta flagrantemente do que os olhos do visitante assistem ao visualizar o presídio. A dificuldade de acesso é o primeiro ponto, tanto para os visitantes e famílias dos apenados, quanto para os próprios agentes e guardas. Uma estrada carroçável, em geral tomada pela lama e pelos buracos no período chuvoso, é a única alternativa. Liga o povoado de Pium, Parnamirim, até o local.

Alcaçuz possui uma grande torre de vigia, que pode ser de longe avistada pelos que chegam e passam. A princípio, na torre ficava uma metralhadora “ponto” 40mm que não mais existe. Ao adentrar, antes de chegar ao Salão Central, passa-se por uma guarita onde fica a guarda, homens da Polícia Militar, com seu alojamento e cozinha. Entre a guarda e o presídio existe um pátio de estacionamento exclusivo para os agentes e para membros da guarda.

No Salão e em seus anexos, ficam a administração, refeitórios e dormitórios dos agentes, uma sala de revistas que conta com um detector de metais, uma sala de visitas com separadores, para conversa entre os presos e seus familiares e advogados. Em dias oficiais de visitas (sábados e domingos) ela não é utilizada.

Passando-se pelo Salão Central chega-se ao pátio interno do presídio, onde é possível avistar os 4 grandes pavilhões do regime fechado, o pavilhão dos presos que trabalham na penitenciária em regime de remissão de pena e o pavilhão da cozinha e oficinas. Mais atrás, encontram-se os dois pavilhões construídos recentemente para desafogar o presídio, mas que foram embargados pelo Ministério Público por estarem em desacordo com normas ambientais.

**TABELA 06 – Total de Presos e Agentes**

<b>Presos</b>	<b>Agentes</b>	<b>Média</b>
643	90	7,14 Preso/Agente

Fonte: CNJ – Conselho Nacional de Justiça – Junho de 2011

Os 643 apenados de Alcaçuz (Fonte: CNJ – Conselho Nacional de Justiça – Junho de 2011) se distribuem em seus 5 pavilhões. 35 deles são presos provisórios, habitando os mesmos espaços. O mais cheio e considerado “perigoso” pelos agentes e pela guarda é o Pavilhão 2, foco de várias fugas e rebeliões. O total de agentes é de 90, dividindo-se em equipes de 24 horas, com folga de 48 horas, o que perfazem cerca de 4 equipes. Neste sentido, a média de agentes cai de 1 para cada 7,14 presos, para 1 agente para cada 28 presos. Mais realisticamente, porém, o número de agentes devido a licenças médicas, férias e outros fatores caem pela metade, deixando o número de agentes insuficientes para gerir a penitenciária.

Cada pavilhão possui dois pavimentos, com exceção do pavilhão 3, o maior, que possui o dobro de espaço. Segundo o CNJ, a situação do presídio é de “ruim” a “muito precária”.

**TABELA 07 – Quantidade de Presos por Pavilhão em Alcaçuz**

Pavilhão	1	2	3	4	Trabalho	Capa	Total
<b>Presos</b>	183	122	98	95	99	38	643
<b>Celas</b>	30	15	50	16	11	25	147

Fontes: Dados obtidos na Pesquisa de Campo – Diretoria Administrativa da Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes – Alcaçuz – Julho de 2011.

Em geral, a divisão por pavilhões é feita por tempo de pena a ser cumpridos e pelo tipo de crime cometido. Uma das alas do pavilhão 3 é o “isolado”, onde os presos condenados por crime de estupro e outros presos cuja vida está ameaçada no presídio, ficam separados dos demais. Adjunto ao pavilhão do trabalho fica a “chapa”, ou seja, uma ala onde ficam as celas da solitária, espécie de castigo para os presos que estão em adaptação ou cometeram alguma transgressão disciplinar<sup>12</sup>. Podem ficar na “chapa” até por 40 dias (podendo ser mais dependendo da punição), sem receber visitas e sem direito ao banho de sol. Passar por aqui não significa apenas castigo, mas a possibilidade de, após o período na mesma, poder trabalhar no presídio, principalmente na faxina.

Os dias de visita são Sábados e Domingos. Dois pavilhões por vez, alternando-se a cada fim de semana. A maior parte dos visitantes são mulheres e crianças: mães, esposas e filhos dos apenados. Chegam cedo, às vezes perto das 3 da madrugada e esperam até as 8 da manhã para entrar para a visita. Trazem comida, refrigerantes, material de higiene pessoal e remédios. Esses materiais são chamados de “jumbos”, em referência aos grandes aviões que podem carregar muitas coisas. Nas quartas-feiras ocorre a visita íntima para os presos casados e

<sup>12</sup> Nessas celas o mal cheiro é insuportável. Usavam em geral apenas cuecas ou bermudas e dormem no chão úmido, sem acesso a colchão, rede ou lençol. Nas celas sequer existe instalação elétrica. A porta de ferro das celas, conhecidas entre os presos como “chapa”, impede a entrada de luz. “À noite é um breu. A gente não vê nada”, contou um preso. TRIBUNA DO NORTE. **MP flagra irregularidades na Penitenciária de Alcaçuz**. Caderno Natal. 01 de Julho de 2006. < <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=14878>> Acessado em 28/10/2007.

cadastrados. Todas passam pela revista do presídio que conta com agentes femininas para o processo.

Muitas das mulheres que pudemos conversar vêm toda semana. Chegam, como disseram, “a pagar a pena” com seus maridos ou filhos. O custo é alto, não só de deslocamento (pela falta de transporte público até o local), como pelo fato de ter de se trazer o jumbo sempre. Um dos maiores inconvenientes apontados foi a demora na entrada do presídio. como o numero de agentes é reduzido, apenas quatro fazem o trabalho de revista (dois homens e duas mulheres).

Alcaçuz é cercada por um muro alto (cerca de 8 metros de altura), cercado por 10 guaritas externas (torres de vigia). Não possuem luz elétrica, banheiro e nem proteção alguma. Não há iluminação externa e a troca da guarda é feita com lanternas e gritos à noite.

#### **IMAGEM - Vista geral da Penitenciária de Alcaçuz**



Fonte: [umarizalcompleto.blogspot.com](http://umarizalcompleto.blogspot.com), acessado em 10/09/2011.

A estrutura física da Penitenciária, embora seja ainda bastante recente, encontra-se bastante deteriorada. O piso das celas não possui proteção de concreto,

sendo, assim como as paredes, feitos de tijolos e argamassa. O resultado é que o presídio, no dizer de seus moradores, é um verdadeiro “queijo suíço”. Túneis e buracos, facilitados pelo solo litorâneo, estão por toda a parte. As tentativas de fuga, muitas com êxito, são constantes e diárias. O posto médico e odontológico não funciona há muitos anos. Após uma rebelião, a padaria e a cozinha foram destruídas. Estas se encontram contíguas ao Pavilhão do Trabalho, assim como a lavanderia. Assim como a cozinha, esta é de tipo industrial e serve a todo o presídio. Outro espaço significativo é a “Fábrica de Cartuchos”, uma oficina de reciclagem de cartuchos de impressoras de computador que fica anexa ao Pavilhão do Trabalho.

Superlotado (sua capacidade é para pouco mais de 250 apenados), estruturalmente deficitário, o presídio não mais pode ser chamado de segurança máxima. Pelo contrário, possui a mais alta estatística de fugas dentre os presídios do Rio Grande do Norte.

Atualmente, Alcaçuz é administrado por Wellington Marques Tavares (Diretor) e por Rubiano Nascimento Rocha (Vice-Diretor). O presídio, nos últimos 4 anos, passou por diversas diretorias, todas removidas devido a crises subseqüentes causadas pelo maior problema que aflige o local: fugas constantes que são sempre registradas, principalmente através dos inúmeros túneis que ligam os pavilhões ao outro lado dos muros. Principalmente o Pavilhão 4, pela sua proximidade ao lado esquerdo do muro do presídio.



### 3 HABITUS PRECÁRIO E SOCIABILIDADE VIOLENTA

(...)

Mãe...

(...)

Seis horas... apaga se a luz de mais um dia, na tarde tristonha o sino tange momentos de orações - Ave Maria - tudo vai ficando quieto só na cidade se ouve aralidos, burburinho de carros, metrôs e sons coloridos chegam com a gargalhada de uma criança.

E assim todo nosso ambiente vai se fazendo mais cercado e silente pelas muralhas da solidão e da desesperança.

Nove horas... a sentinela lá da sua guarita distante, sobre um dos portões fortes e gigantes, inicia o toque de silêncio em seu clarim.

O cerco da solidão vai se apertando a medida que as luzes vão se apagando.

Noite dos fantasmas e tenebrosa pra mim.

(Muralhas da Solidão - Lindomar Castilho).

### 3.1. O HABITUS NUMA ECONOMIA SIMBÓLICA

Para Pierre Bourdieu, são enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Que “contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 1989, p.11-12). Deste modo, o campo de produção simbólica é visto como “um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (IDEM).

Deste modo, os sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo.

Para Bourdieu, pode-se representar o mundo social

em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder (*ou capital: econômico, social, cultural e simbólico*) neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço (BOURDIEU, 1989, p.133-134).

Assim, na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como um campo de forças, ou seja, como um conjunto de relações de força

objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes.

O espaço social e as diferenças que nele se desenham tendem de forma espontânea a funcionar simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* ou como conjunto de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes (BOURDIEU, 1989, p.144). Da mesma forma, o espaço social é um espaço de múltiplas dimensões, um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, ou seja, que são subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica:

no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas (*ou em alianças possíveis*) de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos de antagonistas) (IDEM, p.153).

O que se busca é estabelecer o conhecimento da organização interna do campo simbólico – cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente.

Podemos falar de um campo da delinquência, assim como, por exemplo, de um campo religioso? Caso possamos, este novo campo deve abranger as configurações particulares que o campo da delinquência assume em diversas formações sociais. Suas características partem do quadro de referência o campo de forças propriamente transgressoras no interior do qual se defrontam os representantes delinquentes dos grupos dominantes e dominados (existindo em ambos). Sua dinâmica depende das transformações por que passa a estrutura social, seja pelo surgimento de novos grupos com interesses determinados, seja pela ruptura ou crise do sistema de dominação, seja pelas novas alianças entre

grupos e/ou frações que detêm o papel hegemônico. Para tanto, é interessante aqui discutir aqui a teoria de mercado de bens simbólicos em Bourdieu.

Isto posto,

a noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato que toda a “realidade” que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam *posições relativas* em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p.49).

Em geral, as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podem ser compreendidas de forma integral a não ser construindo princípios geradores que fundamentam essas diferenças na objetividade. Princípio como o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – que variam portanto, de acordo com os lugares e os momentos. Assim, o espaço social global é descrito como um *campo*, isto é,

como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50).

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos é paralelo a um “processo de diferenciação cujos princípios residem na diversidade dos públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos, e cujas condições de possibilidade residem na própria natureza dos bens simbólicos” (BOURDIEU, 1992, p. 102-103). Ou seja, para cada tipo de categoria de produtos, derivada da própria característica do bem simbólico, ter-se-ia um mercado próprio.

Os bens simbólicos se constituem enquanto realidades com dupla face – mercadorias e significações – , cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmos nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural. Deste modo, a priori, podemos falar também de um mercado de bens ilícitos, na medida em que eles formam uma categoria diferenciada de bens e na medida em que formam um campo à parte.

Para Bourdieu, o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como

o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos. O campo de produção propriamente dito deriva sua estrutura específica da oposição – mais ou menos marcada conforme as esferas da vida intelectual e artística – que se estabelece entre, de um lado, o *campo de produção erudita (que obedece a leis internas próprias)* enquanto sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtores de bens culturais e , de outro, o *campo da indústria cultural (que obedece a leis de mercado)* especificamente organizado com vistas à produção de bens culturais destinados a não-produtores de bens culturais (“o grande público”) (1992, p. 105).

Em um mercado de bens ilícitos não teríamos uma diferenciação entre um campo erudito e um campo de massas. A produção de bens ilícitos se diferenciaria muito mais pela distância entre os crimes populares, sem grande organização e racionalidade, pautados em técnicas tradicionais de delinquência e aqueles perpetrados pelos grupos dominantes e grandes grupos organizados, pautados por uma lógica organizacional, ligados ao Estado e ao Mercado (grandes corporações), em grandes esquemas de fraude e corrupção. Os primeiros possuem pouca legitimidade e são combatidos pelo Estado, assim como vistos socialmente como perigosos. Os segundos, no caso da sociedade brasileira, chegam a ser valorizados em certos círculos sociais e, praticamente, não são punidos.

Em mercados de bens ilícitos temos uma oposição entre o legítimo e o ilegítimo. Para Bourdieu se impõe com a mesma necessidade arbitrária e recobre a oposição entre dois modos de produção: temos de um lado, o modo de produção

“característico de um campo de produção que fornece a si mesmo seu próprio mercado e que depende, para sua reprodução, de um sistema de ensino que opera ademais como instância de legitimação”, ou seja, um espaço onde determinadas práticas são legitimadas, como por exemplo comprar um DVD pirata ou fotocopiar textos na universidade; e “de outro, o modo de produção característico de um campo de produção que se organiza em relação a uma demanda externa, social e culturalmente inferior”, que por isso é tratada como marginal e periférica e, por isso, deve ser punida com rigor (BOURDIEU, 1992, p. 151).

Isto posto, importa agora discutir o conceito de *habitus* e suas implicações. Segundo Bourdieu, as estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe ou grupo), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*,

sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p. 60-61).

Talvez fosse também o caso de se falar de um *habitus* diferenciado, precário (que desenvolveremos no segmento seguinte). Um *habitus* sujeito à repressão do Estado e da sociedade e outro legitimado como apenas uma transgressão ética e moral. Como o campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão, podemos, sem problemas, pensar esse mercado enquanto um campo. No final das contas, espaço de relações de Poder. A estratégia dos agentes em cada campo ou mercado se orienta em função da posição que eles detêm no interior do campo, a ação se realizando sempre no sentido da “maximização dos lucros”. O ator

tenderia, dessa forma, a “investir” em qualquer tipo de capital, procurando sempre um meio de acumulá-lo o mais rapidamente possível (BOURDIEU, 1989).

Tendo em vista que os atores sociais elaboram estratégias de ação, estas ocorrem no âmbito mesmo dos limites impostos pela estrutura do campo e particularmente devido ao seu grau de concentração. Temos assim a importância dos chamados “efeitos de campo”, que uma visão estrutural permite visualizar. Assim, o peso que as ações detêm na estrutura do campo termina por influenciar, por exemplo, nas estratégias de ação mais distintas (como aquelas que se desenrolam nas prisões).

Lembrando que diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a reinterpretação simbólica de diferenças inscritas nas condições de existência de cada grupo. Deste modo, as práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que nós chamamos aqui estilo de vida) porque são “o produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto” (BOURDIEU, 1994, p. 82).

O *habitus*, como disposição incorporada, depende essencialmente da posição do agente no espaço social e condiciona, de maneira inconsciente, a visão de mundo do agente e o seu comportamento. Assim, o *habitus* liga-se também a trajetória pessoal do agente, assim como do capital específico que ele possui em dado campo simbólico. Assim,

o *habitus*, tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram. (...) A interiorização, pelos atores, dos valores, normas e princípios sociais assegura, dessa forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo (BOURDIEU, 1994, p.15)

Quando consideramos que as práticas sociais se traduzem por uma “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”, estamos dizendo

que a noção de *habitus* não apenas se aplica à interiorização das normas e dos valores, mas inclui também os sistemas de classificações que existem anteriormente às representações sociais. Daí porque o *habitus* pressupõe “um conjunto de “esquemas generativos” que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação” (BOURDIEU, 1994, p.16).

Para Bourdieu, “uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (1996, p. 21-22). O *habitus* aparece como um princípio gerador e unificador que traduz e retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma determinada posição em um estilo de vida específico, isto é, “em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (IDEM). Ao mesmo tempo, são também “esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes” (IBDEM).

Esses esquemas permitem construir, de certa medida, o próprio processo de dominação, que nem sempre é percebida. Segundo Bourdieu,

“(…) a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. (...) sempre vi na dominação masculina, (...) o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (2009, p.7-8).

Bourdieu lembra que, quando os dominados aplicam aos que os dominam, esquemas que são produtos diretos da dominação ou mesmo quando seus “pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão”. Existe sempre lugar para uma “*luta cognitiva* a propósito do sentido das coisas do mundo”.



Assim, a “indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica” (2009, p.22).

É lícito lembrar que essas estruturas de dominação “são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (2009, p.46). Isso termina por produzir as mais variadas formas de reprodução da desigualdade e de distinções sociais oriundas da dominação. Desta forma,

o efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2009, p.50).

Essa lógica paradoxal da dominação, que é *espontânea e extorquida*, só pode ser compreendida se mantivermos ligados aos *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe. Essa dominação consegue seu efeito através de mecanismos que permitem sua reprodução social. A violência simbólica se processa através de um ato de reconhecimento e de desconhecimento prático, ato que se dá aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a “todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem”. Lembremos porém que uma relação de dominação depende “*para sua perpetuação ou para sua transformação*, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes” (BOURDIEU, 2009, p.54-55).

Logo adiante, é fundamental realizarmos uma discussão acerca da especificidade da dominação simbólica no Brasil, na medida em que esta se constitui na efetivação de um tipo específico de *habitus* precarizado e, ao mesmo

tempo, como este tipo de habitus aparece no nosso universo estudado.

### 3.2 HABITUS PRECÁRIO E VIOLÊNCIA

Para Luiz Antônio Machado da Silva (2004), existe uma relação entre a produção simbólica e certas práticas sociais em sua concretude e singularidade mais imediata. Daí, ele “esboça” o conceito de *sociabilidade violenta*, onde o mesmo procurou captar a natureza e o sentido de uma radical transformação na qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns. O crime não deve ser visto como o “momento” de um processo, mas enquanto um “objeto construído”, de forma parcial. O importante é preocupar-se como as relações de força se “estruturam, na atualidade, um complexo de práticas associadas ao que é definido como crime comum violento”, a chamada sociabilidade violenta (SILVA, 2004, p. 55).

existe uma expressão muito difundida e coletivamente aceita pelas populações urbanas para descrever cognitivamente e organizar o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violenta e suas vítimas atuais ou potenciais – violência urbana (SILVA, 2004, p. 57).

Neste sentido, toma-se a violência urbana como uma representação coletiva, no sentido durkheimiano. Esta representação da violência seleciona e indica um conjunto de práticas que se ligam à integridade física e a garantia patrimonial. A violência urbana é vista como um mapa que apresenta aos atores sociais cursos de ações práticas que são, invariavelmente, obrigatórios. Expressa-se aqui um estilo de vida (um *habitus*), onde o uso da força é utilizado como “princípio organizador das relações sociais” (SILVA, 2004, p. 59).

Isto posto, podemos dizer que a representação da violência termina por captar, de forma simbólica, um aspecto da vida cotidiana onde temos a universalização da força como fundamento de um conjunto de práticas que

suspende o monopólio do uso da violência do Estado, disseminando esse uso para outras áreas. Temos assim, a exposição de um modo de vida urbana, fragmentário, onde um padrão de sociabilidade violenta se esboça. Quando falamos de violência urbana não nos referimos a comportamentos isolados, “mas à sua articulação como uma ordem social” específica (SILVA, 2004, p. 59-60).

Neste contexto, as atividades consideradas como criminosas (assaltos, roubos, seqüestros, etc.) estão sendo deixados de ser considerados como desviantes e ocasionais a ponto de afetar os padrões convencionais de sociabilidade. Enquanto um conjunto de práticas hierarquicamente articuladas, a violência urbana está destruindo ou substituindo os padrões convencionais de sociabilidade, onde pode-se verificar uma convivência entre formas de sociabilidades comuns e sociabilidade violenta. Assim,

os modelos de conduta a que se refere esta representação procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal e expressam, implicitamente, uma participação subordinada no complexo de práticas que constitui a violência urbana. (...) as populações que produzem esta representação e por ela organizam (parte de) suas condutas não são “portadoras” (os agentes produtores) do sentido desta ordem social. Construir a representação da violência urbana apenas lhes permite uma adesão orgânica que, em última instância, valida esta ordem social e ao mesmo tempo, reorganiza a vivência e permite a compreensão de uma rotina cotidiana fragmentada (SILVA, 2004, p. 62).

O recurso universal à força e à violência é o elemento central deste conjunto de práticas e representações. Mesmo assim, os riscos dessas condutas são altos, o que mostra que existe uma ligação entre a ordem pública e a criminalidade violenta (numa possível crise de autoridade institucional, de um lado, e a do surgimento de alternativas de novas vivências e práticas sociais, de outro). Isto posto, como já colocado, a sociabilidade violenta, expressa uma dada *ordem social*, ou seja, um complexo orgânico de práticas. Mesmo assim, “a violência urbana”, como referência para a formação das ações está longe de cancelar ou substituir orientações subjetivas relacionadas à ordem estatal” (SILVA, 2004, p. 73). Isto porque, “é a partir destas que a representação da violência urbana se constrói, pois a experiência que

a fundamenta é a ameaça á segurança, e a avaliação desta se reporta a uma ordem institucional-legal ideal tomada como parâmetro” (IDEM).

Escapa-se, assim, da ordem estatal, onde até mesmo os bandos criminosos se organizam e se destacam enquanto ordem instituída. Haveria, nesse processo, a percepção da violência como princípio de regulação das relações sociais. Assim, temos uma “disjunção na formação das condutas entre os portadores da violência urbana (...) e os contingentes dominados, capazes de, sob certas circunstâncias, aderir a esta ordem sem cancelar a aceitação da ordem estatal” (SILVA, 2004, p. 74). O que uniria estas condutas em um sistema complexo de práticas organizadas seria justamente o reconhecimento (instrumental) da resistência física representada pela força de que podem dispor os demais agentes. Daí porque a sociabilidade violenta não venha dispor de uma linguagem própria, expressando-se a partir de uma resignificação da linguagem corrente.

João, 27 anos, apenado do Pavilhão 1, preso por assalto, aponta que sua inserção no “mundo do crime” se deu a partir de uma vida difícil de pobreza e, ao mesmo tempo, da facilidade do acesso às drogas. Para sobreviver, começou a realizar pequenos delitos:

(...) foi quando eu vim, eu fiquei me envolvendo com drogas, com pessoas assim, que cometiam pequenos furtos, prostituição. Usei maconha. Não digo assim que seja de uso constante, era mais o contato visual de ver outras pessoas usando, andando na madrugada, de ver coisas como prostituição. A partir daí, devido as circunstância que eram precárias, comecei a cometer também alguns delitos para poder... mais questão de sobrevivência né? [sic] Quando você tá na rua, você tem de agir né? [sic] Senão você morre de fome (JOÃO, 27 ANOS).

Arthur, 20 anos, Pavilhão 4, preso por assalto e homicídio, aponta que sua prisão foi causada após ter executado um crime passional: foi tomar as “dores” da “honra” de sua esposa e terminou matando o suposto agressor moral. Também aponta a injustiça que lhe foi imputada, na medida em que lhe acusaram de um assalto que ele alega não ter cometido:

A primeira fui acusado de um assalto sem ter sido eu que fiz. Fui absolvido e passei poucos meses, fui absolvido, fui para a liberdade. Depois eu cometi um homicídio. O rapaz desacatou minha esposa, aí por isso eu tirei a vida dele. Só que preso, passei um ano e seis meses, fui pra rua desse mesmo crime. Aí butaram um mandato de prisão, aí retornei pra cá de novo, estou a oito meses preso sem audiência (ARTHUR, 20 ANOS).

Da mesma forma que Arthur, Paulo, 31 anos, oriundo da classe média natalense, preso por homicídio, culpa sua própria conduta como causadora de seus males atuais. Afirma que vivia em brigas com amigos e “más companhias”, o que lhe levou ao crime:

Fui preso a primeira vez por homicídio, porque fui brigar, tava bêbado. Vivia arrumando problema, pois tudo eu tentava resolver com a violência. Lembrando assim, acabou com a minha vida né? Terminei aqui... pedi muito a Deus paciência para suportar né? (PAULO, 31 ANOS).

Nelson, 22 anos, condenado por tráfico de drogas, cumprindo pena no Pavilhão 4, afirma que sua conduta anterior à prisão era de envolvimento constante em brigas, principalmente em festas. Não admitia ser confrontado ou “levar barato” qualquer coisa que considerasse ofensa à sua pessoa:

Eu sempre fui brigão, muito brabo [sic] sabe? Eu tinha uns 20 anos e sempre ia pro forró. Aí, em uma vez que eu estava no forró, lá no Bom Pastor, uns caras ficaram de onda comigo e eu fui prá cima [sic]. Não sou homem de levar barato não, furei um e botei os outros prá correr [sic]. Mas ele não morreu não (NELSON, 22 ANOS).

Um último exemplo é o de Tiago, 28 anos, também do Pavilhão 4, cumprindo pena por tráfico de drogas, que culpa as drogas, especialmente o crack como motivador de sua violência. A droga sempre lhe deixava agressivo e fora de controle, principalmente, como mostra abaixo, quando tentavam roubar-lhe o crack:

Depois que eu saí de casa eu passei a usar droga direto, a pedra né? A pedra sempre me deixava meio [ruído]. Mas eu fumava

sozinho, nunca com alguém. Uma vez fumando, um cara tentou dar um descuido e levar a pedra. Corri e peguei ele. Bati muito (TIAGO, 28 ANOS).

Em outra perspectiva, quando falamos de uma pretensa “organização da criminalidade”, levamos em conta que “os modelos correntes de entendimento da organização da violência criminal” (SILVA, 2004, p. 76), com todas as suas nuances (gangues, máfia, etc.), não se aplicam, pois

todos eles se baseiam em princípios como honra, lealdade, companheirismo, cooperação, solidariedade, que reproduzem a idéia tradicional de uma pacificação entre os iguais (redução do recurso à violência aberta entre os pares), reorientando as práticas violentas para o exterior (SILVA, 2004, p. 76).

O complexo que se forma por estas práticas se fundamenta no mesmo princípio de subjugação pela força, uma espécie de amálgama de interesses individuais, com um sistema hierárquico e códigos de conduta (uma “paz armada”) onde todos obedecem por saberem ser mais fracos. Não haveria “fins coletivos” nem “subordinação”, “todas as formas de interação constituem-se em técnicas de submissão que eliminam a vontade e as orientações subjetivas dos demais participantes como elemento significativos da situação” (SILVA, 2004, p. 77).

O *habitus* manifesta-se enquanto um sistema auto-regulador de princípios implícitos e explícitos, universalmente qualificados como princípios geradores, onde podemos observar dois tipos de relações: uma estrutura objetiva que define as condições sociais particulares que produzem as práticas construídas pelo próprio *habitus*; e condições que parecem representar um estado particular do *habitus*. Nesta perspectiva, mesmo ao pensar a prisão como uma espécie de *habitus* é, em si, uma exceção, “pois o controle social tende a ser encarado como uma punição necessária, a despeito do fato de o intento ser raramente levado a cabo” (CICOUREL, 2007, p. 170).

Pensar o *habitus* inserido no contexto que apresentamos passa pela

discussão proposta por Jessé Souza. Segundo ele, a naturalização da desigualdade social e uma conseqüente produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa em países tidos como periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser percebida como resultado de um processo de modernização de grandes proporções a partir do século XIX. Isso significa que nossa desigualdade social e sua naturalização na vida cotidiana é moderna e não tradicional, pois está ligada à “eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação ‘de fora para dentro’”. Desta maneira, “ao contrário de ser ‘personalista’, ela retira sua eficácia da ‘impessoalidade’ típica dos valores e instituições modernas” (SOUZA, 2004, p. 80).

Souza aponta que o Brasil é possuidor de apenas um código valorativo dominante pautado no individualismo moral ocidental, não se confundindo este com o indivíduo empírico e com todas as realizações culturais do ocidente, inclusive uma forma específica de racionalidade. Assim, “dizer que o nosso código valorativo dominante é o do individualismo moral desde então, não significa dizer, obviamente, que o Brasil seja um país moderno, rico e democrático como os países centrais do ocidente”. Apenas significa que aqui se pautam os valores ocidentais como parâmetro e não como regra absoluta (SOUZA, 2000, p. 254).

Embora possa se falar no Brasil de um processo modernizador, este se deu de forma seletiva, ou seja, o acesso aos bens culturais ocidentais (igualdade jurídica, liberdade, racionalidade e direitos subjetivos) não seja igual para todas as classes e indivíduos.

Pessoalidade, dependência pessoal, fragmentação da consciência, vínculos sociais subordinados a situações particulares e não universais e outros elementos se agregam a uma visão da eficiência individual que é destoante dessa lógica. Daí que o abandono social e político dos setores mais desprivilegiados é percebido como “fracasso individual” o que dificulta a articulação política do descontentamento (SOUZA, 2000, p. 261).

Deste modo, João, 27 anos, mostra que sua vida foi pautada pela miséria e sofrimento. Além disso, o abandono familiar na adolescência levou-o a um caminho que ele caracteriza, reproduzindo o discurso social, como “errado”, onde ele vai

terminar “não dando pra nada”:

Minha infância foi um pouco assim sofrida né? Devido a dificuldade financeira, não tinha assim, recurso aí, a gente teve que viver esse tipo de situação até fazendo uma coisa errada até por conta desses motivos. Passei quase um ano morando na rua, minha família foi morar no interior e eu fiquei sem ter destino. Aos 14 anos de idade, eu fiquei quase um ano só. Terminei não dando pra nada [sic] (JOÃO, 27 ANOS).

Beto, 41 anos, “cadeeiro velho” afirma que sua entrada no mundo do crime adveio de uma infância pobre, mas normal. O evento catalizador foi o acesso às drogas e as más companhias. Preso por tráfico, na primeira vez, embora portasse pequena quantidade de maconha, terminou preso: “Minha infância foi normal. No começo foi bom, eu estudava, fiz até a quinta série, ai comecei a entrar na vida das drogas e tal, e a beber e tal. Fui preso drogas. Fui preso Por maconha” (BETO, 41 ANOS).

Luiz Antônio, 59 anos, mostra uma infância pobre e abandonada, assim como a de João. Órfão de pai desde os 3 anos de idade, foi criado apenas pela mãe, em bairro violento. Seu discurso reproduz axiomas de que “o homem é produto do meio”. Ao mesmo tempo, mostra que sua infância e educação foram marcadas pela violência familiar:

A minha infância e meu convívio familiar não foi nada bem, pelo seguinte... porque meu pai nos abandonou com 3 anos de idade, a partir daí fui criado só pela minha mãe, e... como diz, o homem é produto do meio, né? [sic] Criado em bairro violento, homem violento. Criado em sociedade, homem social. (...) eu fui criado uma criança com a violência do lado... apanhava por tudo. (LUIZ ANTÔNIO, 59 ANOS).

Kleber, 34 anos, cumprindo pena no Pavilhão 3, preso por assalto, aponta uma infância pobre e sofrida de menino do interior do Rio Grande do Norte. Abandonado também pelo pai, foi criado às duras custas pela mãe faxineira, tendo estudado só até o 4º ano do ensino básico, antiga 3ª série:



Minha infância não era boa não viu ? Muito sofrido, sofri muito. Muito mesmo. Sem educação, fui criado sem pai, me abandonou quando eu tinha quatro anos de idade e eu sofri muito, muito mesmo. Não foi brincadeira não. Morava no interior, Pedro Avelino. Mamãe era faxineira, fazia faxina, lavava as roupas dos outros, essas coisas. Eu fiz só até a terceira série [ensino fundamental] só (KLEBER, 34 ANOS).

André, 19 anos, o mais novo de nossos entrevistados em Alcaçuz, cumprindo pena no Pavilhão do Trabalho, preso por tráfico de drogas, também define sua infância como pautada por miséria, violência e a presença das drogas. Viciado desde a infância, logo tornou-se pequeno traficante para poder dar continuidade a seu vício:

Minha infância não foi muito boa, foi no meio de muita bagunça, muita droga. No meio da criminalidade. É tanto que depois que eu me envolvi com o crime fui preso. Já fui preso, essa não é a primeira. Cai no mundo das drogas. Estou tentando trabalhar para quando sair, procurar um emprego, cuidar dos meus filhos, voltar à sociedade. Fui preso por tráfico de drogas (ANDRÉ, 19 ANOS).

No mesmo sentido, Arthur, 20 anos, aponta seu abandono tanto pelo pai como, posteriormente, pela mãe alcoólatra. Criado pela avó e depois pela tia, sua grande referência, logo na adolescência iniciou sua “vida no crime”:

Minha infância não foi nada boa, perdi meu pai tinha um ano e seis meses e depois fiquei com minha mãe. Minha mãe vivia bebendo, alcoólatra, fiquei com minha avó. Aí minha avó faleceu eu tinha 9 anos e depois fui morar com minha tia, depois foi o tempo que eu estava trabalhando, aí me envolvi num crime aí agora, com vinte anos já no crime, aí estou preso aqui agora (ARTHUR, 20 ANOS).

A modernidade brasileira é pautada na aceitação dos valores modernos e ocidentais como únicos e legítimos. A questão é que, de um lado esses são os valores dominantes; de outro as práticas sociais são destoantes e terminam por manter um processo de exclusão pautado em valores tradicionais. Isto posto,

para a imensa maioria da legião dos párias urbanos e rurais, sem lugar no novo sistema, produto de séculos de abandono, a desigualdade aparece como um resultado *natural*, muitas vezes percebido como fracasso próprio. Essa atitude parece-me típica da forma do tratamento respeitoso que a imensa maioria das pessoas do povo dedica aos seus compatriotas da classe média. Como o sentimento de injustiça não é articulado, ele permanece um sentimento indeterminado, um mal-estar, que pode resultar em protestos pré-políticos de extraordinária violência como quebradeiras, arrastões ou a pura e simples violência criminosa (SOUZA, 2000, p. 267).

Nada, porém, se constituiria em um dualismo. O que se verifica é um fenômeno peculiarmente brasileiro.

Segundo João, 27 anos, Pavilhão 1, sua entrada no crime foi um processo que ele vê como “natural”, mas também impulsionado por uma sociedade que não lhe deu nenhuma oportunidade. A precariedade de sua vida é um dos fatores que, juntamente com sua escolha do crime, perfaz seu itinerário até a prisão:

Comecei a trabalhar, mas fui demitido. Trabalhei numa transportadora. Trabalhei também em obra. Aí devido a esses problemas e quando a gente é jovem, as vezes vai e pensa que indo por um determinado caminho vai conseguir alguma vantagem, alguma coisa e pretende ate sair sem problema né? [sic].

Do mesmo modo, Beto mostra que nunca conseguiu, devido a sua baixa escolaridade, nada além de trabalhos precarizados como biscateiro, ambulante ou servente de pedreiro, todos caracterizados pelos baixos salários e pela sazonalidade:

Eu cheguei a fazer *biscaite* mas serviço [sic] fechado não. Biscate de servente de pedreiro. Trabalhei um tempo de camelô. Eu trabalhava para pagar as coisas em casa, mas era mais para o consumo de drogas, maconha (BETO, 41 ANOS).

André, 19 anos e Filipe, 29 anos apontam que o uso de drogas ilícitas, principalmente o crack, foi o principal motivador de deixarem seus trabalhos, o primeiro em um lava-jato e o segundo como agricultor:

Trabalhei sim, em supermercado, trabalhei também em lava-jato. Depois caí no mundo do crime. Passei a traficar porque consumia, outra parte porque trazia dinheiro pra minha família também. Era o crack. Não uso mais não, consegui me livrar (ANDRÉ, 19 ANOS).

Eu me afastei da minha família por causa da droga sabe? Comecei a me afastar da minha família. Eu usei crack, maconha. Uso ainda até hoje mas já tentei me afastar das drogas. Estudei só até o segundo ano primário. Trabalhava mais em roça (FILIPE, 29 ANOS).

Existiria, no Brasil, uma “ideologia espontânea”, que seria fundamental no entendimento da produção social da desigualdade e da subcidadania. O Ocidente moderno se caracterizaria por uma estrutura psicossocial pautada no reconhecimento social. Essa estrutura é o pressuposto da consolidação de sistemas racionais-formais (mercado e Estado, por exemplo). Ao se generalizarem-se essas pré-condições, temos a formação da “cidadania”, isto é, um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado moderno numa efetiva pressuposição de igualdade. Segundo Souza, “para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada” (2004, p. 84).

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, argumenta que, no processo de formação histórica do Brasil, os portugueses atribuíam o valor de um homem da extensão em “que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste”. Herdamos dos lusitanos uma singular “tibieza das formas de organização, de todas as associações”. Afinal, “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Da mesma maneira, toda hierarquia fundava-se necessariamente em privilégios. Predomina aqui a “irracionalidade específica, a injustiça social de certo prestígio pessoal, independente do nome herdado”. Essa seria uma ética social de fidalgos, de acordo com a qual os bens materiais, “os altos feitos e as altas virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a prosápia de sangue” (HOLANDA, 1995, p. 32-37).

Jessé Souza explicita uma visão que, de certa maneira, vai um pouco além da perspectiva clássica de Holanda. Partindo da perspectiva de Bourdieu, Souza

explica que esse processo de internalização passa pelo conceito de *habitus*. Essa pretensa “ideologia espontânea” nada mais seria do que um conjunto de suposições ligadas a um estilo de vida, o qual conforma o *habitus* estratificado e por classes sociais e legitima o acesso diferencial aos recursos sociais. O autor propõe uma subdivisão da categoria de *habitus* (visando superar suas deficiências), acrescentando-lhe uma “dimensão genética e diacrônica à temática de sua constituição”. A idéia seria pensar uma pluralidade de *habitus*. O processo histórico de modernização periférica pelo qual o Brasil passou (e passa) não equalizou as classes sociais em todas as esferas da vida, embora tenha generalizado os ideais de igualdade (SOUZA, 2004, p. 87).

Isto posto, o *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário em sentido decrescente,

aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social com todas as dramáticas conseqüências existenciais e políticas aí implicadas (SOUZA, 2004, p. 87).

Deste modo, este tipo de *habitus* está ligado a formas de reconhecimento social desiguais, incluindo aí a percepção de dignidade. Uma certa atribuição de respeito social nos papéis de produtor e de cidadão é mediada pela abstração mediada pelo mercado de indivíduos pensados como “suporte de distinções” possuidores de valor relativo. Conseqüentemente, essa ideologia do “desempenho” funcionaria como uma legitimação subpolítica incrustada no dia-a-dia e pautada em instituições como o mercado e o Estado (SOUZA, 2006b).

Numa sociedade onde existe uma ausência de precondições cognitivas “para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (...) do papel de produtor, com reflexos diretos no papel do cidadão, (...) implica a constituição de um *habitus* marcado pela precariedade”. Daí que, esse *habitus* pode se referir tanto a setores tradicionais da classe trabalhadora que não conseguem se adequar às novas demandas do mercado de trabalho, como também às camadas mais populares no

Brasil (*ralé*). Essas camadas marginalizadas são formadas por indivíduos inadaptados a um novo contexto histórico de flexibilização do trabalho e de globalização (SOUZA, 2004, p. 89).

Uma amostra deste tipo de habitus pode ser exposta no depoimento abaixo:

Tem pessoas que tão ali porque as vezes uma atitude ate de desespero, por incrível que pareça, porque foi roubar num supermercado, foi fazer um descuido, foi roubar um alimento, ta preso há mais de ano. Então existem pessoas que as vezes pela, por vicio de drogas, comete um pequeno delito e não quer dizer que seja uma pessoa do mal, que... agressiva, violenta, esse tipo de coisa. Existem pessoas que por um delito assim, por uso de drogas, às vezes num supermercado pra furtar um negócio, ou então por outras pessoas que venham a fazer um outro delito no intuito de garantir o sustento da família. Não quer dizer que a pessoa seja agressiva ou homicida, esse tipo de coisa que se separa, ta entendendo? Que gosta de fazer o mal, praticar um homicídio ou fazer o mal aos outros. Isso ai existe, mas, as vezes tem pessoas que não, que se envolveu as vezes numa situação ali transportando uma droga para ganhar um... em troca de um qualquer para ganhar o sustento da familia. Ai ta preso, as vezes desde outro estado, chega num canto e é preso (JOÃO, 27 ANOS).

O habitus precário também pode ser esboçado no sentimento de injustiça que muitos presos expressam. A falta de uma estrutura de assistência jurídica adequada, além do fato do sistema jurídico-penal ser extremamente oneroso, faz com que muitos presos sintam-se injustiçados por não poderem provar sua pretensa inocência. Isso, principalmente, em um país onde o sistema de execução penal praticamente só prende pobres e pessoas com baixa escolaridade:

Fui preso, fui acusado de assalto, de um bocado de coisas que eu nem fiz, tô sendo... é a maior injustiça do mundo que tão fazendo na minha vida, comigo, com minha pessoa. Tô sendo acusado de assalto, de estupro, de tudo no mundo, de um bocado de coisa que butaram na minha vida, que eu nunca fui preso em minha vida, por nada. Fui preso com 32 anos. Hoje estou com 34 (KLEBER, 34 ANOS).

Outro elemento fundamental nessa caracterização é que, em sociedades consideradas periféricas como o Brasil, um certo atributo de “europeidade” se

constituiu, em seu processo de modernização exógena, no critério de segmentação social entre indivíduos e classes sociais integrados e não integrados, classificados e desclassificados. Essa europeidade se caracterizaria por impor uma internalização generalizada de uma certa “disciplina”, onde a inadaptação a esta é tomada como “fracasso pessoal”. Esse critério de “desempenho” contribuiria, decisivamente, para o reconhecimento social de sucesso ou de fracasso pessoal.

Existe, em países periféricos como o Brasil, toda uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, posto que não participam do contexto valorativo de fundo – (...) “dignidade” do agente racional –, primeira condição de possibilidade para o efetivo compartilhamento, por todos, da idéia de igualdade nessa condição fundamental para a constituição de um *habitus* que, por incorporar as características disciplinarizadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas no contexto do capitalismo moderno, podemos denominar de *habitus* primário (SOUZA, 2004, p. 91).

Souza aponta o *habitus* precário enquanto o limite do *habitus* primário para baixo, isto é, as disposições de comportamento e tipo de personalidade que não atenderia às demandas objetivas exigidas para o reconhecimento de um indivíduo ou grupo na ótica moderna e competitiva. Sem esse reconhecimento, o indivíduo não pode gozar de um status positivo pleno com suas conseqüências existenciais e políticas. Uma verdadeira “ideologia do desempenho” que se pauta na idéia de dignidade do agente racional que termina por encobrir as desigualdades por trás desta noção.

Uma parcela da população, assim, é vista como uma categoria sub-humana, abaixo da parcela portadora de distinção social. Visão internalizada, não é intencional. Esta é uma dimensão objetiva, subliminar, implícita e não transparente. Está ligada a uma visão de mundo e a um *habitus* distintivo (secundário) que constrói uma hierarquia moral, fundamentadora dessas distinções. Assim, o *habitus* precário é um fenômeno de massas, constituindo uma verdadeira “ralé estrutural” formada por grupos sociais precarizados, caracterizados como subprodutores e subcidadãos (SOUZA, 2006, p. 184).

Criticando as ênfases economicistas, Souza critica

todas essas ênfases deslocadas, ainda que certamente possam obter resultados inegavelmente positivos topicamente, sempre passam ao largo da contradição principal deste tipo de sociedade que, aos meus olhos, tem a ver com a constituição de uma gigantesca “ralé” de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas, constituindo-se numa legião de “imprestáveis, no sentido sóbrio e objetivo deste termo (SOUZA, 2006, p. 184).

A crença de que o desenvolvimento econômico, pura e simplesmente, resolveria essas contradições cai por terra. Souza, ao invés de supor uma “esquemática” do processo de modernização brasileiro, em suas heranças personalistas pré-modernas, mostra essa singularidade tem mais a ver com a especificidade da forma como a modernização se gestou combinada com uma “esquemática” produzida pela ambígua herança escravocrata.

Parte significativa dos apenados expõe esse tipo de representações a partir da exposição de suas profissões e de sua vida como trabalhadores, antes da prisão. Em geral, são atividades com pouca qualificação profissional, a maioria “biscates”, empregos ocasionais como mostrado anteriormente. Um itinerário de sub-empregos ou de trabalhos ocasionais, perpassados por períodos na prisão.

Se um *habitus primário* implica um conjunto “de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas”, isso leva a reflexos diretos no papel do cidadão, em condições capitalistas modernas, onde, quando estas não aparecem, de alguma forma, isso implica na constituição de um *habitus* marcado pela precariedade (SOUZA, 2000, p. 170).

Temos a formação de todo um segmento de inadaptados, um fenômeno de massas na sociedade brasileira, um abismo criado desde o limiar do século XIX e intensificado a partir de 1930 em diante. Construiu-se, aqui, um processo de inadaptação de considerável parcela da população à modernização que é percebida, por essas classes excluídas, como um “fracasso pessoal”.

A violência apresenta-se, como discutido no início deste sub-capítulo, como expressão de uma sociabilidade violenta. Imputa-se à violência enquanto

instrumento solucionador dos conflitos:

Sofri uma agressão à qual revidei e daí... e a verdade é essa, diga-se de passagem: não é que eu queira me imiscuí de direito, com razão, porque cheguei num certo clube, adentrei no recinto, porque tinha casais adentrando, então adentrei também. Ao chegar no salão, eu tava afim de fazer necessidade fisiológica, fui interpelado pela pessoa: se eu tinha dinheiro para cobrir a despesa. Eu falei: aguarde um minuto que vou no sanitário. Quando eu volto, vem três guardas truculentos, inclusive cara que [ruído] no clube, trabalhou mais eu. Expliquei minha situação, paguei, eles seguraram meu dinheiro, me botaram pra fora, quiseram me bater... ai foi obrigado... eu tava armado... revidei á altura. Ta entendendo? Foi isso ai. Numa fogueira ali que tem na Avenida 6 com a Bernardo Vieira (LUIZ ANTÔNIO, 59 ANOS).

Manoel, garoto de programa, 28 anos, cumprindo pena no Pavilhão 3 por homicídio, argumenta que a atividade de prostituição foi o caminho que preferiu seguir para não adentrar “no mundo do crime”. Ao mesmo tempo, podia manter seu vício. Terminou preso por homicídio ao cobrar uma dívida de um cliente:

Comecei a fazer programa, virei garoto de programa, pra mim nunca roubar nem o cidadão e nem a cidadã eu tive que fazer programa. Porque eu nunca roubei ninguém, Graças a Deus, então o dinheiro do programa eu mantinha meu vício. Então eu conheci uma pessoa que me chamou para fazer um programa e não quis me pagar, a gente teve uma luta corporal e em legitima defesa atingi uma faca na altura do peito. Fui preso por homicídio, fui condenado a 6 anos e a 6 meses, tirei dois e fui pra rua, sem ter onde dormir... agora to aqui a dois anos e 5 meses por abuso do semi-aberto (MANOEL, 28 ANOS).

Outras vezes, o crime se apresenta como uma espécie de “resposta” mais imediata às necessidades de consumo ou de ascensão econômica. É o caso de Expedito, 25 anos, Pavilhão do Trabalho, preso por homicídio.

Fui preso por assalto né? [sic] Eu assaltei 3 vezes. Eu não precisava assaltar, foi mais loucura mesmo. A tal da adrenalina, vontade de



crescer fácil. Aí, passei a fazer essas coisas por isso. Eu tenho família humilde que não podia me dar tudo que eu queria coisas boas, que eu tinha vontade de ter. Aí que não escutei a família e simplesmente entrei nessa vida por convites. Devido a companhias, mas por que eu quis também. Porque só a companhia não tem nada a ver, mas a má companhia tem também muito a ver né? [sic] Ai eu passei a participar de alguns assaltos. Assalto a lojas, carros, essas coisas, não muito mas fiz [sic]. (...) O que me levou ao crime foi principalmente o dinheiro fácil. Porque depois com o tempo você vai vendo que aquilo é loucura, porque você sente que vai perder a vida naquele momento né? [sic] Na realidade é só dinheiro fácil, e dinheiro passa, passa. Estou preso a 4 anos. (EXPEDITO, 25 ANOS).

Expedito mostra que o grupo e as “companhias” em que vivia, assim como o desejo de “emoção”, foram elementos que o motivaram para cometer seus primeiros delitos. A idéia do que ele apontou como “dinheiro fácil”, em uma sociedade pautada no consumo e no status advindo do mesmo são também elementos presentes em seu discurso.

A reação possível às demandas não atingidas à essa profunda exclusão podem ser percebidas, como já citado, a partir das explosões de violência e criminalidade. O criminoso, o bandido, enquanto portador desse habitus precário, é um exemplo do tipo social que também pode surgir desse processo. Levando em consideração, é claro, que nem todos os indivíduos responderão à essa precarização da mesma forma.

#### **4 DISCIPLINA E INTERAÇÃO SOCIAL EM ALÇAÇUZ**

Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,  
sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,  
sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.

Misture bem essa química.

Pronto: eis um novo detento

Lamentos no corredor, na cela, no pátio.

Ao redor do campo, em todos os cantos.

Mas eu conheço o sistema, meu irmão, hã...

Aqui não tem santo.

Rátátátá... preciso evitar  
que um safado faça minha mãe chorar.

(Diário de Um Detento – Racionais MC's)

#### 4.1. PRISÃO COMO ESPAÇO DE PODER E DISCIPLINA

Michel Foucault procurou, em *Vigiar e Punir* (2005a), trabalhar a punição como “uma função social complexa” (p. 24). Buscou analisar os métodos de punição social não como simples conseqüências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais, mas efetivamente, enquanto técnicas que detêm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Daí que ele procura adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política.

Colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem. (...) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber ‘científico’, não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder. (...) Em suma, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto (FOUCAULT, 2005a, p. 24).

Assim, o corpo é tomado como diretamente mergulhado num campo político onde as relações de poder possuiriam alcance imediato sobre ele. Daí que elas “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (p. 25). Tudo isso se liga à sua utilização econômica e, numa boa proporção, também como força de produção, onde o corpo é investido por relações de poder e de dominação. Sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num “sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2005a, p. 26).

Isto posto, o aparelho punitivo age de maneira que o ponto de aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a “alma” também, mas na medida em que é sede de hábitos. “O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos, tornam o elemento que agora é proposto à intervenção punitiva. Mais que sobre uma arte de representações, ela

deve repousar sobre uma manipulação refletida do indivíduo” (FOUCAULT, 2005a, p. 106).

O que se engaja no aparecimento da prisão é a institucionalização do poder de punir, ou mais precisamente: o poder de punir (com o objetivo estratégico que lhe foi dado no fim do século XVIII, a redução de ilegalismos populares) será mais bem realizado escondendo-se sob uma função social geral, na ‘cidade punitiva’, ou investindo-se numa instituição coercitiva, no local fechado do ‘reformatório?’ (FOUCAULT, 2005b, p. 107).

Afinal, se o crime é um dano social, se o criminoso é o inimigo da sociedade, como a lei penal deve tratar esse criminoso ou deve reagir a esse crime? Segundo Foucault (2005, p. 82), “se o crime é uma perturbação para a sociedade; se o crime não tem mais nada a ver com a falta, com a lei natural, divina, religiosa, etc., é claro que a lei penal não pode prescrever uma vingança, a redenção de um pecado”. Daí que, a lei penal deve apenas permitir uma reparação da perturbação causada à sociedade (como também percebia Durkheim). A lei penal deve ser feita de tal maneira que “o dano causado pelo indivíduo à sociedade seja apagado; se isso não for possível, é preciso que o dano não possa mais ser recomeçado pelo indivíduo em questão ou por outro. A lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social” (FOUCAULT, 2005, p. 82).

Daí que, a prisão esteve, desde sua origem no século XIX, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. A prisão era uma espécie de depósito de criminosos, assim, desde o começo a prisão deveria ter sido um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e poder agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato. A ponto de, desde 1820 se constatou que a prisão, longe de transformar os criminosos, serviu apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Ocorreu então uma certa utilização estratégica daquilo que era considerado um inconveniente: “a prisão fabrica delinqüentes, mas os delinqüentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinqüentes servem para alguma coisa” (FOUCAULT, 1995, p. 131-132):

eu na época de cabeça quente, embarquei por essa ai. Paguei praticamente de graça... aí, o que foi que aconteceu, a partir daí, vou utilizar uma palavra chula que é usada aqui na cadeia, “não teve boquinha mais não”, veio pra aqui é pra se lascar. Ai cumpri por homicídio, ai já consegui sair por relaxamento de prisão, né? E aquela história, um dia o cara vai e vai tomando gosto pelo negócio. Fiz um terceiro... aí nesse terceiro. Ai nesse terceiro to aqui até hoje. (risos) (LUIZ ANTÔNIO, 59 ANOS).

Segundo ainda Luiz Antônio, apenado do pavilhão do trabalho em Alcaçuz, reproduzindo os estereótipos da prisão enquanto uma “universidade do crime”, na medida em que permite uma “especialização” e um aprofundamento nas práticas criminosas

e outra coisa, vale salientar, eu to na universidade. Porque é o tal negócio: eu não estupro, eu não trafico, eu não assalto, eu não furto, porque eu não quero. Mas eu já aprendi bastante viu meu amigo, sou diplomado já. Isso é a verdade. Isso aqui é uma escola, não ressocializa ninguém. Isso aqui que eu falo num âmbito geral, não só Alcaçuz... se eu acho errado... eu sou muito crítico, sou cético. Eu acho errado o seguinte: porquê esse povo, esses ladrão que praticou um homicídio, um homicídio ou latrocínio, num meio de um monte de ladrão? A tendência é o que? Vou voltar a dizer uma palavra que eu já falei: é um verdadeiro... eu conheço um cara... nesses tempos que eu já passei no sistema penitenciário, eu conheço pessoas, que entrou aqui como homicida e saiu como traficante e morreu há pouco tempo como assaltante. Isso ai só corrobora o meu ponto de vista. Posso estar enganado, mas acho que corrobora o meu ponto de vista.

Entra-se, como assinalado, na reflexão foucaultiana de que o principal papel da prisão é construir mais delinqüentes. Foi possível, em nossas conversas com os apenados, ouvir sempre a mesma compreensão, como no caso de Pedro, 41 anos, Pavilhão do Trabalho, ex-policia. Em seu discurso percebe-se que aponta como “falha do sistema” sua própria essência ou administração. Ao mesmo tempo, a questão da ressocialização é apontada como elemento chave que não funciona:

O sistema eu vejo, considero de forma até falido. Não por falta de quem trabalha... mas por parte dos administradores na verdade... porque a grande falha da prisão é que a justiça vai e determina por ordem tal e você é enviado pra cá, entre aspas eles mandam o preso para um local para cumprimento da pena, buscando uma ressocialização né? Mas isso não acontece, não existe a menor apoio por parte de quem seja, no sentido de dar um apoio para que o indivíduo não volta pra cá. Você vem pra cá, comete o crime e tal, te jogam aqui dentro e não se preocupam, não existe uma preocupação com a sua volta, o seu retorno à sociedade. A partir do momento em que você retorna... a família muitos aí abandonam, você não tem uma base familiar, não tem instrução, um grau de instrução bom, então tudo leva a que você retorne, ou seja, a reincidência criminal é muito grande exatamente em decorrência disso. Então eu acho que uma falha muito grande do sistema é a não preocupação com o retorno dessa pessoa que cometeu um crime ao convívio social. Porque a própria sociedade que botou ele aqui dentro, entre aspas né?, porque a justiça é quem botou, não se preocupa em voltar, então volta o homem revoltado, pós-graduado no crime aqui, porque você entra com um determinado crime e aprende tudo o que não presta aqui dentro, volta para a sociedade e a sociedade é que vai ser vítima do próprio acontecimento do que você passou aqui, que você vai repassar posteriormente pra sociedade (PEDRO, 41 ANOS).

Era necessário diferenciar internamente esses dois grupos, operários e delinquentes, apresentando o delinquente como exógeno ao proletariado. O que temia a burguesia era esta espécie de ilegalismo sorridente e tolerado que se conhecia no século XVIII: o vadio. A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidentemente por uma moral rigorosa. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes (FOUCAULT, 1995, p. 132-133).

Desta maneira, a punição e sua instituição mor, a prisão, é

uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – com os traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento; e ela supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena. O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, o indivíduo submetido a uma coerção imediata. (...) Não podemos reduzi-los nem a teorias de direito (se bem que eles sejam paralelos) nem identificá-los a aparelhos ou a instituições (se bem que se apoiem sob estes), nem fazê-los derivar de escolhas morais (se bem que nelas encontrem eles suas justificações). São modalidades de acordo com as quais se exerce o poder de punir. Três tecnologias de poder (FOUCAULT, 2005a, p. 107-108).

Neste ínterim temos a emergência da disciplina. O momento histórico onde vemos o nascimento das disciplinas é o momento em que nasce uma

arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2005a, p. 119).

Surge aí uma política das coerções que são ao mesmo tempo um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. Foucault coloca que o corpo humano entraria numa maquinaria de poder que “o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2005a, p. 119). Ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. Neste momento, a “disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. Também,

(...) a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura

aumentar, e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2005a, p. 119).

A disciplina age sobre várias perspectivas: 1) procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço, cercando-os, delimitando-os; 2) age acerca do controle da atividade, impondo horários; 3) ela depois decompõe o tempo e o espaço em segmentos, compartimentando-os, compondo forças, analisando-os; 4) redução do corpo de forma funcional, numa verdadeira inserção desse corpo-segmento em todo um conjunto com o qual se articula. Desse modo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla,

uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pelo codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza ‘táticas’. A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontram majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar (FOUCAULT, 2005a, p. 141).

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. É um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 2005a, p. 143).

Em Alcaçuz, a disciplina é expressa em vários aspectos, moldando e controlando todos os instantes da vida dos apenados. Desde o alvorecer ao pôr-do-



sol, os presos tem seu dia-a-dia controlado com horário para comer, sair para suas atividades, banho de sol, visita e para novamente ser trancados nas celas e dormir.

Segundo Júnior, 30 anos, apenado do Pavilhão do Trabalho e evangélico, preso por homicídio, o dia é marcado pela monotonia, mas ao mesmo tempo pelas relações de intimidade que perpassam aquele universo disciplinar:

Meu dia-a-dia é todo dia, me levanto cedo, vou trabalhar. A gente volta, quando dá 11 horas a gente almoça, aí vai de duas [horas] da tarde, de duas e meia, trabalha de novo e volta de quatro horas. E, quando chega ali pega uma bíblia, vou levar uns hinos, lê a palavra de Deus, procurar meditar a palavra de Deus. E quando for a noite, quando tem culto a gente vai pra ali, bota os banco, começa a pregar a palavra de Deus, sei que é só tranqüilidade.

As refeições é normal mesmo, tranqüilo a comida sabe? A gente almoça mesmo nos quartos da gente mesmo, nossos quartos, cada um toma um banho... vai toma um banho, faz um suco, se senta ali, se alimenta...

Depois do almoço descansa. Quando é duas horas da tarde a gente volta a trabalhar de novo, depois de nós [sic] ter descansado mais um pouco e aí vai trabalhar e volta de quatro hora, aí pronto. Quem tem uma roupa pra lavar vai lavar uma roupa. Quem tem uma palavra de Deus pra ler para pregar a palavra vai e prega a palavra, e assim é com calma sabe? Tranquilidade.

Da mesma maneira, para os que trabalham na penitenciária, a rotina e o trabalho, ao menos para alguns, é dominada pelas atividades laborais:

Meu dia-a-dia aqui passo o dia trabalhando. Depois que tomei a decisão de vir trabalhar aqui hoje é algo melhor. Trabalho todos os dias, só se houver visita, mas todos os dias. O corpo trabalha mas a mente descansa, porque não alimenta mais com o que não presta, comparo com os pavilhões onde não fazem nada e ficam pensando o que não presta. Eu começo a trabalhar aqui as 6 horas e um pouquinho e só paro a noite (EXPEDITO, 25 ANOS).

Do mesmo sentido:

Aqui eu trabalho fazendo cartuchos [de impressoras]. Trabalho tranqüilo. Dá pra passar o tempo, sem ficar pensando besteira e já é uma profissão a mais (PAULO, 31 ANOS).

Por fim, o elemento central da disciplina é o panoptismo. Este, numa extrapolação da visão de Jeremy Betham, interpretado por Foucault, pode ser pensando como um

espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 2005a, p. 163).

O modelo panóptico de Betham parte da visão de uma prisão (ou de um espaço) onde na periferia há uma construção em anel, circular; no centro, uma torre; “esta e vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica e dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção” (FOUCAULT, 2005a, p. 165-166).. Um vigia na torre central, onde em cada cela pode-se trancar “um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar”. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. “A visibilidade é uma armadilha” (IDEM, p. 165-166).

Para Foucault, o efeito mais importante do Panóptico: “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (2005a, p. 166). Onde o fundamental é fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo que seja descontínua em sua ação; para que a perfeição do poder tenda a tornar inútil seu exercício; isto para que esse aparelho arquitetural “seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores” (FOUCAULT, 2005a, p. 166). O significativo é que o indivíduo se perceba vigiado. Foucault novamente informa que,

(...) por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode vê-lo. (...) O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (2005a, p. 166-167).

A função da disciplina, com seus elementos caracterizadores é permitir que o indivíduo seja construído de maneira a que sirva utilmente a várias funções sociais, seja a produção material, seja na transmissão do saber, seja na difusão de tecnologias ou mesmo na guerra. Daí a necessidade da vigilância permanente, que, no espaço prisional nem sempre é absoluta. Afinal, a disciplina é uma forma de poder e, onde há poder, há alguma forma de resistência.

O panoptismo tem seus limites na prisão e se adéqua às mais variadas realidades. O panóptico, em Alcaçuz, é limitado pela arquitetura dos pavilhões e pela relativa liberdade interna que os presos possuem nos pavilhões. Daí que esse cotidiano de controle é quebrado por atividades que, embora limitadas, estão ligadas às preferências dos presos:

Minha cela tem 7 pessoas. É tranqüilo, geralmente a gente fica na expectativa de um jogo de futebol que vai passar, qual é o filme que vai passar na segunda-feira, ou na terça, ou na quarta, ou um livro, ou alguma coisa, falávamos sobre o dia-a-dia na rua. Um jogo de baralho ou alguma coisa desse tipo pra passar o tempo. Ler um livro, esse tipo de coisa. (JOÃO, 27 ANOS).

O discurso da disciplina é alheio ao da lei, segundo Foucault. É também alheio à regra como efeito da vontade soberana. As disciplinas trazem um discurso que não é o da regra; “não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma”. Elas irão definir um código da normalização, e elas se “referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas. E sua jurisprudência, para essas disciplinas, será a de um saber clínico” (FOUCAULT, 1999, p.45).

Temos de um lado, a organização do direito em torno da soberania, do outro, a mecânica das coerções exercidas pelas disciplinas. O poder hoje, se exerce ao mesmo tempo através da disciplina, onde esses discursos nascidos da disciplina invadem o direito e os procedimentos da normalização colonizam cada vez mais os procedimentos da lei é isso, que pode explicar, o funcionamento global daquilo que Foucault chama de uma “sociedade de normalização (1999, p.46).

A prisão é o espaço ideal da disciplina. Foucault a chamará de “um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente” (2005a, p. 196-197). Percebe-se aqui um duplo fundamento: jurídico-econômico por um lado e técnico-disciplinar por outro. Ambos fizeram a prisão aparecer como a forma mais racional e mais civilizada das penas. A prisão foi desde o início uma "detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal” (IDEM).

Isto posto, a prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. O que queremos dizer com isso? Ela deve tomar para si todos os aspectos do indivíduo: “seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições” (FOUCAULT, 2005a, p. 198-199). Assim, a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é "onidisciplinar". Ou seja, tudo abarca. Além disso,

a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica. Leva à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total (FOUCAULT, 2005a, p. 198-199).

Ao se tornar totalizadora, a prisão consegue moldar os indivíduos conforme sua necessidade. Não se confunda a necessidade real da prisão com os projetos

liberais e humanitários das teorias do Direito e da Execução Penal. Sua função é formar indivíduos, pois ela é espaço disciplinar. Mas o indivíduo formado pela disciplina é o indivíduo-pária, o criminoso, aquele que fatalmente retornará sempre a esse espaço e que carregará sua marca *ad eternum*.

Os princípios básicos da prisão ligam-se às características da disciplina: isolamento, para que se possa exercer sobre os condenados a maior eficácia possível de disciplinarização; o trabalho, concebido como uma das condições de mudança comportamental numa sociedade onde este é a base de uma ética social extremamente valorizada. O protestante apegou-se ao trabalho pois este era uma forma de atingir o *ad majorie gloriam Dei*; para o preso o trabalho é castigo e reabilitação. Para o primeiro um ato de amor a Deus. Para o segundo uma punição que tenta lhe inculcar valores e hábitos que ele vê como exteriores.

Uma característica fundamental da prisão é que ela opera com uma lógica de poder própria, alheia à legalidade estatal e jurídica. Foucault denomina esta lógica de “operação corretora”. Para ele, se o princípio da pena é uma decisão de “justiça, sua gestão, sua qualidade e seus rigores devem pertencer a um mecanismo autônomo que controla os efeitos da punição no próprio interior do aparelho que os produz” (2005a, p. 206). Ou seja, a prisão constrói todo um sistema de punições e de recompensas que não é apenas uma maneira de fazer respeitar as regras internas da prisão, mas de tornar efetiva a ação da prisão sobre os detentos. Uma amostra disto está numa verdadeira “autonomia nas violências inúteis” dos guardas ou mesmo no despotismo das administrações que têm os privilégios das quatro paredes. Como a prisão deve realizar transformações nos indivíduos, o aparelho carcerário recorre a três grandes estratégias: o esquema político e moral do “isolamento individual e da hierarquia; o modelo econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório; o modelo técnico-médico da cura e da normalização. A cela, a oficina, o hospital” (IDEM, p. 208). Técnicas disciplinares, nada mais. Alheias ao jurídico e ao político, elas se exercem à margem deles, como verdadeiros micro-poderes.

Isso é corroborado pelos depoimentos dos presos, os quais, em sua maioria, sofreram algum tipo de punição na prisão. Todas estas de alguma forma não inscritas nas normas reguladoras do sistema (como a Lei de Execuções Penais):

quando tirei um castigo aqui, por conta do período da fuga né e de uma tentativa frustrada que aconteceu também, depois de uma tentativa de fuga e foi colocado todo o pavilhão pra lavar e a gente... muitas vezes acontece de você naquela correria na hora que o prédio está sendo invadido a pessoa vai passando correndo, às vezes essa munição de borracha... ficou o uso indiscriminado assim, você vai passando no corredor correndo e a borracha comendo. As vezes você tá no castigo se esta sujeito a... a palavra já ta dizendo né? Castigo (JOÃO, 27 ANOS).

Acerca das invasões aos pavilhões realizadas pela tropa de choque e de elite da Polícia Militar, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais), Luiz Antônio demonstra uma sensação de injustiça pelo castigo coletivizado, imposto a todos, mesmo àqueles que não participaram da indisciplina:

(...) dez caras numa cela tentam uma fuga, quando a fuga é abortada não vão primeiro saber se foi os dez não, “sai todo mundo, sai todo mundo” e vem policia de choque, vem BOPE, vem não sei o quê e, você sabe que com preso ninguém pode alisar e nem vir com flores, né? [sic] Mas se o cara não fez nada, porque vai ser punido no meu lugar? Quem tem de ser punido sou eu que errei. Eu acho que deveriam primeiro colher a informação, depois sai todo mundo da cela, depois discernir quem fez e tal (LUIZ ANTÔNIO, 59 ANOS).

Além do sentido de injustiça, presente na fala dos presos acima, temos também uma amostra de como ocorre uma generalização punitiva quando se trata de atribuir aos apenados novas punições por delitos ocorridos internamente. Um exemplo, ocorrido quando da pesquisa de campo, foi relatado pelo apenado Nelson, 22 anos, Pavilhão 4:

(...) há poucos dias atrás houve um homicídio aqui, justamente onde eu moro. E eu posso dizer pro senhor se alguém de lá desconhecesse... quem não tinha conhecimento ou não. Eu tenho certeza que nenhum... 98% da população desconhecia. Até porque era um rapaz que tinha chegado há uns dias, um rapaz seríssimo, não falava com ninguém, a não ser com aqueles que ele já conhecia, ai é que eu digo, se é alguém que ele tinha conhecimento é porque já tinha certa amizade com ele. Então o cara matou o outro e a cúpula do presídio resolveu punir todo mundo. Nosso setor ali fechava de 7 da noite e coisa e tal, a gente ficava ali tomando um ventinho, porque

aqui é quente, e agora fecha as 5. Não deixa de ser uma punição. Nós estamos pagando por uma culpa que não foi nossa. Eu acho que poderia ser diferente. Sempre sobra pra todo mundo.

Em Alcaçuz é possível visualizar também o sistema de recompensas que ocorrem na prisão. Afinal, não é apenas negativamente que o sistema funciona, ele também age positivamente. Neste ínterim, os apenados do pavilhão do trabalho são os exemplos mais visíveis, podendo não apenas ganhar certos privilégios, mas poder ser considerados como de “confiança”:

(...) Fico aqui solto, trabalho, fazendo uma coisa e outra. Ruim é, porque a gente tá preso, eu queria muito tá com a minha família, tá com os meus parentes e eu não posso tá. Mas a vista de tá dentro de um pavilhão, é melhor aqui do que dentro de um pavilhão, né? O pavilhão é mais ruim ainda, tá entendendo?

A gente tem banho de sol direto aqui. Todo dia, porque a gente trabalha. Me sinto privilegiado. Por isso que a gente trabalha aqui. A gente aqui não tem não tem... Não recebe dinheiro, não recebe nada mas a gente trabalha por conta disso: por conta do banho de sol... O acesso de vir aqui na direção, falar até com familiares, a gente pode vir. Se vier um familiar eles deixam a gente vir aqui e conversar (KLEBER, 34 ANOS).

O fato de trabalhar lhe permite, fora dos horários e dias determinados e, mesmo contra o regulamento, ter acesso à visitas esporádicas. Uma regalia enorme para quem está preso, possível apenas a alguns presos que gozam de certa confiança. Uma reciprocidade fornecida em troca da disciplina e do bom trabalho realizado.

Não apenas o trabalho em si possibilita essa confiança e permite esse tipo de reciprocidade. Informação é uma moeda importante na prisão. O apenado Manoel relatou-nos que, quando preso no Centro de Detenção Provisória da Ribeira, ajudou à direção, delatando os indivíduos que tentavam efetuar alguma fuga, utilizando uma espécie de campanha:

eu ajudei a diretora lá do presídio, eu morava numa cela com companhia e quando os presos tentavam fugir eu apertava, ai sai de lá e aqui em Alcaçuz já tentaram me matar 6 vezes (MANOEL, 28 ANOS).

Isso lhe legou a alcunha de “cabueta” (alcaguete) de polícia e quase lhe custou a vida duas vezes em Alcaçuz. Ganhar a confiança da administração pode significar, invariavelmente, perder a confiança dos colegas apenados:

Já trabalhei aqui na prisão: na lavanderia, já trabalhei na faxina. Graças a Deus aqui o Diretor dá uma oportunidade ao preso, sabe? Quando voltei fui pro pavilhão porque quando eu tava trabalhando aqui, pessoas que dizem que eu não posso ver nada e vou entregar à direção, fizeram um arrumado pra me tirar do emprego, com medo de ver as coisas e entregar. Aí fui pro pavilhão, achando que ia ficar até o dia de ir-me embora, fizeram uma rodinha lá na quadra e mandaram eu butar [sic] a mão na cabeça, pra na hora que os agentes viessem pro tranca e me deram um bilhete dizendo que se eu não saísse iam me matar. Aí fui pra chapa, pagando um castigo que eu não devia pagar (MANOEL, 28 ANOS).

Em troca da possibilidade de trabalhar, Manoel funcionava como uma espécie de observador do pavilhão, devendo semanalmente, repassar informações à direção do presídio. O preço da regalia quase lhe custou a vida, obrigando-o a se proteger no isolamento (“chapa”).

A prisão não é apenas espaço de punição local de observação pura e simples dos condenados. Ela se apresenta também como a busca de conhecimento de cada preso, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva e possível melhora. Daí que “as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber *clínico* sobre os condenados” (FOUCAULT, 2005a, p. 208-209).. Isto implica em dois dispositivos essenciais: “é preciso que o prisioneiro possa ser mantido sob um olhar permanente; é preciso que sejam registradas e contabilizadas todas as anotações que se possa tomar sobre eles” (IDEM, p. 208-209).

Assim, com o conhecimento progressivo dos indivíduos condenados, vai se estabelecendo de forma progressiva um conhecimento “científico” dos delinquentes



e de suas espécies, que importa qualificar o ato enquanto delito e principalmente o indivíduo enquanto delinquente. Temos aqui o corpo do prisioneiro, acompanhado pela individualidade do delinquente, “pela pequena alma do criminoso, que o próprio aparelho do castigo fabricou como ponto de aplicação do poder de punir e como objeto do que ainda hoje se chama a ciência penitenciária” (FOUCAULT, 2005a, p. 213). Deste modo, a prisão fabrica delinqüentes. Ela leva de novo, quase fatalmente, diante do sistema jurídico aqueles que lhe foram confiados. Mas, o mais importante,

ela os fabrica no outro sentido de que ela introduziu no jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinquência que os liga uns aos outros e, há um século e meio, os pega todos juntos na mesma armadilha (IDEM, p. 213).

O que se quer dizer com isso? Primeiro que a detenção provoca a reincidência. Daí que ela não pode deixar de fabricar delinqüentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem:

que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não “pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa” (...) A prisão fabrica também delinqüentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder. Arbitrário da administração. (...) Corrupção, medo e incapacidade dos guardas. (...) Exploração por um trabalho penal, que nessas condições não pode ter nenhum caráter educativo (FOUCAULT, 2005a, p. 222).

Neste sentido, o exercício da disciplina possui a grande conseqüência de modelar o indivíduo. Na prisão, o indivíduo delinqüente. Daí porque, como espaço disciplinar e violento, ela consegue construir novas formas de organização internas, solidárias, hierarquizadas, estabelecidas para todas as cumplicidades no futuro (dentro ou fora dela). As condições da prisão e seu funcionamento levam a este quadro.

Como já mostrado anteriormente, a construção do indivíduo delinquente e reincidente é claramente compreendida pelos presos. De nossos 18 entrevistados, apenas dois não eram reincidentes. De todos os reincidentes, a maioria voltou à prisão após ter cometido outro crime diferente do primeiro:

Eu não tinha esse discernimento, só depois que eu vim ter esse discernimento com a experiência que eu vim adquirindo com esse tempo que eu to aqui, eu to fazendo tipo uma faculdade da vida, ta entendendo? Faculdade do crime. Comecei fazendo assaltos, hoje já sei muita coisa... (JOAO, 27 ANOS).

Segundo é que a prisão leva a família do detento à miséria. Como ela não é efetivamente corretora (nem quer e nem pode sê-lo), a prisão torna-se um duplo erro econômico: pelo seu custo exorbitante, que no Brasil, segundo o DEPEN, encontra-se em cerca de R\$ 1.800,00 por apenado e pela sua incapacidade de prover e por terminar jogando a família do condenado no espaço da delinquência.

Poucos presos recebem “auxílio-reclusão”, um pagamento de até um salário mínimo e meio às famílias cujos apenados contribuíram para o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Dos nossos apenados entrevistados, três declaram que suas famílias recebem este benefício. Aos demais, principalmente aqueles que eram arrimos e sustentadores de suas famílias, a situação é bem mais complicada. Além disto, muitas dessas famílias constituem-se a única base de ajuda que eles recebem.

A função primordial da prisão é – segundo Foucault – um modo de gerir “as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles”. Ou seja, a penalidade não reprime pura e simplesmente as ilegalidades. Ela as diferencia, as cataloga, as analisa para melhor utilizá-las.

E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação” (FOUCAULT, 2005a, p. 226-227).

Daí que a prisão, ao aparentemente fracassar, não erra seu objetivo, mas muito ao contrário, ela o atinge na medida em que suscita uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, iluminar e organizar como um meio relativamente fechado, mas penetrável. Segundo Foucault, a prisão contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada e secretamente útil - rebelde e dócil ao mesmo tempo, por isso, “ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. Essa forma é a delinqüência propriamente dita” (2005a, p. 230). A delinqüência é uma das formas da ilegalidade que o sistema carcerário investiu, recortou, penetrou, organizou, fechou num meio definido e ao qual deu um papel instrumental, em relação às outras ilegalidades.

Essa delinqüência fabricada é de um tipo utilizável, que serve para os interesses das estruturas de dominação. Surge o delinqüente patologizado, visto como doente, mas passível de tratamento pelo sistema. É possível “controlá-la (localizando os indivíduos, infiltrando-se no grupo, organizando a delação mútua)” (FOUCAULT, 2005a, p. 231). É possível, além disso,

orientar essa delinqüência fechada em si mesma para as formas de ilegalidade que são menos perigosas: mantidos pela pressão dos controles nos limites da sociedade, reduzidos a precárias condições de existência, sem ligação com uma população que poderia sustentá-los (como se fazia antigamente para os contrabandistas ou certas formas de banditismo, os delinqüentes se atiram fatalmente a uma criminalidade localizada, sem poder de atração, politicamente sem perigo e economicamente sem consequência. Mas essa ilegalidade concentrada, controlada e desarmada é diretamente útil. Ela o pode ser em relação a outras ilegalidades: isolada e junto a elas, voltada para suas próprias organizações internas, fadada a uma criminalidade violenta cujas primeiras vítimas são muitas vezes as classes pobres, acoçada de todos os lados pela polícia, exposta a longas penas de prisão, depois a uma vida definitivamente “especializada” (FOUCAULT, 2005a, p. 231).

Assim, a delinquência, construída e sistematizada por um sistema penal centrado sobre a prisão, representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos das classes dominantes. A organização de uma ilegalidade isolada e fechada na delinquência não teria sido possível sem o desenvolvimento dos controles policiais e nem mesmo do sistema prisional.

#### 4.2 PRISÃO COMO ESPAÇO SOCIAL

Um dos assuntos clássicos que a sociologia vem tratando desde seu nascedouro é o processo de formação do ser social. Este processo passa pelo que foi chamado desde o século XIX de socialização. Desde Durkheim (1996), a socialização vem sendo pensada como um processo necessário no qual as mais diversas instituições sociais são responsáveis (família, escola, exército, etc.). Essas instituições ou organizações sociais perpassam toda a vida dos indivíduos e são agentes socializadoras por excelência.

Segundo Goffman (2005) as organizações sociais possuem um determinado grau de maior ou menor "abertura" de suas instituições. Algumas se encontram abertas àqueles que se comportam de maneira esperada, enquanto outras pedem um maior comprometimento. As instituições sempre oferecem alguma coisa aos seus membros e lhes dão algo em troca.

Isto posto, toda instituição possui expectativas de "fechamento". Algumas mais do que outras. Segundo Goffman, o fechamento ou o caráter totalizado é simbolizado pela "barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos". O que ele denominou de *Instituições Totais* (2005, p. 16).

Segundo Goffman,

uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (2005, p. 11).

Presídios, manicômios e conventos são os três grupos principais. Poder-se-ia também pensar nas escolas e nos asilos. Supervisionados, os prisioneiros são submetidos a um processo de desprogramação, que se inicia em sua entrada na instituição. Esse processo de socialização, afinal é disto que se trata, perpassa por toda a estadia do indivíduo na prisão.

Assim, uma instituição total toma conta de boa parte do tempo e das atividades de seus membros e possui o aspecto do fechamento. Este, ou seu caráter total é pautado pela barreira à relação com o mundo externo, em termos sociais, e por proibições físicas à saída dele. Daí que Goffman chamá-las de instituições totais. A prisão constitui-se como uma dessas instituições, organizada para proteger e isolar indivíduos de quem se quer proteger a comunidade.

As instituições totais causam uma ruptura na vida, na medida em que unificam o trabalhar, dormir e brincar num mesmo espaço e entre os mesmos participantes. Cada fase da vida diária é realizada conjuntamente com uma enorme gama de indivíduos tratados da mesma maneira. Tudo isso dentro de horários regulares impostos por um grupo de funcionários. Neste mesmo sentido, há uma divisão básica nessas instituições: o grupo controlado, os internados, de um lado; do outro, uma pequena equipe de supervisores. Este último grupo não vive na instituição, apenas trabalha nela.

Assim,

cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN, 2005, p. 19).

Entre estas duas categorias, existe também uma grande distância social muitas vezes prescrita, onde até mesmo a conversa é realizada em um tom especial de voz. Mesmo quando a comunicação ocorre, ela é restrita. Os guardas controlam, entre outras coisas, a comunicação entre os presos e os níveis superiores da equipe dirigente como, à guisa de exemplo, o diretor da prisão.

Como “Instituição Total”, a Penitenciária de Alcaçuz encontra-se inserida nesta lógica segregadora e separadora. O viver total do preso ocorre dentro de seus muros e em seus pavilhões.

Segundo o apenado Nelson, 22 anos, Pavilhão 4, “prisão é lugar onde a gente não tem como sair né? [sic] A gente entra porque está devendo à justiça e só sai depois que paga tudo direitinho. Fica preso mesmo”. O dia-a-dia em uma prisão de regime fechado como Alcaçuz passa pelo dormir, comer, viver e até morrer. Mas isto não significa total isolamento do restante da sociedade.

Goffman aponta que, assim como há restrição de comunicação, há também restrição – ao menos em teoria – de informação. Isso, na maioria das vezes, no que se refere aos planos dos dirigentes para com os internados. Seu destino é uma incógnita quase sempre. O papel destas restrições de comunicação, informação e contato é conservar estereótipos antagônicos. Daí que “desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (2005, p. 20).

Este isolamento não é total. Primeiramente pela possibilidade de visitas e sua capacidade de tornar-se um elo com a “sociedade” de fora:

O dia de visita aqui é nas quarta-feira. Eu tenho na quarta, às veis tenho no domingo. A visita não foi hoje [sábado], vai ser amanhã. Graças a Deus. A visita é tranquila. Normal. A mulher chega com as crianças, conversa, brinca, fica um tempo conversando, perguntando como é que tá as coisa na rua, ta entendendo? Graças a Deus tá tudo bem. Só recebo ajuda... que a minha família trabalha sabe? Minha família vem daqui de perto, do município de São Gonçalo. Sai um pouco caro porque elas vêm de taxi sabe? Vem de taxi. Quando

não é de taxi vem no ônibus... Minha esposa, minhas irmã, minha mãe. Meu pai nunca veio. Só as mulheres. (JUNIOR, 30 ANOS).

Em segundo lugar as novas tecnologias informacionais e a sua presença em presídios como Alcaçuz, possibilitam ao preso um contato constante com suas famílias e com outros indivíduos ou grupos. Segundo Manoel, 28 anos, “a noite é assistir televisão, um ventilador... é muito contato com a família...”.

No que se refere ao dia-a-dia, não significa também que os apenados possuam um dia inteiro determinado, planejado ou mesmo voltado para o trabalho. Mesmo quando há algum incentivo fornecido ao trabalho, esse incentivo não possui a significação estrutural que possui no mundo exterior. Mesmo havendo muito ou pouco trabalho, qualquer um que tenha trabalhado fora da prisão, antes da reclusão, percebe que sua atividade a ser exercida tende a ser desmoralizada, ou mesmo desacreditada. De nossos entrevistados, mesmo os que possuíam atividades especializadas ou mesmo técnicas não tem a possibilidade de exercê-las na prisão. A maior parte dos trabalhadores de Alcaçuz dedicam seu tempo à faxina e às atividades da cozinha.

Pedro, 41 anos, responsável pela faxina, exercia antes a função de Policial Militar relata que:

Trabalho aqui ajudando a direção e os funcionários. Fazemos a faxina de todo o presídio. A faxina como corresponde a todo o presídio a gente entra nos pavilhões, escoltado ou não, a gente entra... Ela é composta de 16 faxineiros, tem o pessoal que abre os portão, tem outros que pagam a água, a cantina e outros serviços. Ela é feita de manhã logo cedo, 5 horas da manhã, quando abre, é feita a faxina de todos os pavilhões, e da frente aqui da administração. E a tarde, após o tranca, logo após da visita, a gente ainda faz outra faxina e pronto. Se resume a isso. Fora a manutenção do presídio, limpar o calçamento, cortar mato aqui... passar cal...

Goffman observa que as prisões, enquanto instituições totais, não substituem a cultura anterior do apenado pela sua cultura institucional<sup>13</sup>. Se ocorre mudança cultural, esta refere-se muito mais à oportunidades de comportamento do que a mudanças efetivas. Até porque essas instituições não pretendem obter uma vitória cultural. Na verdade, “criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens” (GOFFMAN, 2005, p. 24).. O que ocorre, efetivamente, é uma degradação do eu, onde o neófito da prisão, que chega com uma certa concepção de si mesmo, tornada possível através de algumas posições sociais estáveis em seu mundo doméstico, perde totalmente o apoio dado por essas disposições: inicia-se “uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu” (IDEM, 2005, p. 24).

Esses processos pelos quais o eu é degradado são relativamente padronizados nas prisões. Primeiramente, temos a barreira que estas instituições colocam entre o preso e o mundo externo. Esta, com certeza, é a mais importante forma. O sistema funciona basicamente num processo de: admissão, revolta e castigo. O indivíduo admitido, em geral, pode revoltar-se devido à nova sistemática, normas e cotidiano. Daí, revolta-se contra tudo isso, resultando em um castigo aplicado que, ou o fará aceitar e submeter-se ou o tornará um revoltado permanente (GOFFMAN, 2005, p. 26).

Um elemento importante desse processo é o despojamento dos bens individuais e pessoais pelo qual passa o indivíduo na prisão. Despido de sua aparência usual, assim como dos equipamentos e serviços que o mantêm, o preso é desfigurado em sua personalidade. No mesmo sentido, segundo Goffman, “assim como o indivíduo pode ser obrigado a manter o corpo em posição humilhante, pode ser obrigado a dar respostas verbais também humilhantes. Um aspecto importante disso é o padrão de deferência obrigatória das instituições totais” (2005, p. 30).

Isto posto, em Alcaçuz, a cabeça inclinada, a subserviência ao passar por um funcionário da prisão ou um guarda é uma das mais significativas dessas formas de degradação do Eu. Do mesmo modo, a necessidade que o preso tem de pedir

---

<sup>13</sup> Nos estudos de psicologia organizacional isso se dá o nome de *sistemas abertos*. Nunca um subsistema consegue suprimir, mesmo que temporalmente, um outro, mesmo que menos significativo.



humildemente ou mesmo implorar coisas pequenas como cigarro, fósforo, usar o telefone ou, no caso daqueles que estão sob castigo, um sua copo de água. Quaisquer destas ações terminam por serem incompatíveis com sua concepção do eu, o que leva à degradação deste. Esse tipo de conduta é visível no depoimento de Júnior, 30 anos:

Minha relação com os agentes e a guarda são de tranqüilidade, de paz. Conversa sadia de tranqüilidade, conversa de paz. Nós tamos [sic] aqui errados, porque no mundo do crime não tem o que tirar não. No mundo do crime só tem o que dá mesmo é cemitério ou cadeia. Daí que tem de chamar eles de senhor, porque é respeito né? [sic]

Da mesma forma:

Eu nunca tive problema de ta discutindo, de vandalismo dentro da cadeia, de estar debatendo... eles fazem o trabalho deles. Eu cumpro a minha pena e eles fazem o trabalho deles, para mim funciona dessa forma. Sou obediente. Nada contra e nem tenho histórico de estar discutindo com agente, nem debatendo, esse tipo de coisa, eu não... eu sou sossegado. Eles fazem a parte deles, eu faço a minha e não tenho o que reclamar não. Respondo sempre “sim Senhor”, não encaro eles, faço o que me mandam (JOÃO, 27 ANOS).

O fato de que o preso nunca estar invariavelmente só, ou seja, é sempre visto e vigiado (como o panóptico disciplinar que Foucault aponta), revela outra espera desta degradação. Essa vigilância e controle interpessoal impostas terminam por fragilizar a individualidade e, portanto, levar à fragilização e degradação do eu já discutidas. Além disso, podemos apontar ainda que todas as atividades de um preso estão sujeitas às menores regulações possíveis, onde sua autonomia, suas necessidades, e seus objetivos são controlados totalmente. Daí que

a autoridade nas instituições totais se dirige para um grande número de itens de conduta – roupa, comportamentos, maneiras – que ocorrem constantemente e que constantemente devem ser julgados. O internado não pode fugir facilmente da pressão de julgamentos oficiais e da rede envolvente de coerção (GOFFMAN, 2005, p. 44).

Essas regras possuem um caráter arregimentador ocorrem de forma escalonada e difusa. Pode ocorrer a qualquer um e qualquer funcionário pode impô-la. Daí que a sensação de angústia e estresse dos apenados pode ser constante. A punição pode vir de qualquer lugar e de qualquer uma pessoa. Como uma criança, o preso perde sua autonomia e liberdade de ação.

Neste sentido, segundo Francisco, 36 anos, originário da Europa Oriental e cumprido pena por tráfico internacional de drogas, apenado habitante do Pavilhão 2, em Alcaçuz, mostra que, por saber compartilhar e dividir o que recebe, além de seguir uma certa “lei do silêncio”, permanece vivo:

Eu não sofri [nem violência ou punição] por causa de vargazinho [sic] eu ficava na minha, não falou, não fofocou, não viu nada. E tinha algo para dar a eles para não me tocarem. Porque se não eu não saia nunca mais daqui. Eles são muitos maus. Eu nunca na minha vida encontrou isso. Eu reparto com eles o que tenho.

De um lado temos as “mortificações” que podem ser organizadas para normatizar a vida diária de uma prisão (como forma de coerção ou punição), em uma ação psicológica constante e tensional. Do outro se pode observar o chamado “sistema de privilégios”, onde o apenado, ao seguir as “regras da casa”, ou seja, ao tornar-se obediente, busca obter certo número de bonificações ou privilégios junto à equipe dirigente. Assim, castigos ou privilégios “são modos de organização peculiares às instituições totais” (GOFFMAN, 2005, p. 51).

Como mostrado anteriormente, o apenado Manoel gozava de algumas “regalias” em troca de sua função de delator das atividades de outros presos dentro do pavilhão. Esta atividade, em troca de sua possibilidade de poder passar o dia trabalhando e dormir em uma cela sozinho, custou-lhe a expulsão de seu pavilhão e quase lhe custa a vida.

Outro exemplo é o caso de Pedro, ex-policia militar, que lidera a faxina, ponto que será melhor discutido no próximo capítulo. O mesmo divide uma cela com apenas mais dois outros presos, também ex-policiais, no pavilhão do trabalho. Isso

pode ser tomado como “privilégio” ou bonificação em um presídio onde a média de ocupação por celas é mais do que o dobro desse número.

Lembremos que a racionalidade do sistema de castigos e privilégios obtém o essencial: a cooperação dos internados. Esta cooperação passa por uma verdadeira processualidade social que envolve: a construção de gírias institucionais e de lendas acerca do estabelecimento. Tudo isso permite, inclusive que se possa realizar o que Erving Goffman denominou de ajustamentos secundários, isto é, “práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas que permitem que os internados consigam satisfações proibidas ou obtenham (...) as satisfações permitidas” (2005, p. 54). Nesses ajustamentos secundários encontram-se os tratos, acordos, conivências, ou seja, meios de código e de controle social informal que permitem o controle do grupo. Temos aqui um sistema que permite a reorganização do eu na prisão.

Goffman argumenta que, embora haja tendências de solidariedade, isso é limitado. As coerções existentes não levam a um elevado moral de grupo e à solidariedade. No contexto brasileiro, porém temos que complementar essa idéia. Num espaço onde se desenvolve uma “sociabilidade” coercitiva e violenta, temos a formação de um “habitus precário” que permite dado também às precariedades da prisão brasileira, formar grupos, panelinhas e o que o próprio autor chamou de equipes (2005, p. 58-59).

Esse *habitus precário*, discutido neste trabalho mais à frente, liga-se a uma baixa auto-estima marcada pela sensação de fracasso pessoal onde a desgraça pessoal é sentida constantemente. Isso é demonstrado no sentimento de que o tempo passado na prisão é um “tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa”. As perdas de contatos sociais e a impossibilidade de se adquirir coisas que possam ser transferidas para o mundo exterior ajudam a explicar esse sentimento (GOFFMAN, 2005, p. 64).

Assim, segundo João, 27 anos, a fuga é tudo o que resta na mente do preso que a busca todo o tempo:

Quando cheguei aqui na cadeia, aquele clima de adaptação que você passa ali, aquela falta que você tem da liberdade, aquilo tudo, aí eu fui no meio de uma fuga, tipo assim... se tem um animal dentro de uma jaula e não tá sendo alimentado direito, sofrendo maus tratos, se vê a gaiola aberta, a porta da jaula aberta com certeza vai sair né? [sic] (JOÃO, 27 ANOS).

No tocante à equipe dirigente, esta realiza seu trabalho com os presos que, nessa relação, podem adquirir características de objetos inanimados. Mesmo assim é necessário manter certo padrão de humanidade, ou seja, garantia mínima de vida, saúde e bem-estar. Esse processo pode variar de preso a preso, na medida em que cada um possui seu status próprio, assim como ligações e redes sociais com o mundo externo. Isso tanto quanto mero humanitarismo, impele a um tratamento melhor a certos presos ou mesmo a grupos deles. Também, “a equipe dirigente é lembrada dessas obrigações quanto a padrões e direitos, não apenas por seus superiores hierárquicos, mas também por várias agências da sociedade mais ampla e, muitas vezes, pelos parentes do internado” (GOFFMAN, 2005, p. 72). Podemos apontar como exemplos: os grupos de direitos humanos, igrejas, Ordem dos Advogados, Ministério Público, Conselho Penitenciário e, como já supracitado, os familiares, sempre os mais presentes. A imprensa também é uma constante enquanto elemento de pressão.

Essa forma de tratamento pode ser corroborada pelo depoimento dos próprios presos, onde muitas vezes podem ser percebidas uma série de reciprocidades e gentilezas:

Mas eu tenho boa vivência com todo mundo, graças a Deus. Com os agentes, esse menino que conversou comigo, que arrumou remédio pra mim é um dos que já me conhecem muito de outros cantos, sabem que eu não sou problemático, graças a Deus. Onde eu venho... outro dia, ele viu que eu estava doente e soube que era verdade. Ele conhece meu comportamento. Sabe? A relação respeitosa, não é uma relação, como a gente diz aqui na cadeia, traíra não. Porque tem muita gente que se relaciona bem mas só que vem aqui entregar os irmãozinhos. Vem aqui para entregar o os fatos que não são ocorridos. Eu jamais vou usar o nome dos colegas como os caras faz comigo. Isso são qualidades minhas (LUIZ ANTONIO, 59 ANOS).

Assim, a forma mais usual em que ocorre o trabalho com os presos é a sistemática de recompensa e castigo já discutida. Mesmo assim, por mais distanciada que a equipe dirigente mantenha-se dos apenados, pode surgir sentimentos de camaradagem e afeição entre eles. Isso decorre não só da convivência cotidiana, mas da humanização do preso na ótica do funcionário, decorrente do conhecimento de seu passado, suas agruras e sentimentos. Quando o preso pode ter interação face a face com a equipe de funcionários, principalmente os carcereiros, este contato se dá, em geral, através de pedidos (GOFFMAN, 2005, p. 76-78).

Uma consequência do que foi dito acima é que a segregação de papéis é difícil de ocorrer. Um exemplo é que os presos terminam por realizar tarefas inferiores na penitenciária: trabalho na cozinha, no jardim, na limpeza ou outro qualquer que não faça parte do esquema oficial da instituição, como o já relatado em relação à equipe da faxina em Alcaçuz. Disto decorre que “a equipe dirigente é obrigada a ter certa consideração com os empregados e se torna incapaz de manter a distância usual com relação a eles” (GOFFMAN, 2005, p. 84).

Outra amostra desse tipo de relação está presente no depoimento de Arthur, 20 anos, “morador” do Pavilhão 4:

Eu respeito eles, como o senhor viu aí. Eles me respeitam também. Mas em cima da disciplina, porque eu to aqui para chegar em ninguém, maltratar ninguém, mas para ser respeitado da forma certa e correta. O vice-diretor e o diretor me acham uma ótima pessoa e resolvo tudo da melhor maneira. Quando tentaram quebrar a cadeia e fazer uma rebelião no 4, eu cheguei aqui e conversei aqui com a direção. Trouxe as reivindicações: maltrato de visitas, alimento ruim, em geral. Cheguei e conversei com a direção. Tem aqueles que xingam, mas tem os que como eu vou na palavra certa, na medida certa e correta, respeitando sempre, acima de tudo. Desrespeito é quando tem coisas que não é da responsabilidade dos agentes, e sim da direção, aí... os presos esculhamba, xinga, mas tem coisa que vem da parte da direção. Se eles tão ali, ele estão fazendo o trabalho deles, de abrir e fechar as celas normalmente, não é pra pessoa ficar xingando quando eles forem chegar e fechar, chamando palavrão com eles, xingando mulher e mãe deles.

Nas relações entre presos e funcionários chegam a ocorrer aquilo que Goffman denominou de “liberações do papel”, ou seja, momentos e práticas onde há uma proximidade maior e onde ambos podem ter uma imagem mais favorável um do outro. Isso pode ocorrer também graças à concessões com a permissão da visita íntima, instituição carcerária tipicamente brasileira. Outro exemplo é a permissão para a execução, entre os presos, de partidas de futebol. Além de momentos de lazer, são importantes para afirmar laços de solidariedade e redes sociais.

Um exemplo é a permissão, quase que diária para a execução de cultos evangélicos ou similares dentro do presídio. Uma troca de favores, onde a ordem e o respeito à disciplina feito pelos evangélicos, funciona quase como um sistema de dádiva, de reciprocidade e recompensas. Assim, segundo Kleber, 34 anos, Pavilhão do Trabalho,

O pastor vem sempre ai. Toda semana eles vêm, o pessoal dos evangélicos. Tem culto todo dia, mas com o pessoal daqui. Com os crentes da rua só uma vez na semana. O pastor é Severino. O daqui de dentro é Expedito. De fora o pastor é da Assembléia de Deus.

Outra forma pela qual essa relação ocorre é a “exibição institucional”, onde a instituição exhibe aos de fora, visitantes ou outros, uma imagem “adequada” da prisão, mostrando as melhores partes e os internos mais obedientes e comportados. As partes exibidas são as mais novas, mais bem cuidadas e com melhores equipamentos. Em nossos depoimentos recolhidos, os presos sempre apontam que essas visitas são esporádicas e, de certa forma, esperadas. As autoridades entram, olham e saem. O mesmo com a mídia, que sempre aparece quando ocorre alguma rebelião, fuga ou assassinato dentro do presídio. Para os depoentes, seu cotidiano e dia-a-dia é esquecido por todos.

Isto posto, como se processam, efetivamente, dentro do espaço prisional as interações e relações sociais? Inicialmente, é preciso dizer que, para Erving Goffman, o homem é essencialmente um ser interativo, ou seja, a vida social desenvolve-se através da interação entre os indivíduos e atores sociais nos mais variados espaços. A interação, antes de tudo é comunicacional, pautada nas situações que o indivíduo tende a apresentar-se diante de outros. Agindo de forma

calculada (consciente ou inconscientemente) ou por força da tradição, ele imputará uma dada impressão e construirá uma dada situação de interação (2001, p. 14-16).

Ao interagir, o indivíduo constrói expectativas não apenas quanto à sua ação, mas quanto às expectativas que os outros terão delas. Segundo Goffman,

(...) a sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Conseqüentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de sentido têm o direito de esperar. Implicitamente também renuncia a toda pretensão de ser o que não aparenta ser, e portanto abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. Os outros descobrem, então, que o indivíduo os informou a respeito do que é e do que eles devem entender por "é" (2001, p. 21).

Assim, as interações são verdadeiras formas sociais onde os indivíduos podem projetar e apresentar características que a situação exige ou valoriza, mas essencialmente ele não precisa possuir. Isso se constitui em uma verdadeira *misancene* social, onde todo um jogo de estratégias e táticas defensivas podem vir a ser empregadas para salvaguardar as definições projetadas pelos outros. Os grupos sociais em geral os presos estão incluídos neles, possuem todo um estoque preparado para esses "jogos, fantasias e contos" que são utilizados nas várias situações.

Outrossim, os indivíduos buscam controlar as impressões que os outros têm da situação. Daí que, efetivamente, interação para Goffman pode ser definida

como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros (2001, p. 23).

Isto posto, além do referido, a interação também pode ser pensada em termos de um “encontro”. Neste, o desempenho é fundamental: toda atividade de determinado participante em uma ocasião que possibilite influenciar qualquer outro participante (observadores e co-participantes). Quando um indivíduo realiza o mesmo movimento para o mesmo público em vários momentos, há a chance de surgir aí um “relacionamento social”. Neste ínterim, os indivíduos e seus papéis sociais desenvolverão seus movimentos para seus públicos específicos (GOFFMAN, 2001).

Num espaço fechado, o público é, aparentemente, o mesmo. Mas a interação, face a face, é obstaculizada pela reclusão e divisão em pavilhões e celas. Por isso, os atores sociais reclusos muitas vezes representam seus papéis para o mesmo público: do pavilhão, do corredor, do banho de sol, ou junto aos carcereiros ou guardas. Assim, a interação ocorre, mas é limitada espacialmente e, na maioria das vezes, comunicacionalmente, pelo silêncio imposto pela disciplina carcerária. Mesmo assim, a interação, apesar de ocorrer algumas vezes de forma precária, se dá.

Mesmo em um ambiente de reclusão é significativo que o indivíduo acredite em sua própria atuação ou passe ao público que o assiste, essa crença. A convicção é fundamental neste processo. Assim, se um preso, mesmo sem ser verdadeiramente violento, assume a “fachada” para impor-se em determinado momento, ele precisa manter continuamente esse desempenho. Caso contrário, ele corre o risco de cair em descrédito.

A construção da “fachada” se fundamenta naquilo que Goffman chama de “cenário”: os elementos cênicos que fazem parte ou contribuem para a fachada. Na representação da violência, por exemplo, a posse de uma faca, a expressão corporal do lutador, uma linguagem agressiva ou mesmo incursões violentas como brigas, são fundamentais. Importante considerar que a fachada é social. Afinal, “por mais especializada e singular que seja uma prática, sua fachada social, com algumas exceções, tenderá a reivindicar fatos que podem ser igualmente reivindicados e defendidos por outras práticas diferentes” (2001, p. 32).

Qualquer que seja a fachada apresentada por um preso, ela é oriunda das expectativas e representações que os demais reclusos e funcionários da prisão



possuem dela. Seja o de violento, cooperador ou indiferente, por exemplo, essas fachadas são quase que institucionalizadas “em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome” (GOFFMAN, 2001, p. 34).. Assim, a fachada termina tornando-se uma “representação coletiva”.

Alguns exemplos de fachada podem ser mostrados abaixo, como a fachada do matador, uma das figuras mais respeitadas na prisão:

Sempre o matador foi respeitado na cadeia, que nem o traficante também né? Só que o matador é mais fácil sair da cadeia do que o traficante. O matador, sendo por legítima defesa tem vários benefícios mas (...) fica complicado pro cara sair né? [sic] É um crime que não tem fiança, um crime hediondo né? [sic] O que o cara pratica é o cento e vinte um, que é homicídio né? [sic] Sendo legítima defesa quando chega pra ele sair, ele sai mesmo. Vi sair muito, vi sair muito de lá dentro (BETO, 41 ANOS).

Outro exemplo de fachada é a da figura do “professor”, ou na linguagem prisional, do indivíduo que possuir alguma competência organizacional ou leitura, principalmente na área jurídica. É o caso do preso Luiz Antônio, 59 anos:

Do tempo que estou aqui, porque, nesse período que estou aqui, se é de tá brigando com os outros, eu resolvi pesquisar as leis. Eu digo ao senhor... eu não sou adevogado [sic] não, mas me considero um rábula. Então na hora de ajudar um companheiro, taqui [sic] um homem que ajuda. Quando precisa de um documento e eu vejo que o cara tá precisando de ajuda ali, eu ajudo. Porque: a sociedade o que tem? Como é que um cara passa... pega uma pena e vai preso... então se é estipulado aquele prazo, estipulado por lei, eu acho que do jeito que foi para prender deve ser para soltar. Um indivíduo tem um exame para fazer, o Estado não fornece funcionário, particular não serve... depois do cara cumprir o período que ele tem a cumprir, não tem... como o cara pode pagar o que ele não tem?

Uma fachada que sempre está presente no cotidiano prisional é a do “cabueta” de polícia, ou seja, do alcagüete, aquele que “entrega”, “dedura” as ações ou intenções dos outros para a administração, para os agentes ou para a guarda.

Uma fachada eminentemente negativa que leva ao seu portador o fardo de estar sempre correndo risco de vida:

Fui punido. Assim que eu cheguei aqui... fiquei... ouvi muitos dizer, quando eu cheguei no pavilhão, uns dizia: "é, trabalha pra polícia", eu só ouvindo as conversas deles, mas todos que sai do pavilhão, eles vem pra cá, todos vem pra cá pra que? Para caçar melhoras, pra trabalhar, se quiser ficar no pavilhão, para tá "multuando", quebrando a cadeia, fazendo coisa errada, não presta. Tem que procurar o que? Tem que procurar a paz. A paz onde tá, onde tem vitória, não é verdade? (JUNIOR, 30 ANOS).

Em um espaço de conflitos constantes ou de conflitividades à espreita, cada indivíduo busca observar sua própria conduta, afim de não oferecer ao oponente um ponto vulnerável. Daí que há uma tendência a observar a própria conduta para evitar constrangimentos ou mesmo confrontos. Goffman afirma que estamos diante de verdadeiras "coações da interação, que age sobre e transformam suas atividades em representações", onde essas representações tendem a definir as ações e atividades e a própria imagem do indivíduo" (2001, p. 66).

Quando adentra na prisão, o indivíduo

passa a uma nova posição na sociedade e consegue um novo papel a desempenhar, provavelmente não será informado, com todos os detalhes, sobre o modo como deverá se conduzir, nem os fatos de nova situação o pressionarão suficientemente desde o início para determinar-lhe a conduta, sem que tenha posteriormente de refletir sobre ela. Comumente, receberá apenas algumas deixas, insinuações e instruções cênicas, pois se pressupõe que já tenha em seu repertório uma grande quantidade de "pontas" de representações que serão exigidas no ambiente (GOFFMAN, 2001, p. 72).

Deste modo, o preso possuirá uma idéia bem límpida da aparência de sua *hexys corporal*, de sua linguagem e pode desempenhar sua fachada já esperada ou, quando for possível, algumas "pontas" de representação, ou seja, nuances de fachada com atributos pessoais a serem valorizados (por exemplo, atributos de força e coragem em momentos de disputa de espaço).

Um dos mais salutareos exemplos desse tipo de interação é a dos evangélicos na prisão. Os “irmãos” tendem a se comportar de forma contida, buscando fugir de atritos, afastando-se dos maneirismos dos “caras do crime”. Longe de demonstrar força física, buscam demonstrar força moral:

E, quando chega ali pega uma bíblia, vô levar uns hinos, lê a palavra de Deus, procurar meditar a palavra de Deus. E quando for a noite, quando tem culto a gente vai pra ali, bota os banco, começa a pregar a palavra de Deus, sei que é só tranqüilidade. As refeições é normal mesmo, tranqüilo a comida sabe? A gente almoça mesmo nos quartos da gente mesmo, nossos quartos, cada um toma um banho... vai toma um banho, faz um suco, se senta ali, se alimenta... Depois do almoço descansa. Quando é duas horas da tarde a gente volta a trabalhar de novo, depois de nós ter descansado mais um pouco e aí vai trabalhar e volta de quatro hora, aí pronto. Quem tem uma roupa pra lavar vai lavar uma roupa. Quem tem uma palavra de Deus pra ler para pregar a palavra vai e prega a palavra, e assim é com calma sabe? Tranquilidade.(JÚNIOR, 30 ANOS).

Da mesma forma, ser evangélico é demonstrar uma fachada moral, demonstrando em seus conduta corporal que mudou e não cairá mais na vida de crime:

Você ser evangélico, mesmo preso, é não fazer aqui dentro o que fazia lá fora. É deixar o mundo pra lá. Todos dizem que não vão mais fazer, que vão buscar essa mudança, mas a luta é essa. A gente tem de orar e pedir. Só o motivo de você fazer essa renuncia, pedir essa ajudar, já mostra que você quer mudar. Sair e retornar para cá é quebra de confiança. Mudar é mudar mesmo. O crime é pecado e o cristão não deve mais cair no pecado (EXPEDITO, 25 ANOS).

A fachada é também percebida pelos demais presos, que vêem os “crentes” como boa gente sempre prontos a ajudar de forma caridosa:

(...) tinha os crentes que iam lá, rezar pra gente lá... Eles sempre iam na quarta-feira, uma vez na semana, Eu gostava, ajudavam quando a gente tava sem pasta, sem sabonete. O que pedia eles levava. O que eles pudessem ajudar... Os irmão sempre ajudou a gente. Eles não tinham preconceito com a gente não. Ficavam tudo junto com a gente, conversavam rezavam com a gente. No domingo sempre eles andavam visitando a cadeia com a gente (BETO, 41 ANOS).

Lembremos que, efetivamente, esses atributos pessoais são expressos de maneira diferente conforme o grupo que se participe. Um preso não pode expressar honestidade da mesma forma que um operário, por exemplo. A fachada ou representação dela dependem do contexto, do status e daquilo que é socialmente esperado do grupo do qual se participa. Se espera, muitas vezes, de um preso, que seja violento e frio, e não que seja um indivíduo pacífico e emotivo. Isso pode soar como falsidade ou fraqueza.

O depoimento abaixo mostra que, mesmo assim, o preso pode esperar um determinado grau de confiança, expresso em certas fachadas durante a convivência diária:

Existem pessoas que por um delito assim, por uso de drogas, às vezes num supermercado pra furtar um negócio, ou então por outras pessoas que venham a fazer um outro delito no intuito de garantir o sustento da família. Não quer dizer que a pessoa seja agressiva ou homicida, esse tipo de coisa que se separa, ta entendendo? Que gosta de fazer o mal, praticar um homicídio ou fazer o mal aos outros. Isso ai existe, mas, as vezes tem pessoas que não, que se envolveu as vezes numa situação ali transportando uma droga para ganhar um... em troca de um qualquer para ganhar o sustento da família. Ai ta preso, as vezes desde outro estado, chega num canto e é preso. Quando a gente tem o contato de conversar com essa pessoa, saber por que foi que aconteceu, você vai ver que a pessoa foi até induzida a chegar aquilo. Va lá, leva isso aqui que não vai dar errado e tal e quando você vê ta na cadeia. Mas é uma boa pessoa (JOÃO, 27 ANOS).

Da mesma forma, uma fachada de isenção e de afastamento pode ser construída, não apenas para os presos, mas mesmo para o entrevistador, como foi o caso de Francisco, líder incontestado do Pavilhão 2, 36 anos, de origem estrangeira, que o tempo todo se desvincilhou de seu papel de liderança. Demonstra orgulho

pelo fato de ser mais “instruído” e educado, numa lógica de eu civilizado, ele bárbaros:

(...) ninguém em quem confia aqui. Eu sou um amigo de verdade. Eu dar o numero de telefone de minha esposa e eles ouvem, eles sabem e podem falar de mim, porque me conhecem. (...) Muito bom. Muito respeito, eu não fofocou uma coisa. Sempre com respeito. Eu sou uma pessoa que só chegou aqui por causa de vacilo e por bobeira. Eu fala direito e ser tratado bem, sou educado.

No processo de interação, o ator muitas vezes não executa sozinho suas representações. Ele, principalmente no espaço da prisão brasileira em geral, o faz sempre em equipe, em grupo. Neste sentido, temos aqui um grupo que realiza um entendimento, uma forma de cooperação ou mesmo conluio, a fim de realizar com mais eficácia e veracidade sua representação. Essa equipe executa seu papel primordial nesse processo: geram coesão e permitem uma certa uniformização de condutas (GOFFMAN, 2001).

Uma equipe – não confundir com “panelinhas” – interligam-se por aquilo que Goffman denomina de “familiaridade”, uma intimidade formal entre seus membros. Mesmo desiguais socialmente os indivíduos descobrem “que estão numa relação de familiaridade forçada, característica dos companheiros de equipe empenhados em encenar uma representação”. Assim, eles vão cooperar para manter uma certa impressão, a fim de atingir seus objetivos (2001, p. 82). Assim, em Alcaçuz:

aqui a gente tem colega, companheiro e camarada. Amigo é uma palavra tão complexa, principalmente dentro desse sistema, porque na cadeia quem mata amigo é um amigo. Se eu sair daqui agora, um exemplo, eu não tenho não, mas um inimigo ali, vou me vingar dele, eu vou recuar, se for amigo vou abraçar, posso abraçar ele pela frente, mas pelas costas vou apunhalar, e pra rapaziada eu digo sempre que aqui funciona a lamina da falsidade. Aqui, você chega agora e o sujeito lhe elogia, você deu as costas ai pixação... por isso eu evito de participar de grupinhos, porque eu sempre vivi na cadeia sozinho. O cara diz: “rapaz fulano te conhece!”, ai eu já fico desconfiado, sempre atrás de informação, do grupinho, para evitar grupinho eu ando sozinho... (LUIZ ANTONIO, 59 ANOS).

Ao agir em conjunto, a equipe tende a controlar seus membros ou mesmo a impor-lhes sanções em caso de desvios e faltas. Qualquer fuga da representação incidirá sobre o desviante uma punição conforme o dano causado ao grupo. Num espaço prisional, o “alcagüete” – o traidor – é considerado o pior tipo de desvio de fachada possível. Sua punição é, quase sempre, a morte. Daí que a escolha do componente do grupo é pautada pelo interesse de que este venha a manter a linha de ação definida pela equipe e em cuja representação correta os demais possam confiar.

Como já assinalado anteriormente, o alcagüete que em Alcaçuz é sempre apontado como o “cabueta”, tido como *persona non grata*:

Mas a turma da quadrilha do xerife manda mais. Os coligados. Esses camaradas são velhos lá dentro, era cara que tem quinze, vinte anos lá dentro. Ai, pro diretor é um cara que já sabia de tudo dentro da cadeia. Trabalha como um tipo de informante com o diretor. Se entra uma droga e tal que não desse pra ele e tal, sai devagarzinho, ia lá na direção e cabuetava [sic]. As vezes muita mulher de preso entra com uma quantidadezinha pouca na vagina, ele tinha raiva e ia lá a cabuetava [sic] a mulher o preso e ia presa lá na entrada. É desse jeito mesmo. (BETO, 41 ANOS).

A equipe, em geral, possui seu diretor. Na visão de Goffman, esse cumpre algumas funções essenciais, tais como: a manutenção da linha adotada pelo grupo; apaziguar os ânimos e conflitos internos, ou seja, manter a coesão e a solidariedade; a distribuição dos papéis na representação e a fachada pessoal que cada papel tem de empregar e a distribuição dos equipamentos necessários a consecução dos papéis. O diretor é o protagonista ou o centro das atenções na equipe. Mas não se trata de um caráter carismático, mas de “dominância dramática”, isto é, “tipos contrastantes de poder numa representação” (2001, p. 94-96).

No espaço prisional, o diretor de uma equipe ascende a esta posição através não da força em si, mas de sua capacidade de representá-la com fidelidade. Sua capacidade de costurar alianças, e comunicação e mesmo, seus contatos externos (com a direção da instituição, carceragem ou alguém ou alguma organização de fora da prisão) podem lhe garantir uma fachada de direção e uma *dominância dramática*.

O Francisco é um cara gente boa e sempre vai na frente quando a gente precisa de algo sabe? Ele fala as reivindicações da gente né? [sic] Uma vez o pavilhão ameaçou virar todo quando tentaram tirar uns irmãos nosso. Aí ele foi e falou por nós [sic] (TIAGO, 28 ANOS).

Assim como Tiago, cumprindo pena no Pavilhão 4, Pedro e Júnior, ambos do Pavilhão do Trabalho, fazem um jogo de elogio à atual administração, ao mesmo tempo que apontam certos problemas em Alcaçuz, tanto para gestões anteriores ou à causas externas (Estado):

Quando o pessoal precisa de algo eu vou lá na direção e falo por eles. Em geral é sobre o dia de visitas. Mas tem também quando alguém quer sair da chapa e quer vir pra cá, para trabalhar. Hoje mesmo eu recebi um bilhete de um rapaz lá da chapa (PEDRO, 41 ANOS).

Eles respeita nós e a gente respeita eles. São uns pessoal que... na hora que a gente precisa de uma ajuda eles tão ali pra ajudar nós. Graças a Deus eu não tenho o que falar de nenhum dos agentes, de nenhum da militar nem nada. Com o doutor Wellington [diretor] aqui, graças a Deus tudo bem, com o seu Rocha [vice-diretor] tudo tranqüilidade. Eles atendem bastante bem. (JÚNIOR, 30 ANOS).

Isso é significativo, na medida em que, mudanças na direção e na equipe administrativa podem causar sérios problemas e até crises dentro do ambiente prisional. Segundo o depoimento de João, 27 anos, apenado do Pavilhão 1 em Alcaçuz:

As vezes acontece de quando muda a direção aí quer resumir a lista do material que entra, de alimentação, desse tipo de coisa e geralmente isso gera desconforto. Porque as vezes querem dar uma agilizada na entrada e querem diminuir a quantidade de coisas que entra só que causa transtorno lá dentro, porque tem muitos que não tem visita, ta entendendo? Se vier algo a mais, uma quantidade de comida a mais, ela é para ser repartida com os demais que não tem visita. Então quando quer resumir a comida fica chato. A comida da cadeia não dá pra comer. Você olha assim... a quentinha as vezes não tem como. Ai então você tem de ir ali pegar um cusuz, fritar um ovo, uma mortadela... e como a cela é coletiva você vai fazer ali na

coletividade, pra todo mundo. Por isso tentar resumir a comida que entra gera uma insatisfação muito grande.

Para Goffman, “uma equipe é um grupo mas não um grupo em relação a uma estrutura ou organização social, e sim em relação a uma interação, ou série de interações, na qual é mantida a definição apropriada da situação”. Daí que a direção do grupo é dinâmica, assim como a existência mesmo da equipe. Em um espaço onde o caráter cooperativo tem de ser dissimulado, a equipe tem “algo do caráter de uma sociedade secreta” (2001, p. 99).

Em Alcaçuz, temos não apenas a equipe administrativa, mas a existência de grupos e “grupinhos”, como assinalados muitas vezes pelos nossos atores sociais apenados, dentro dos pavilhões. Podem ser apontados, principalmente, o grupo dos evangélicos, como já citado anteriormente, assim como os grupos que lideram os pavilhões em si.

Importante se assinalar que as representações e fachadas só ocorrem em uma dada região. Esta se configura em um espaço não apenas de ação, mas que pode limitá-la no processo interacional. Daí que Goffman vai referir-se à existência de uma “região de fachada”, ou seja, o lugar onde a representação ocorre. Na prisão, a região de fachada varia de acordo com os vários espaços interativos possíveis: cela, corredor, pavilhão, pátio, refeitório, oficinas, ou mesmo os espaços disciplinares. A questão é que o indivíduo ou grupo fazem “um esforço para dar a aparência de que sua atividade nessa [s] região [s] mantêm e incorpora certos padrões” (2001, p. 102).

Goffman assinala que uma “equipe deve ser capaz de guardar seus segredos e fazer com que eles sejam guardados” (2001, p. 132). Assim, suas intenções, informações, entre outros, devem ser protegidos. Daí surge o perigo da figura do delator, principalmente em equipes que funcionam em espaços interativos de reclusão. O que explica o fato dos delatores, “cabuetas”, serem sempre passíveis da pena capital proferida internamente.

Um dos maiores problemas que uma equipe pode vir a encarar, tanto quanto uma figura do delator é a questão da comunicação imprópria. Consiste na ruptura da



interação, quando ditos ou comportamentos interrompem o processo, quebram a impressão oficialmente mantida na interação. Isso pode levar a fragilização ou mesmo ruptura do grupo, além da perda de sua credibilidade junto aos demais. Se a delação fragiliza a coesão, a comunicação imprópria pode vir a desacreditar o grupo a ponto de destruí-lo. No espaço prisional, um grupo que transmite impropriamente representações que desacreditem a sua fachada oficial corre o risco de perder apoios, alianças e redes e, assim, ser derrubado ou substituído de sua posição de credibilidade e/ou liderança.

Assim, a figura do “cabueta” é um exemplo significativo dessa quebra de confiança:

Lá no pavilhão tinha um cara que era cabueta [sic]. Vivia entregando nós [sic] pra direção e tal. No começo a gente até pensava que o cara era limpeza e tal, mas depois a casa caiu. Um companheiro nosso viu ele indo lá na direção cabuetar a gente. Aí o bicho pegou né? [sic] (TIAGO, 28 ANOS).

Da mesma forma, para Lucas, 23 anos, Pavilhão 2, condenado por assalto, o “cabueta” merece a pena máxima dos presos:

Aqui não tem boquinha pra cabueta de polícia não [sic]. Se a gente pega a gente resolve o cara, tá entendendo? [sic] não adianta querer dar uma de bonzinho não, pois traiagem aqui é pena de morte [sic] (LUCAS, 23 ANOS).

Goffman enfatiza ainda, acerca do comportamento das equipes, que

seja o que for que crie o desejo humano de contato e companheirismo social, o efeito parece tomar duas formas: a necessidade de um público diante do qual pôr à prova a própria personalidade jactanciosa e a necessidade de companheiros de equipe, com os quais se possa entrar em intimidades coniventes e praticar o descontraimento dos bastidores (2001, p. 189).

Dito isto, fica claro que a representação feita por uma equipe não pode ser considerada enquanto uma resposta espontânea e imediata da situação. A representação pode ser afastada e os membros da equipe podem vir a desempenhar outros tipos de representação. Tudo isso, obviamente, sem fugir do seu contexto social.

Assim, “um ato pode, é claro, ser apropriado ou inapropriado apenas de acordo com os juízos de um grupo social específico e mesmo nos confins do menor e mais unido dos grupos é provável que exista algum dissenso e dúvida” (GOFFMAN, 2010, p. 15). Aquilo que é apropriado ou inapropriado passa pelo contexto social, assim como no espaço onde isto tende a ocorrer. Em espaços fechados, mas ainda assim, públicos (ou semi-públicos) como as prisões, a presença do indivíduo ou do grupo já comunica se ele possui as qualificações necessárias para estar ali ou mesmo se ele está comportando-se de acordo com o momento ou lugar.

Este comportamento pode ser o de “ficar na sua”:

Amigos num canto desses é difícil falar né? [sic] o que tem são companheiros... a relação é normal. Eles no canto deles, eu no meu, sem confusão. Aqueles que tem um conhecimento melhor, como os que trabalham comigo a gente se ajuda né? [sic] Um sabe mais, outro sabe menos e a gente se ajuda. A gente conversa muito também... sobre liberdade. Fala da rua, como era antigamente, na época em que se envolviam com outras coisas... por aí vai. Mas sempre fico na minha, se passar e falar eu falo, senão fico na minha... tranquilo. Normal. Estão pagando a pena deles que praticou e eu na minha aqui. (PAULO, 31 ANOS).

Ou em um aspecto considerado estritamente “profissional” no que se refere ao grupo da faxina:

Minha relação com eles é estritamente profissional aqui... com esse pessoal todo, da faxina. Acordo com eles, a gente sai pra faxina juntos e retornam dessa forma. O que tem pra fazer a gente faz e na hora de lazer, lazer também. Aqui o rapaz que mora comigo, meu companheiro de cela... o restante é só profissional (PEDRO, 41 ANOS).

Neste caso, é emblemático que se espera do coordenador da faxina que não apenas trabalhe para o presídio e para a administração, mas também possa solucionar problemas e atender às necessidades mais urgentes do grupo. Então, embora ele veja esta relação como “profissional”, para os demais, ela possui atributos de reciprocidade.

No cotidiano, a prisão é um espaço onde a interação no dia-a-dia é tomada como “civilizada” e “humana”. Exige-se formas de tratamento que denotem essas representações. Falando do cotidiano no Pavilhão 1, João, 27 anos fala que:

A gente age como seres humanos. Se cumprimenta [sic], dá um bom dia, quando alguém passa, pergunta como é que vai. Às vezes se está tudo bem. Se a pessoa tá ali num baixo astral, aí chega pra da uma levantada no astral, pra conversar um pouco, para saber as coisas. Geralmente é a expectativa é sempre de liberdade, de pedir um recurso, um pedido que foi feito, alguma coisa. Comentando sobre a expectativa da visita do final de semana, como é que vai ser. Esse tipo de coisa. Uma rotina assim que não tem muita novidade não, a não ser um fato, um jogo assim pra você passar o tempo, um livro pra ler, uma televisão para se distrair, somente.

Ao mesmo tempo, o dia de visitas é um momento onde o espaço certo e aquilo que é apropriado ou não pode ser exemplificado na prisão:

A pessoa tem que usar as palavras certas para não xingar, porque na cadeia tem pessoas erradas né? A pessoa não pode xingar, não pode chamar nome com a mãe do outro, em dia de visita não pode tá observando mulher de ninguém, tem que baixar a cabeça, nova ou velha, se não cumprir eles matam a pessoa. É desse jeito (ARTHUR, 20 ANOS).

A preocupação de Goffman quanto às interações liga-se essencialmente ao “aspecto situacional da atividade situada” (2010, p. 32). Assim, nas interações face a face nesses ambientes, é importante analisar que, no âmbito deste tipo de interação os olhares, focos, sorrisos, pequenos gestos, porte corporal, aparência, composição do rosto ou mesmo posição, podem permitir a compreensão aos demais membros do grupo ou do espaço das intenções ou da representação da interação desejada ou mesmo de fachada (GOFFMAN, 2010, p. 32-40).

Isto posto, Goffman aponta que

quando indivíduos entram na presença imediata uns dos outros onde não é preciso nenhuma comunicação falada, eles ainda assim iniciam uma espécie de comunicação, pois em todas as situações atribui-se importância a certos assuntos que não estão necessariamente ligados a comunicações verbais particulares. Eles incluem aparência corporal e atos pessoais: vestuário, postura, movimento e posição, volume de som, gestos físicos como acenar e saudar, decorações faciais e expressão emocional ampla (2010, p. 43).

Temos aí, verdadeiros sinais expressivos incorporados, projetados para transmitir informações acerca dos atributos e características sociais do ator e sua noção de si, dos demais e do espaço. No ambiente da reclusão prisional, onde muitas vezes o silêncio disciplinar impera – seja por questões de segurança ou mesmo de conflitividades – é a linguagem do corpo que apresenta-se como um verdadeiro discurso convencionalizado (e, portanto, normativo). O gesto, a *hexys corporal* funciona como um meio comunicacional (GOFFMAN, 2010, p. 43-45).

Um exemplo são os momentos onde as rixas e brigas estouram. Simples gestos ou pequenos atritos fazem “explodir” o ambiente:

Aqui acolá aparece algum tumultuador mas a direção fica sabendo e tira ele de lá. Tumulto é querer brigar, querer ter uma faca lá dentro, e seu Rocha aqui não aceita isso aí, não aceita a gente brigar ali com faca, a direção não aceita. Briga por qualquer coisa, estresse de cadeia né seu...? Estresse de cadeia. Quando é um dia briga e tem rebelião, a cabeça já... é complicado tá aqui dentro. Não é fácil não. E tem dia que a pessoa amanhece de um jeito, já meio agoniado. Se for evangélico não. Que eu sou evangélico. Ai a pessoa fica se pegando com Deus... Mas tem muitos que brigam muito por besteira (KLEBER, 34 ANOS).

Outro exemplo, agora novamente remetendo ao dia de visitas, pode-se salientar como um dado comportamento é esperado e rigidamente cumprido:

O dia de visitas é um dos dias melhores dentro da cadeia, porque é o dia que a cadeia está em paz. Porque o dia de visita é sagrado dentro da cadeia. Então fica tudo nos conformes. Não pode falar palavrão, não pode ficar escarrando perto da visita, tudo tem seu meio, seu local, tudo adequado (ANDRÉ, 19 ANOS).

Goffman aponta duas propriedades situacionais diferentes: “a interação desfocada, preocupada com o que pode ser comunicado entre pessoas meramente através de sua presença conjunta na mesma situação social” e, de outro lado, “a interação focada, tratando de aglomerados de indivíduos que estendem uma licença comunicativa especial mutuamente e sustentam um tipo especial de atividade mútua que pode excluir outros presentes na situação” (2010, p. 95).

Na relação preso e carcereiro, muitas vezes verifica-se um tipo de interação que Goffman denomina de “desatenção civil”. Aqui, um fornece ao outro um aviso visual suficiente para demonstrar que compreendeu que o outro está presente (na chegada do carcereiro no pavilhão, por exemplo) e onde o outro admite tê-lo visto. Em um segundo momento, ao carcereiro (ou outro agente), fica compreendido que não é alvo de curiosidade ou intenção especial (GOFFMAN, 2010, p. 96).

Assim:

Rola muito comércio lá no pavilhão, de muita coisa sabe? Quando chega a hora da tranca, antes do anoitecer, os agentes chegam para fechar tudo. Aí um de nós fica na entrada e dá um sinal. Aí o pessoal vai e guarda tudo, rapidinho (ALBERTO, 22 ANOS).

Outro exemplo, agora de interação focada está presente no depoimento abaixo:

Os agentes são maneiros com a gente. Tem até os que conversa com a gente. A gente conversa com ele, abriam e diziam: agora só vamos fechar às seis horas, abria as seis da manhã e fechava as seis da noite. Ficava à vontade, não tem atrito com a gente não. Só o que eles tinham raiva e tal, ia lá no portão e chamavam eles, diziam que fulano estava bagunçando e tal, levava lá para a direção, para o diretor falar com ele (BETO, 41 ANOS).

Já o exemplo da interação desfocada pode ser percebida adiante:

Muitas vezes o cara tá lá no pátio, na sua né? [sic] E chegam os caras e ficam cismando com o cara. A gente tá lá, na nossa, tranqüilo, encostado na parede, de cabeça baixa, mas eles cismam com a gente, achando que a gente tá fazendo algo errado e tal (ARTHUR, 20 ANOS).

O tipo de erro era: o cara doidão, doidão dentro do pavilhão, com faca na cintura, querendo tirar onda com os irmãos aí, a gente chamava os homi [sic] para ir levar ele... para ninguém se prejudicar por causa dos outros né? [sic] Ai ele passava o dia lá no castigo, quinze dias, trinta dias e depois voltava de volta ao pavilhão. Quando ninguém queria, aí dizia: “não, ninguém quer ele aqui mais não, que o lugar dele aqui é ruim demais”, aí levavam ele para outro pavilhão (BETO, 41 ANOS).

Ao mesmo tempo, a prisão torna-se um espaço onde os indivíduos estão disponíveis para interação face a face também há boas razões para que eles tenham essas interações. Afinal, “ao permitir que outro se aproxime dele para conversar, o indivíduo pode descobrir que foi tapeado e colocado numa posição para ser atacado e agredido fisicamente” (GOFFMAN, 2010, p. 118).

Andar vigilante, alerta a todas as situações e possibilidades é uma prerrogativa para o apenado. De um encontro ou de uma conversa podem advir oportunidades de ampliação de seus contatos, redes ou alianças, ou mesmo, uma inimizade ou conflito que pode levá-lo à morte. Em um ambiente onde o reconhecimento social é fundamental, não se engajar ou fazê-lo de forma conflituosa é um sério complicador. Aqui, mais do que nunca, o indivíduo é “obrigado a estar pronto para ser abordado por outros que não conhece, se for apropriado a seu emprego diário” (GOFFMAN, 2010, p. 139).

Na minha cela tem 12 pessoas. Era uns dormindo no chão, outros dormindo em rede... poucos no colchão. A gente fala coisas boas, sobre o futuro aí... a gente fala de sair daqui, da liberdade, coisas gostosas né? o dia-a-dia na cadeia é cada qual por si sabe? A gente não pode confiar em ninguém num lugar desse aqui, um bocado de gente diferente... o dia aqui é repetitivo. (...) as vezes tem gente que

procura problemas por aí. Vão ‘desaquetar’ o irmão. o irmão ta ali com a mente bem sossegada e chega outro e quer tirar o irmão do sério pra fazer as coisas. A mente fica daquele jeito, sabe? Só isso... (FILIPE, 29 ANOS).

A saber se todos se conhecem ou não no espaço prisional – o que acreditamos que sim, já que a informação sobre a posição social de cada um circula livre e facilmente –, resta questionar quando o indivíduo tem o direito de iniciar aberturas com aqueles que ele não conhece. Para Goffman, ele pode fazê-lo quando não estiver em uma posição exposta ou diante de “pessoas de abertura”, ou seja, “indivíduos que têm uma permissão embutida para abordar outros” (2010, p. 143). Um exemplo são os “diretores” de equipe ou mesmo os agentes penitenciários (carcereiros). Isto é claro, se os últimos oportunizarem esta abertura. Como dito há pouco, o cuidado na abordagem é sempre constante como mostrado anteriormente.

Desta forma, segundo Kleber, 34 anos, Pavilhão 3:

(...) eles são agentes penitenciários, a gente tem que respeitar eles com um “sim senhor”, um “não senhor”, ta entendendo? Comigo mesmo eles nunca... Têm me tratado bem, porque eu trato eles bem também. Se eles baixarem a cabeça os presos batem neles... se eles baixar a cabeça mesmo eles... preso é problemático. Quando precisa de ajuda a gente fala com Seu Rocha, o vice-diretor, sempre a gente mantém contato aqui com ele, sabe? Chega pra ele aí, pego um agente pra falar com ele, e ele resolve, é uma pessoa que corre atrás dos problemas da gente.

Muitas vezes a abertura ajuda a classificar e permitir o acesso aqueles que são “amigos” ou “inimigos”. Nossos informantes sempre disseram que em cadeia não há “amigos”, o que existem são no máximo “companheiros”, ou seja, “colegas de infortúnio”. Assim,

(...) amigo é uma palavra tão complexa, principalmente dentro desse sistema, porque na cadeia quem mata amigo é um amigo. Se eu sair daqui agora, um exemplo, eu não tenho não, mas um inimigo ali, vou me vingar dele, eu vou recuar, se for amigo vou abraçar, posso abraçar ele pela frente, mas pelas costas vou apunhalar, e pra

rapaziada eu digo sempre que aqui funciona a lamina da falsidade (LUIZ ANTÔNIO, 59 ANOS).

Amigo [aqui] só o Senhor Jesus né? [sic] Colegas eu tenho, eu tenho colegas. Ali no trabalho, no setor de trabalho são todos meus colegas né? [sic] Temos uma relação boa, tem que ser, tem que ter relação boa com todo mundo aqui né? [sic] Aqui ninguém pode confiar em ninguém não. Aqui tem que confiar só no senhor Deus. (KLEBER, 34 ANOS).

Quem é o preso afinal? O preso é, em termos gerais, alguém que retém em seu eu um estigma. Este é uma forma de categorização social onde se atribui a certo indivíduo características pouco comuns que dão a ele certo status social negativo. O estigma torna o indivíduo (enquanto categoria) algo indesejável, desacreditado, constituindo “uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 2008, p. 12).

O estigma aparece como um comportamento desviante, onde os atributos indesejáveis, incongruentes com aquilo que se atribui a certa categoria de indivíduo se manifesta. Assim,

o termo estigma (...) será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, honroso ou desonroso (GOFFMAN, 2008, p. 13).

O estigma configura-se, portanto, como uma relação especial entre atributo e estereótipo. Deste modo, mais do que nunca, trata-se de uma categoria social que está ligada à expectativa de ambos os lados: estigmatizadores e estigmatizados. Ao entrar em contato com os primeiros, estes podem sentir-se fragilizados, avaliados e julgados, seus menores atos sendo percebidos como sinais negativos.

Um preso, por sua própria condição societária, carrega sob sua identidade o estigma do apenado. Uma vez fora da prisão, é avaliado negativamente como



alguém que pode novamente transgredir as regras, um desviante contumaz. Duas opções são possíveis: se retrair, isolando-se; ou aproximar-se dos contatos mistos com agressividade, levando os outros a tomarem uma série de respostas desagradáveis. Daqui talvez decorra o ranço acumulado daqueles que retornam ao sistema prisional: os reincidentes. Eles sentem todo o mal-estar da interação e atribui à sociedade a culpa de sua pena.

Arthur, 20 anos, apenado que cumpre pena no Pavilhão 4 em Alcaçuz, expõe o estigma que passou a sofrer após sua prisão. Segundo ele, “outros não quiseram mais, porque eu fui preso, não queriam mais eu perto de ninguém [sic]. Só que eu sou um cara que sempre trabalhei. Errei, cometi meu erro mas to aqui pagando né? [sic]”.

No mesmo sentido e expressando seu desejo de liberdade:

O que eu tenho assim é, minha vontade é sair daqui. Sair desse lugar, ir embora trabalhar. É isso mesmo. É chato a pessoa tá preso né? [sic] Tanto sofre a pessoa, como sofre a família lá fora né? (...) O ruim é que todos vão apontar pra [sic] mim e dizer que sou bandido. Mas to pagando pelo que fiz. Jesus está me salvando. (JUNIOR, 30 ANOS).

Outro estigma que pudemos verificar nos relatos em Alcaçuz, além do de alcagüete – o cabueta de polícia – foi o de estuprador, como já apontado aqui anteriormente. Denominados de facínoras ou maníacos por outros colegas do presídio, são permanentemente isolados destes. Muitas rebeliões e crises, por exemplo, ocorreram devido a realocação dos estupradores para áreas onde ficavam os demais presos:

Quando eu morava no pavilhão 3 teve um tumulto quando quiseram... quando um cara que era do presídio federal veio como diretor e quis dividir o pavilhão em duas alas, uma de seguro e retirou os moradores que já tavam lá e colocou no 1 [sic]. Depois quis colocar a outra ala para ficar no seguro, foi quando houve um tumulto devido a uma insatisfação por parte Dops que ficou e de quem foi tirado pro 1. Porque lá no pavilhão 3 a cela era individual, mas

morava dois na cela na realidade, nesse sistema era melhor de se morar. Menos barulho, a visita não precisava da divisória com o pano. Quando esse pessoal foi pro seguro, a insatisfação foi grande porque foram para celas com mais gente e sentindo a falta dos companheiros. Além da presença do pessoal do seguro que incomodava. Não se sente bem de tá perto desses caras, maníacos (JOÃO, 27 ANOS).

Outro estigmatizado que pudemos perceber foi o “viado”, ou seja, o homossexual assumido, em geral travesti ou garoto de programa que cumpre pena na penitenciária. Manoel, 28 anos, apenado do Pavilhão 3, une dois estigmas, o de “viado” e o de “cabueta”

Já tô com esse tempo e era pra estar no semi-aberto e eu sou muito discriminado porque eu sou gay, sabe? (...) Um dia desse eu tava trabalhando, num dia de visita, aí um cara chegou e deu uma tapa nos meus peito e disse que eu era gay, aí ele deu uma furada com uma faca em mim aqui... raiva de mim de outros presídios, porque eu ajudei. Porque quem ajuda em outros presídios é conhecido por “cabueta”... todo mundo me chama assim aqui.

Segundo ele, várias vezes tentaram matá-lo, assim como lhe impuseram o fardo de tentar esconder, em seu ânus, drogas e celulares, quando da revista geral no pavilhão:

É porque eles quer usar a pessoa como um objeto como um brinquedo. Eles as vezes não tem como esconder um celular, uma droga, e vê que a pessoa é gay e quer botar no ânus da pessoa, quer forçar a pessoa a esconder aquilo ali. É horrível. Tem gente que aceita esconder, para receber droga ou outro pagamento sabe? Já teve homem casado no pavilhão querendo fazer programa comigo, mas eu não quis. Eu faço programa na rua.

Como todo estigmatizado o preso é extremamente dependente de pessoas externas que se relacionam com ele e com os de fora. Claro que o principal motivo é o fato de estar preso em uma instituição total, impedido assim, de travar essas relações. Mas, seus parentes, principalmente, carregam também parte da estigmatização. A sociedade tende a considerar ambos como uma só pessoa. Daí a expressão de que *mãe de preso paga a cadeia com ele* (GOFFMAN, 2008).

Um exemplo significativo do exposto acima foi mostrado por Comfort (2007) ao discutir as imbricações entre o encarceramento e as relações amorosas nos Estados Unidos. Para a pesquisadora, as instituições penais asseguram uma nova forma de relação e de controle às mulheres dos presos na convivência com seus homens. Pois, “as prisões podem oferecer uma estrutura para desempenhar os papéis de gênero do nutridor e cuidador, bem como um local substituto para a vida doméstica e social” (COMFORT, 2007, p. 233-234). Daí que tem-se um processo de “prisionização” onde a mulher adota hábitos, costumes e cultura da prisão.

Segundo André, 19 anos, apenado do Pavilhão do Trabalho, quem o visita sempre é sua “mãe. Não tenho esposa. Ela vem toda semana, me visita toda semana. Traz todo meu material higiênico, minha comida, remédio quando eu preciso...”. Júnior, 30 anos, também do Pavilhão do Trabalho diz que:

Minha esposa me visita. Faz um tempo já, um tempão de anos já... ela vem duas vezes na semana, na quarta e no sábado ou no domingo. Ela traz os alimentos, biscoito, bolacha, suco, sabonete, pasta, (ruído), remédio, só isso mesmo.

Isto posto, os demais relatos mostram que não apenas as mães, mas principalmente as esposas compartilham o fardo de acompanhar, muitas semanalmente, seus companheiros e conjugues na prisão:

A minha família é minha estrutura básica que me faz suportar todo esse tempo por aqui. Se não fosse por minha família eu certamente já estaria como muitos que estão por aqui. A estrutura “família” é bastante importante, se não tiver uma base familiar muito boa certamente você não vai suportar isso aqui e vai acabar reincidindo criminalmente e outras coisas mais. Minha esposa, principalmente, me visita todas as semanas. É o meu apoio para agüentar isso aqui (PEDRO, 41 ANOS).

A vida cotidiana na prisão leva o apenado a se ver como portador de um estigma e a estabelecer relações com os outros presos levando em consideração também esse parâmetro. Em alguns casos, como naqueles que não se vêem como “bandidos” ou “criminosos”, ocorre certa rejeição desse papel:

quando o indivíduo compreende pela primeira vez quem são aqueles que de agora em diante ele deve aceitar como seus iguais, ele sentirá, pelo menos, uma certa ambivalência porque estes não só serão pessoas nitidamente estigmatizadas e, portanto, diferentes da pessoal normal que ele acredita ser, mas também poderão ter outros atributos que, segundo a sua opinião, dificilmente podem ser associados a seu caso (GOFFMAN, 2008, p. 46).

Um último ponto a ser discutido é que, ao rever sua própria história como estigmatizado, o preso pode escolher e elaborar as experiências que lhe permitam explicar o que ele vem a ser hoje. Sua entrada no “mundo do crime”, seus atos desviantes iniciais. São reelaborados e assumem significado a partir do estigma atual. Uma vez preso, o descrédito e o estereótipo que acompanha o estigma se estabelece como categoria. Daí sua nova identidade: preso.

O estigma, segundo Goffman, apresenta informações que possuem certas propriedades. Estas são corporificadas, ou seja, “transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (2008, p. 53). Daí que o estigma pode ser equiparado a verdadeiros signos que despertam a atenção sobre uma grande discrepância de identidade, um “habitus precarizado”. Assim como podemos falar do habitus como disposições corporificadas, o estigma apresenta-se da mesma forma, permitindo a visualização de uma identidade degradada.

Assim, trejeitos, maneirismos, olhares, forma de andar, vestir ou comer, tatuagens, gírias, atributos da linguagem, tudo isso permite a visualização do estigma/habitus. Um exemplo disto é a utilização de apelidos que apontam não apenas a uma certa identidade pessoal, mas a habitus e estigmas do sujeito: uma peculiaridade física (exemplo do apenado Beto, cujo apelido é *Beto Cabeça*), uma habilidade desviante (exemplo do apenado Arthur, cujo apelido é “Burro Brabo” pela sua longa lista de mortes de aluguel e pistolagem), ou mesmo algo ligado ao seu papel social desviante (exemplo de Luiz Antônio, que foi várias vezes apontado como professor, que indica uma certa habilidade organizacional).

Procurou-se, neste capítulo, mostrar os aspectos panópticos-disciplinares e as mais diversas formas de interação social presentes em Alcaçuz. No próximo

capítulo, serão discutidas as redes sociais, suas imbricações e seus elementos presentes nesta penitenciária.

## 5 REDES SOCIAIS E SISTEMA PRISIONAL

Vem um de AR15 e outro de 12 na mão  
Vem mais um de pistola e outro com 2oitão  
Um vai de URU na frente escotando o camburão  
Tem mais dois na retaguarda mas tã de Glock na mão  
Amigos que eu não esqueço nem deixo pra depois  
Lá vem dois irmãozinho de 762  
Dando tiro pro alto só pra fazer teste  
De ina-ingratek, pisto-uzi ou de winchester  
É que eles são bandido ruim e ninguém trabalha  
De AK47 e na outra mão a metralha  
Esse rap é maneiro eu digo pra vocês,  
Quem é aqueles cara de M16

(Rap das Armas – Cidinho e Doca).

A Sociologia econômica surge numa perspectiva inicial de estudar as relações existentes entre os aspectos econômicos e “não-econômicos” da vida social, inicialmente preocupada em unir os aspectos econômicos e sociológicos do real (SMELSER, 1968). A Sociologia Econômica tem um impulso gerador nos escritos seminais de Max Weber (1996), mas efetivamente, é com Polanyi (2000) que a economia se rende às estruturas e relações sociais, na medida em que para ele

a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus próprios. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (POLANYI, 2000, p.65).

A preocupação volta-se, antes de mais nada, para os laços e relações sociais e suas formas de manutenção. Conceitos econômicos como interesse, reciprocidade, retribuição, etc., devem ser percebidos dentro desta ótica e também inseridos em seus contextos sociais. Afinal, o mercado nada mais é do que uma entre inúmeras formas que assume a coordenação social na vida humana.

Rompendo com a premissa da racionalidade e do caráter impessoal do mercado, a Nova Sociologia Econômica mostra que os atores econômicos são, efetivamente, antes de mais nada, atores sociais. Isto significa que os mercados tendem a surgir não por um certo equilíbrio entre oferta e procura (como se pensa na economia tradicional), “mas em virtude das relações sociais entre os próprios produtores” (ABRAMOVAI, 2004, p. 56).

Segundo John Downs, o termo *racional*, em si, nunca é aplicado aos fins de um agente, mas somente a seus meios. Isto é válido tanto para a teoria política racional como para a economia. Desta maneira, “todas as vezes que os economistas se referem a um ‘homem racional’, eles não estão designando um homem cujos

processos de pensamento consistem exclusivamente de proposições lógicas, ou um homem sem preconceitos, ou um homem cujas emoções são inoperantes”. Ou seja, “a definição econômica se refere unicamente ao homem que se move em direção a suas metas de um modo que, ao que lhe é dado saber, usa o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado” (DOWNS, 1999, p. 27).

Isto posto, um homem racional seria aquele que se comporta como se segue:

(1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior a cada uma das outras; (3) seu *ranking* de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu *ranking* de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas (DOWNS, 1999, p. 28).

Desta maneira, indo além das abordagens iniciais e rompendo com as premissas clássicas, a Nova Sociologia Econômica (NSE), de acordo com Mark Granovetter, tem duas idéias básicas como ponto de partida: (a) a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; (b) as instituições econômicas são socialmente construídas. Ele se empenha em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos, daí seu enfoque estrutural do mercado, visto como constituído por redes interpessoais (sociais) (RAUD-MATTEDI, 2005).

Conforme o próprio Granovetter:

Eu distingo três níveis de fenômenos econômicos. O primeiro é a ‘ação econômica individual’. Reservo para esse nível a definição weberiana: (a ação econômica individual) é a ação orientada para a satisfação das necessidades, estabelecidas pelos indivíduos, em situação de escassez [...] Desejo também explicar fenômenos que se situam além da ação individual – fenômenos que chamo de “resultados econômicos” e “instituições econômicas” [...] As instituições são diferentes dos resultados (formação de preços estáveis para mercadorias específicas, formação de diferenciais de



salário entre algumas categorias de trabalhadores etc), pois elas designam conjuntos maiores de ações e comportam uma dimensão normativa (como as coisas *devem* ser feitas) (GRANOVETTER, 2007, p.28)

Daí a preocupação de Granovetter (2003) na questão da incrustação: “o argumento de que os comportamentos e instituições em análise são tão condicionados pelas relações sociais, que conceptualizá-los como elementos independentes representa um sério equívoco” (p. 69). A questão para ele é importante se pautar em uma análise aprofundada da ação humana que passe por evitar uma atomização do processo socializador. Para ele,

os atores não se comportam como átomos fora de um dado contexto social, nem aderem, como escravos, a um guia determinado por uma interseção específica das categorias sociais que, por acaso ocupam. As suas tentativas de realizar ações com finalidades estão, pelo contrário, incrustadas em sistemas concretos e continuados de relações sociais (GRANOVETTER, 2003, p. 75).

O argumento de incrustação enfatiza o papel das relações pessoais concretas e das estruturas (redes) dessas relações como resposta a várias questões, como por exemplo, a origem da confiança nas relações sociais. São as relações sociais, mais do que dispositivos institucionais ou “morais”, responsáveis pela produção de vários elementos, por exemplo, da vida econômica como a confiança.

Neste sentido, as redes sociais ocupam um lugar privilegiado em seu eixo teórico-analítico. Ao se voltar para o estudo dos mecanismos sociais que proporcionam o estabelecimento de redes de relações sociais contínuas, observa-se os modos como estas relações encontram-se na base da construção de instituições variadas. Trabalhando com o conceito de confiança, as redes são “o elemento estrutural que define padrões de comunicação, hipóteses de difusão, quadros de mobilização de recursos materiais e humanos, contribuindo para o desenvolvimento de alianças e coligações políticas determinantes” (MARQUES, PEIXOTO, 2003, p. 16-17).

Granovetter (2003) alerta que as redes sociais penetram de forma irregular e em diferentes graduações nos vários setores da vida. Nesta perspectiva, as relações sociais tomam uma importância maior, já que fatores exclusivamente racionais não são suficientes para garantir, por exemplo, a confiança. Elementos como má-fé, uso da força, fraude e outros aspectos de desordem mostram até que ponto isso pode ser significativo (p. 80-82).

A confiança, base das redes sociais, estabelece um mecanismo simplificado da estrutura das relações sociais, sendo uma forma de garantir a ordem, sem necessidades de mecanismos de coerção explícitos. Um sistema baseado em confiança tanto pode estar ligado à elementos tradicionais como a elementos racionais e modernos. Sem ela, os laços sociais não têm como acontecer e se manter, daí ser ela um adensador ou um acelerador das relações sociais. Do mesmo modo,

a confiança é um facilitador das trocas, uma adocicador das relações sociais (...). Quanto mais se troca, em nome da confiança, mais se confia no outro, ou seja, a repetição da confiança gera efeitos multiplicadores, daqui resultando que quanto mais se troca, com boas experiências de confiança, mais se confia (MARQUES, PEIXOTO, 2003, p. 20).

Ao mesmo tempo, as sociedades modernas convivem com um elemento fundamental e oposto à confiança: a desconfiança. Sem esta, as instituições modernas (políticas e jurídicas) não teriam existido. Sendo sociedades de litígio, há uma descentralização da relação social e a confiança passa para instituições superiores. Assim, a confiança social alargada resulta das múltiplas desconfianças relativas.

O capital social é outro conceito balizar. Este é um recurso de indivíduos que surge dos laços sociais, um conjunto de vantagens e oportunidades que eles obtêm por participarem de certas comunidades, grupos e associações. O capital social representa um dado estoque de confiança social que os indivíduos utilizam para solucionar questões em comum. Suas formas mais comuns são as redes sociais e cooperativas. Está ligado ao próprio processo de reciprocidade gerador de

socialidade e, ao mesmo tempo, aos recursos sociais que os atores disponibilizam na interação social (BOURDIEU, 1992, 1996).

São as relações sociais que estruturam a troca entre os agentes presentes nos mercados. Estes são, para a sociologia, estruturas sociais, formas mais ou menos permanentes de interação em que os indivíduos estabilizam seus laços sociais e submetem-se, por aí, a recompensas e sanções. Mostrar que os mercados são produtos históricos significa que nem toda economia se organiza através das relações mercantis (STNEINER, 2006 p. XI).

Uma rede social é um conjunto de atores interligados por uma relação. Isto posto, uma rede caracteriza, assim, o sistema formado pelos vínculos *diretos* e *indiretos* entre os atores. Por analogia, é uma forma de interação social que põem atores em contato. Ao mesmo tempo, a rede pode estar baseada em uma única relação ou em várias. Diferentemente do individualismo metodológico no sentido estrito, a análise de rede preocupa-se deliberadamente as relações existentes entre os atores, mais do que os próprios atores.

Os estudos das redes sociais, em geral, também se preocupam em analisar e perceber os fluxos de informação ou as próprias redes instituídas, assim como as construções sociais e simbólicas dos grupos estudados. Deste modo, ao pensar em redes, busca-se um instrumental teórico-metodológico que permita melhor compreender a sociedade ou um grupo social por sua estrutura, seus “nós” e suas ramificações (MARTELETO, 2001).

A discussão de redes (networks) passa pela idéia de “sistemas de nós e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema prático que se pareça com uma árvore ou uma rede” (MARTELETO, 2001, p. 72). Rede liga-se à idéia de “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (IDEM). Face à visão dos determinismos institucionais, as redes sociais surgem como um novo instrumento, onde se valoriza mais os elos formais e informais e as relações em detrimento das estruturas hierárquicas. Segue-se aqui de uma idéia de metáfora de rede. O pensar de forma metafórica as redes é uma forma analítica que antecede a *social network analysis*.

Em sua totalidade, a reprodução da vida cotidiana funciona como redes de relações das quais somos o “nós” e pelas quais “são percorridas por elementos uniformizantes e autoritários como *habitus* bastante subscientes na maior parte das situações” (VILLASANTE, 2002, p.30).

Os estudos das redes centram-se na preocupação de que

os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes. Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas (MARTELETO, 2001, p. 72).

Em geral, não há uma teorização específica de redes sociais. Desta maneira, o conceito é empregado por e conjuntamente diversas teorias sociais, sempre necessitando de dados empíricos complementares, além da identificação dos elos e relações entre indivíduos. Na maior parte das vezes, a preocupação é em analisar “o conjunto das relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros”. Daí que a estrutura social é apreendida enquanto uma “rede de relações e limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos” (MARTELETO, 2001, p. 72).

O objetivo, neste modelo analítico, é realizar uma metáfora de redes. Ou seja, ao invés de uma análise estrutural para mostrar que a forma da rede é explicativa dos fenômenos analisados, ou seja, topológica, nos voltamos para uma compreensão nos “nós” e dos “laços”. Na análise de uma díade (interação entre duas pessoas) possui um sentido em relação a outras díades da rede, onde a sua posição estrutural tem um efeito sobre a sua forma, conteúdo e função.

A impossibilidade de realizar uma análise estrutural de redes, passa pela dificuldade de acesso aos atores sociais principais, os presos, em uma penitenciária. Isto porque, um análise estrutural necessita do conhecimento estatístico quase total dos laços e nós do grupo ou comunidade estudada. O acesso parcial a este universo

nos levou, portanto, a enfatizar nosso estudo na perspectiva de uma metáfora de redes, abarcada pelos nossos dados de pesquisa.

Como mostrou Villasante (2002, p. 71), “em cada grupo local, como em cada pessoa, há relações em redes que nos ligam cotidianamente com realidades muito complexas”. Assim, em toda relação subjazem relações de poder ou de medo de como o outro vai interpretar o que está se comunicando. Isto posto, “uma coisa é o que se diz e, outras, de onde e para quem se diz”. Imergimos em redes diversas (familiares, de trabalho, vicinais, culturais, etc.) e “em cada uma delas se espera um determinado tipo de comportamento e de linguagem, que denotam e conotam qual é o nosso papel no jogo de poderes cotidianos” (IDEM, p.81).

Redes estão ligadas aos movimentos sociais institucionalizados, “reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações” (MARTELETO, 2001, p. 73). Além disso, a rede é composta de indivíduos, grupos ou organizações variadas, onde sua dinâmica se volta para a perpetuação, consolidação e desenvolvimento das ações e atividades de seus membros (HANNEMAN E RIDDLE, 2005).

Na contemporaneidade, além da ampliação dos sujeitos que protagonizam ações coletivas, temos uma mudança na forma de mobilização e atuação: pautada agora em redes. Isso é possível também graças às novas tecnologias informacionais, como o celular, e mesmo ao surgimento de novas demandas antes inexistentes. Gohn alerta que rede social possui, atualmente, um papel fundamental enquanto enfoque analítico e possui certa permanência e realiza a articulação da diversidade.

Sabemos que rede é uma categoria muito utilizada, com diferentes sentidos, constituindo-se até em certo modismo. Ela é importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados porque permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nessas relações (GOHN, 2010, p. 32).

Redes sociais são diferentes de instituições. Daí que não possuem uma hierarquia, embora possam ser percebidas relações de poder. As redes surgem das necessidades de sociabilidade e de relações sociais. Assim, no universo prisional, elas podem surgir como consequência da necessidade de vivência e sobrevivência na prisão, ou seja, como resposta dos grupos à estrutura disciplinar, punitiva e violenta.

O enfoque das redes pode ser empregado numa leitura mais abrangente dos elementos mais constitutivos dos movimentos (como o papel dos atores sociais que organizam e orientam). Outras questões são: a coordenação social ou constituição dos movimentos, ou mesmo as dificuldades de organizar uma coletividade de pessoas de modo não-hierárquico (SWEDBERG, 2004).

Deste modo,

*a análise de redes mostra-se muito fecunda nas estratégias construtivas e participativas da realidade social. Trata-se de dar um viés mais dinâmico e processual aos grafos/redes que ilustram as relações entre os grupos e as instituições e, para isso, necessitamos informações sucessivas tanto de informantes qualificados como de amostras representativas da população em geral (VILLASANTE, 2002, p.92)*

Ao estabelecer esses conjuntos de ação no concreto, enquanto redes sociais, verificamos níveis distintos de relações (que podem ser primárias, secundárias, etc.) na comunicação do dia-a-dia, que vêm a coincidir com o que distinguimos entre os vários tipos de códigos de expressão (imagens, ideológicos, estereótipos, silêncios) que podem ser vistos nos espaços prisionais. A partir dessas relações de comunicação cotidiana, podem-se reinterpretar todos os dados e explicações possíveis das condutas.

Soares, Miranda e Borges nos lembram que é a partir das “redes institucionais e pessoais que participamos que nos chegam informações que nos podem ajudar a atingir nossos objetivos”. Laços com indivíduos diferentes “aumentam a probabilidade de encontrar soluções para problemas devido ao aumento dos olhares para os mesmos problemas” (2006, p. 174-175). Grupos ou

redes sociais “pobres” possuem menor probabilidade e chances de se articular e resolver seus problemas.

Inspirados em Bourdieu, afirmamos que, ao se fala em redes, não há uma precisão de sua forma concreta, principalmente quando se afirma a existência de três elementos interligados: a relação entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou hábitos) e as *tomadas de posição*, as escolhas que os agentes sociais levam a cabo. Assim, entre o espaço social/capital econômico e o espaço simbólico/capital cultural, há, em seu cruzamento, “posições que foram se construindo reticularmente no cotidiano e no concreto” (VILLASANTE, 2002, p.94). Daí porque nos voltamos mais nas relações do que nos indivíduos. Porém, de modo geral, “as redes são tomadas em seu conjunto; não se trata tanto de contar exatamente quantas vezes se viu uma pessoa com outra, mas a forma do conjunto de todas elas, o predomínio de uma sobre as outras, as tendências, conflitos, dependências, etc.” (IDEM, p.94).

No mundo prisional, a saber, que instituições perpassam? No caso em questão podem ser visualizadas: a Pastoral Carcerária (ligada à Arquidiocese Católica-Romana de Natal); o grupo de Direitos Humanos; os familiares (os mais assíduos e, talvez, os mais significativos); e os advogados dos presos. Outrossim, temos os próprios grupos internos que, informalmente, se institucionalizam: através do status social; do tipo de crime; das alianças construídas, entre outros.

Em Alcaçuz, as redes presentes passam por vários nós. O primeiro é a família, a mais importante dessas instituições. Sem a família, como mostram os recortes abaixo, os presos não conseguiriam suportar a pena:

Hoje me visitam: minha esposa, meu pai, minha mãe. Todo mundo. Trazem comida, acessórios de limpeza, roupas, essas coisas. Vem toda semana. Minha esposa principalmente. Sem o apoio que eles me dão não sei como poderia suportar aqui (PAULO, 31 ANOS).

Além da mãe, outra figura sempre presente é a esposa. A maior parte dos depoimentos apontam sempre essas duas figuras, que além da presença, possibilitam o amparo material, psicológico e afetivo que os presos obtêm:

Me visita é Minha esposa. Ela traz minhas comprazinhas. Coisa miudinha, mas traz. Comida, remédio... Ela vem de 15 em 15 dias. Vem de Natal. Ela pega o ônibus e vem simhora [sic], ela chega cedo, 9 horas ela tá chegando. Quem corre atrás das minhas coisas é a minha esposa (KLEBER, 34 ANOS).

Só minha tia mesmo que sempre, sempre mandava umas coisas pra mim e minha esposa que vem me visitar. Só isso mesmo. Outros não quiseram mais, porque eu fui preso, não queriam mais eu perto de ninguém. Só que eu sou um cara que sempre trabalhei. Errei, cometi meu erro mas to aqui pagando né? [sic] Hoje quem visita é só minha esposa. De 8 em 8 dias, quando pode. É quem me ajuda. Traz alimento, biscoito, bolacha, cigarro. Eu fumo, não sou drogado, não uso droga (ARTHUR, 20 ANOS).

O que se busca apreender, em todo caso, é um recorte, um fragmento das redes sociais na prisão que, como toda rede, possui uma dinâmica bastante. Neste sentido, o enfoque são os atores (ou elos), indivíduos que se comunicam dentro de uma rede. Com isso, busca-se perceber a estrutura social existente através das relações, e não somente os atributos individuais.

Segundo Manuela Ivone Cunha (2004, p. 155),

quando é presa uma pessoa não é mais extirpada do seu mundo social. Importantes segmentos deste mundo são transferidos com ela. E quando a iniciação à vida prisional se faz com parentes, amigos e vizinhos, a identidade pessoal e social encontra outras bases de sustentação num mundo que em princípio a suspende, quando não a corrói. As relações pré-estabelecidas agem aqui como um filtro que se interpõe entre a ordem, penitenciária e a pessoa.

Neste sentido, a prisão pode aparecer como a extensão de redes sociais externas que foram estabelecidas antes do indivíduo adentrar nos muros da reclusão. Muitas vezes a sociabilidade interna é movida por “critérios extracarcerais, alterando-se a natureza dos conflitos, e cessando o cotidiano intramuros de ser auto-referencial”. Essas redes não só articulam os reclusos entre si, mas também os articulam com complexas malhas exteriores diversas (CUNHA, 2004, p. 155).



Uma prisão é um lugar de confluência de recursos e populações variadas, “lugar de centrifugação de populações transformadas e de redes de sociabilidade institucionais e informais, mais ou menos estruturadas”, possuidoras de certa autonomia e sujeitas às mudanças sociais em geral (DORES, 2005).

Segundo António Pedro Dores (2005), são através de processos de fechamento e de práticas desiguais, econômicas, culturais, que se tece uma complexa cadeia de redes sociais que escondem variados tipos de relações de poder na prisão. Redes que se reforçam ou se enfraquecem devido a conjunturas diferentes ou mesmo que se consolidam em sua espessura e texturas próprias, com hábitos de clandestinidade ou de discrição.

Como a rede é antes de mais nada um ambiente social de informação e de trocas variadas, a informação circula, atingindo atores diferentes. Principalmente “a quantidade de elos diretos define a posição dos integrante de uma rede (MARTELETO, 2001, p. 75).

Uma outra rede fundamental que exemplifica essas relações é a dos evangélicos em Alcaçuz. Em termos de rede externa, dada sua amplitude, complexidade e, de certa forma, legitimidade, já que é sabida e permitida, os evangélicos constroem toda uma teia de relações pautadas na sua fé e na idéia de remissão dos pecados na prisão. Assim,

A assistência religiosa é um direito nosso aqui a gente tem acesso. Ajuda se traduz dessa forma: apenas com assistência religiosa, porque o resto... da protestante, Assembléia de Deus... sou praticante Graças a Deus... a partir daqui eu passei a participar dos cultos. É um trabalho importante, apesar de muitos acharem que não tem validade de nada mas, eu particularmente gosto bastante. É uma forma de, até você ter contato com pessoas fora desse mundo aqui que nós vivemos. É o nosso apoio evangélico (PEDRO, 41 ANOS).

Os pastores, em sua maioria, vêm de bairros populares. Além da doutrinação religiosa e da exigência de uma mudança radical de comportamento, também trazem ajuda material, imprescindível no isolamento prisional:

Vem os pastor dali de Natal, dali do bairro Nordeste, lá do Mosquito [favela], vem pra cá, pregar a palavra pra nós [sic] aqui no Pavilhão. Sei que é tranquilidade. Traz assim, para todos, sabe? Um material higiênico, traz um sabonete, uma pasta, uma coisa que... pros irmãos... que as coisas lá fora é difícil mas às veis [sic] eles traz uma gratificação, para dar aos irmão. Fica todo mundo agradecido de coração (JÚNIOR, 30 ANOS).

Os próprios pastores, em sua maioria, são ex-presidiários, principalmente os da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus, instituição religiosa com maior presença na penitenciária. O crime não deve ser mais cometido e a Igreja busca formar seus próprios pregadores entre os presos, o que dá mais robustez a essa rede. É o caso de Expedito, 25 anos, apenado do Pavilhão do Trabalho que exerce o papel de pregador e liderança religiosa naquele local:

Eu exerço o papel de pregador... começa às 6 horas, a gente se reúne, fazemos orações, pregamos a palavra e assim, um ajudando o outro. Usamos um espaçozinho ali, onde o pessoal joga bola, e na hora do culto eles param de jogar bola. Você ser evangélico, mesmo preso, é não fazer aqui dentro o que fazia lá fora. É deixar o mundo pra lá. Todos dizem que não vão mais fazer, que vão buscar essa mudança, mas a luta é essa. A gente tem de orar e pedir. Só o motivo de você fazer essa renuncia, pedir essa ajudar, já mostra que você quer mudar. Sair e retornar para cá é quebra de confiança. Mudar é mudar mesmo. O crime é pecado e o cristão não deve mais cair no pecado.

Notadamente, a Pastoral Carcerária Católica tem muito pouco presença, ratificada no discurso dos apenados que entrevistamos e com os demais que conversamos. Segundo a maioria, apenas ocasionalmente se verifica a presença deste grupo na penitenciária:

Amigo, durante o período em que estou aqui, a única ajuda que a gente pode dizer que tem é dos evangélicos, porque em tempos anteriores a Pastoral Carcerária aparecia, mas agora praticamente acabou. Acabou em termos de prestar serviços, ainda existe o nome, mas não vem mais. O único grupo que presta serviço aqui é a Igreja Evangélica, Assembléia de Deus. Até porque, muito dos que aqui

comparecem para pregar a Palavra, são ex-presidiários. Graças a Deus, Deus lhe deu a chance de se reintegrar a sociedade. Se tornarem pessoas de bem (LUIZ ANTONIO, 59 ANOS).

A ausência da Pastoral Carcerária é sentida e percebida, assim como das demais instituições que geralmente passam ao largo ou rapidamente em Alcaçuz. Segundo André, 19 anos, Pavilhão do trabalho: “os evangélicos aparecem, faz culto, convidam pra participar, dão comida, faz esse papel. O restante aqui nunca apareceu não. Mesmo nos Pavilhão [sic], raramente a Pastoral Carcerária aparece”.

Ao estudar a corrupção, Granovetter (2006) chamou a atenção para o processo de troca entre díades e entre indivíduos e organizações, onde podemos ampliar que, assim como na corrupção, as relações estabelecidas na prisão envolvem trocas entre dois indivíduos. O fator é que nessas trocas existem implicações condenatórias, ou seja, princípios sociais que coordenam essas relações. Há inclusive uma etiqueta própria dessas trocas, já que elas rompem com as normas do espaço fechado e, são passíveis de sanções severas se publicizadas.

Favores sexuais, cigarro, comida, doces, informações e outros produtos são objetos dessas trocas. Num espaço onde há carência de quase tudo, inclusive de liberdade e de informações, a troca entre díades ou entre indivíduos e organizações assume um papel fundamental.

Um dos comércios mais comuns que possibilitam essa troca constante é o tráfico de drogas dentro da penitenciária, principalmente nos principais pavilhões:

O tráfico aqui corre solto. O sistema ao meu ver em nenhum momento se preocupou com essa situação. Essa parte lá fora de tráfico e de viciados. É só para pegar o elemento e trancar ele aqui por um período e pronto. Nada relacionado a tentar tirar o vício das drogas ou qualquer coisa nesse sentido. Aqui ocorrem mortes, inclusive por conta da droga. A droga aqui é o crack. Ele domina como em todas as cadeias. Domina de forma destruidora, avassaladora. Ele destrói não só com a vida, mas os familiares... a partir do momento que o viciado entra nesse tráfico o que é que acontece: ele fica devendo aqui dentro e tem de pagar a dívida. Essa dívida é repassada aos familiares lá fora... então não envolve só a

pessoa do viciado, e sim toda a família que fica refém da droga (PEDRO, 41 ANOS).

Manoel, detento do Pavilhão 3, mostra que o comércio e troca de drogas, remédios, celulares e armas é constante. O uso de celular para extorsões, tráfico ou soluções de conflitos fora do espaço prisional é uma constante:

A convivência lá, vixe... [sic] lá é muito docinho, comprimido, droga, crack rolando com força, faca, celular, uma tristeza sabe? (...) De manha logo cedo, os agentes chegam pra abrir, a gente toma banho de sol, um dia sim outro não, ai fica um e outro com celular, extorquindo, ameaçando as pessoas lá fora, para fazer isso e aquilo. Quando não é isso é muito comprimido, é muito crack, quando não tem quer descontar a neurose no próximo (MANOEL, 28 ANOS).

Segundo Francisco, as drogas principais comercializadas são o crack e o “rupinol” (Rohypnol):

Aqui tem muito o crack, que eu já vi e nunca consumi. O crack eles fuma e é problema demais. Mas tem os comprimidos, bagulho é doido. Quando eles fumam maconha ficam tudo parado e tranqüilo, ta de boa. A maconha é a única que eu viu que o pessoal fica calma, tranqüilo, joga baralho, xadrez se alguém sabe. O crack, o rupinol e outros comprimidos já não, eles matam e fazem muita coisa aqui. Bebida eu nunca vi aqui (FRANCISCO, 36 ANOS).

Também podem ser vistos e percebidos outros tipos de trocas. Segundo Rutenberg, 25 anos, Pavilhão do Trabalho: “(...) vejo mais um comércio aqui de roupas que são trocadas por exemplo por cigarros. Com comida não, porque a comida que as visitas trazem a gente divide entre nós. É compartilhada”. Assim:

Lá tem um comércio de venda. E no pavilhão é grande. O povo vende cordão, rola de tudo lá (...) A gente comprava de tudo. Tinha gente que vendia bolo, suco, pão. E sempre os caras saíam vendendo bermuda, camisa, quando eu tava com dinheiro eu comprava. Que lá os caras vendem para se drogar (BETO, 41 ANOS).

Outro ponto fundamental é o status social dos indivíduos nessas trocas. Alguns gestos implicam uma dada igualdade social e equivalência de status, embora, é claro, aparentemente todos tenham o mesmo papel social em uma prisão. Mas, líderes de celas (“xerifes”), carcereiros, guardas ou membros de organizações que perpassam pelo espaço prisional tornam o ambiente social bem complexo. Daí que, não é incoerente pensar, assim como Granovetter (2006, p. 17-19) em ausência de relações pessoais comuns nesse processo de trocas. Num espaço onde quase não circula dinheiro, drogas, cigarros ou favores sexuais são o ponto alto de um conjunto de trocas desiguais, imbuídas de relações de força e poder.

Assim:

Tem um cara lá no pavilhão que é viado e se vende em troca de dinheiro. Ele tem relações com outros caras que gostam de viado, sabe? Já chegou até a ser mulher de alguns caras lá. Ele quer dinheiro (ALBERTO, 22 ANOS).

Manoel, garoto de programa, justifica sua atuação dentro da prisão, questão econômica, de sobrevivência, segundo o mesmo:

Eu só faço por dinheiro, pois é minha profissão, sou garoto de programa né? Às vezes tem uns que querem de graça, mas sou profissional e de graça não faço. Gosto do que faço, mas de graça não dá (MANOEL, 28 ANOS).

Neste íterim, um elemento presente é a questão da reciprocidade. Num ambiente de trocas não inteiramente mercantil (como o da prisão), a reciprocidade pode atuar como reguladora dos processos. Ela serve como institucionalizadora e disciplinadora das trocas e das relações. Segundo Radomsky e Schneider (2007), a reciprocidade, embora categoria pré-capitalista e tradicional, surge exatamente em ambientes onde o “livre-mercado” não está desenvolvido totalmente. A prisão é um espaço onde as trocas são limitadas e onde a regulamentação dos processos depende da própria dinâmica da interação social:

Na minha cela a gente divide tudo. Se chega um pacote de bolacha ou biscoito a gente divide. Se a gente faz um cuscut com ovo, todo mundo come. Não se vende comida em cadeia, o certo é repartir com os irmão [sic]. Todo mundo faz isso (NELSON, 22 ANOS).

Do mesmo modo:

Quando eu precisava de um negócio, assim quando eu precisava de um sabonete, um remédio, assim para comprar um negócio assim tinha um amigo meu que me arrumava. Só por amizade... quando eu tinha, ele recebia da mesma forma. Na cela da gente tinha essa ajuda. Ele era do estado do Ceará, era amizade da cadeia mesmo, de lá (BETO, 41 ANOS).

Um outro elemento interacional presente na prisão e demonstrado nos conflitos, “rixas” e “brigas” que aparecem, como forma de vingança por algo feito na própria penitenciária ou fora dela. A convivência dentro da prisão, a extrema dificuldade de se conviver com outro que não se conhece, que não se tem afinidade alguma, é mostrado no depoimento de André, 19 anos. Qualquer pequena desavença não resolvida termina em violência e morte:

As vezes é por desrespeito, outras vezes é por rixas que tem no pavilhão, rixas de drogas, rixas de outros presídios, tipo, eu mexo com você aqui e aqui você não pode fazer nada comigo, aí vai pra outro canto, um lugar mais espaçoso aí vai e tenta cobrar. E assim sucessivamente, vai levando aí chega ao ponto de um querer matar o outro, um querer esfaquear o outro, termina assim... é mais fácil arrumar uma rixa aqui dentro e aqui dentro mesmo acontecer o acontecimento da rixa, porque lá de fora não tem como, porque o ritmo da cadeia é isso: assunto de rua é resolvido em rua, a de cadeia dentro da cadeia. Tem muita briga por roubo, se eu boto um negócio num canto e o amigo vai e leva, dá umas tapas num cara lá e o cara voltou e deu outras tapas nele, esse negócio todo (ANDRÉ, 19 ANOS).

O trecho abaixo mostra que, conforme dito acima, as rixas e brigas podem demandar em morte. Separar os presos é uma das maiores preocupações do sistema que, invariavelmente, falha:

Aqui um pavilhão as vezes não tem a mesma afinidade com os outros pavilhões. Aqui são 4 pavilhões e dentro desses 4 pavilhões existem inimigos da rua que vem pra cá. Existe também a parte de pessoas que por crime não podem morar em determinado local, entendeu? Como estupradores... não podem ficar misturados com outras pessoas. Aqui hoje o pavilhão mais perigoso é o 2, porque é o que comporta a maioria dos presos de alta periculosidade. Assalto a banco, as pessoas que tem poder aquisitivo melhor, tráfico de drogas, tráfico internacional, por ai. (PEDRO, 41 ANOS).

Em qualquer rede social, alguns elos constroem relações mais estreitas ou mais íntimas. São os *cliques* (MARTELETO, 2001, p. 75). O clique consiste num grupo qualquer de atores onde cada um deles está ligado, direta e fortemente, aos demais. Podem representar um indivíduo, uma instituição, um (sub)grupo específico e até mesmo, chegar a identificar a movimentação em torno de um determinado problema apresentado.

Um exemplo significativo de liderança é o caso de Arthur, 20 anos, considerado o “cabeça”, líder principal do Pavilhão 4. Atuando como elemento central, foi obrigado a sair do Pavilhão em uma disputa de poder com outro indivíduo (não entrevistado) o Djair. Arthur era o principal organizador de rebeliões e fugas no pavilhão, com contatos em outros pavilhões e mesmo externamente:

Porque se levantaram contra mim devido ao rapaz que eu matei tinha uns primos aí, uns amigos dele aí, no domingo passado queriam tirar minha vida, me chamara pra trocar faca, mas só que eu não fui. Eu quero é pagar minha cadeia e ir pra rua, viver com minha mulher cuidar dela e trabalhar, cuidar dos meus filhos. Por isso eu saí do pavilhão já pra não procurar confusão com ninguém. Devido a esse crime aí, que eu fiz com esse rapaz, ele tinha primos lá e companheiros lá também, eu já tinha sido perseguido outra vez quando eu tinha um ano e seis meses aqui, uma primeira vez desse mesmo primo. Mas, fico tudo muito tranqüilo, o pessoal lá achou no direito de falar por mim, porque..., o caso que ele tinha desacatado minha esposa, aí pronto. Esse cara que eu matei ele era do crime também, e os caras me acusaram de ser matador de ladrão... Quando voltei dessa vez, depois de um ano e oito meses, aí se acharam de querer se levantar contra mim, querer tirar minha vida, me chamaram pra trocar faca com eles e eu procurei uma melhora... preferi sair, porque tou aqui para pagar minha pena e ir pra rua. Cuidar da minha esposa e dos meus filhos (ARTHUR, 20 ANOS).

Segundo Arthur, sua saída do Pavilhão deveu-se a uma rixa interna dentro do mesmo, pois ele havia matado um primo de alguns indivíduos locais e foi acusado de ser “matador de ladrão”, fachada não admitida na prisão. Outros informantes, porém, confirmaram que a motivação real, como dito acima, está ligada a uma disputa de poder pela liderança do Pavilhão 4.

A formação de grupos ou “grupinhos” como alguns depoimentos apontam ocorrem em Alcaçuz:

Aqui é uns nuns cantos outros noutros, formando grupinhos... o pessoal de cima não se dá com os daqui de baixo... tem inimizades e tal. (...) Por poucas coisas aqui fazem virar uma tempestade grande. Por qualquer discussõzinha entre eles, por problemas que tiveram na rua... ai quando chegam aqui dentro querem destruir um ao outro (PAULO, 31 ANOS).

Não apenas grupinhos, mas é possível perceber também certas articulações e alianças em prol de objetivos e interesses comuns. Foi o caso do apenado João, 27 anos, Pavilhão 1, que com o apoio de outro preso, o italiano Giacomo, iniciou a construção de uma ONG para rever os processos dos presos em Alcaluz:

Eu já vinha fazendo um trabalho junto com outro rapaz aqui, que é um italiano, lançou a idéia de uma ONG. Ai a gente faz a pesquisa no campo judiciário, tempo de cadeia, faz a pesquisa na internet... a esposa dele faz um corte também, para dar uma força para quem não tem advogado. E através disso, eu também estudando para ver se consigo fazer minha revisão criminal também, sabe? (JOAO, 27 ANOS).

A afinidade entre João e Giacomo surgiu, segundo o mesmo por dois motivos: por questões de convivência e pela paixão de ambos pelo jogo de xadrez:

Eu convivia mais com o Giacomo, o italiano que teve essa idéia da ONG, e como ele veio, ele está fazendo esse trabalho já no 2, ele saiu daqui do 1 e voltou para morar lá no 2, aí decidi, achou melhor a moradia no 1 e ficou aqui mesmo. Junto com nós. Aí como ele gosta



de jogar uma partida de xadrez, ai eu fiquei também por essa parte que eu gosto do jogo. Ele também viu que eu tinha capacidade para mim ficar junto, organizando essa situação desse trabalho social que ele faz ai no pavilhão. Ele lançou o convite, eu aceitei até agora né? [sic] (JOAO, 27 ANOS).

A ONG, ainda não concluída e concretizada, partiria de uma série de relações em rede do Giuseppe, portador de maior capital social. Seus contatos jurídicos locais e o apoio no estrangeiro seria fundamental para a efetivação da ONG assim como para a possibilidade de atenuação da pena dos seus partícipes:

Essa idéia da ONG, partiu do Giuseppe, ainda está se encaminhando para vir a se tornar mais forte assim... buscando um apoio, já tem um pessoal que se dispôs a fazer parte da ONG, o Dr. Flaviano, a Bruna que até pouco tempo era secretária no Fórum de Nísia Floresta, o chefe da defensoria pública, eu esqueci o nome dele agora, ta dando uma ajuda nos casos que a gente vem levando adiante né? No direito, sem ter advogado, as vezes por conta de um papel, de uma pequena coisa aí fica né? aquela pendência ali e não consegue soltar. Aí, pronto, a ajuda que tem é dessa ONG. Que é através dela que estou na expectativa... também o Dr. André, outro advogado que ficou de fazer parte da ONG, disse que ia ficar responsável por fazer a revisão criminal. Até pouco tempo esse rapaz tava no 2 e eu tava aqui no 2, aí eu quem fazia o levantamento aqui dos dados, de quanto tempo a pessoa tava preso, a filiação, tempo de cadeia, sentença, eu mandava os dados pra ele fazia a pesquisa e imprimia, eu lia a situação e passava pra pessoa. Daí eu ganhava minha redução e conseguia fazer minha revisão criminal, com a ajuda que tenho, fora da minha esposa é somente essa (JOAO, 27 ANOS).

Um conceito importante é o de *densidade das relações* aquelas que são visíveis, em termos de razão entre as relações existentes, ou seja, aquelas que possuem densidade. A densidade das relações depende do tamanho do gráfico, ou seja, do número de atores que ele compreende (LIMIEUX, OUIMET, 2008, p. 20-21).

No Pavilhão do Trabalho, uma das figuras que possuem uma boa densidade de relações e que são centrais nesse processo é o Pedro, 41 anos, chefe da faxina. Lidera uma equipe de 16 faxineiros que chegam até ele por indicação da direção ou de sua própria. Em nosso primeiro encontro, mostrou-me um bilhete de um preso

que encontrava-se na “chapa” que pedia uma oportunidade para trabalhar na equipe da faxina. Argumentou que recebia esse tipo de pedido todos os dias:

(...) o pessoal da faxina, vem aqui por indicação minha ou da direção. O meu pavilhão se resume só isso, esse pessoal... como eu sou responsável pela faxina, se existe algum com doença ou precisando de um remédio eu trago a solicitação dessa pessoa para a direção e a gente tenta resolver. Até porque são os que trabalham, as pessoas que produzem aqui. E com relação ao pavilhão eu não tenho esse contato, até porque quando acontece isso, como mutirão ou qualquer coisa nesse sentido é que eles fazem lá a reivindicação deles, entendeu? Mas eu não me considero líder não.

Embora não se considere portador de um papel relevante, outros o identificam assim:

No meu pavilhão tem o administrador, que é Pedro, que toma conta de nós [sic]. Poe a gente pra trabalhar e se localizar, é um rapaz trabalhador, honesto e respeitador também. Procura ajudar a gente, cada vez mais, nos dá orientação (ANDRÉ, 19 ANOS).

O Pedro, toma conta da gente e resolve várias coisas. Se tiver algum problema a gente chega para Pedro que é o chefe da gente aí. Ele que traz o problema para a direção para resolver, aí tira a pessoa se for o caso, resolve. Todo mundo obedece a ele. Minha relação com ele é boa. Relação boa. Ele é uma pessoa tranquila, tá entendendo? Não atrasa ninguém. Uma pessoa que tá cuidando bem do setor ali da gente, tá cuidando direitinho. Ele é a referência (KLEBER, 34 ANOS).

Trabalhar na Prisão é importante, principalmente devido ao instituto jurídico da remissão de pena. Ou seja, a cada 3 dias trabalhados o apenado tem abonado um dia do total de sua pena:

Eu gostaria que começar a contar já a remissão de pena o mais rápido possível. Ai, achei melhor pedir uma oportunidade de trabalho na parte do rancho, na padaria, porque é um negócio reconhecido ali, o mais certo para você ganhar uma remissão de pena. Ate um

comportamento né? porque o objetivo principal é sair da cadeia (JOAO, 27 ANOS).

Outra figura importante é o Expedito, 25 anos, também do Pavilhão do Trabalho. Segundo o mesmo, como já mostrado anteriormente, “exerço o papel de pregador. Começa às 6 horas, a gente se reúne, fazemos orações, pregamos a palavra e assim, um ajudando o outro. Usamos um espaçozinho ali, onde o pessoal joga bola, e na hora do culto eles param de jogar bola”. Se a liderança organizacional do Pavilhão do Trabalho encontra-se com o Pedro, Expedito possui o que ele mesmo apontou como uma liderança espiritual e moral, principalmente entre os apenados evangélicos. Influência que se estende a outros pavilhões:

Geralmente, quando os outros presos dos pavilhões saem, vão embora passam sempre por aqui e falam comigo. Pois muitos que foram embora e voltaram, não todos, mas passam de volta e falam comigo. Minha alegria maior é quando não voltam é claro. Mas se posso dar um conselho minha alegria é quando vejo uma expressão diferente daquela de raiva que tinham antes. Depois do que eu passei, eu vejo a situação totalmente diferente do lugar. Hoje eu vejo a partir do tratamento humano (EXPEDITO, 25 ANOS).

Ainda no mesmo Pavilhão (4), percebemos a presença de outro grupo evangélico neopentecostal, da Igreja Mundial do Poder de Deus que, segundo Júnior, 30 anos, congrega 18 participantes no presídio. Neste grupo, a liderança e centralidade são exercidas por Seu Francisco:

Tem o seu Francisco. É o mais velho. Ele dá conselho a um, dá conselho a outro. Fala com um, fala com outro. Conselho de bem, sabe? Porque “rapaz, vamos ser humildes, vamos procurar mais a palavra de Deus, em nome de Jesus”. Buscando tranqüilidade e paz. No pavilhão tem um bocado de irmãos que procura mais calma e tranqüilidade. Aqueles que não procura seguir a palavra de Deus, procura mais se desviar mais, fazer coisas erradas, nos pavilhão. Seu Francisco ele é uma pessoa muito boa, uma pessoa tranqüila e calma, tá, uma pessoa que ajuda a um, ajuda a outro, dá um conselho, fala alguma palavra de bem, só isso mesmo.

Fora do Pavilhão do Trabalho, além do Arthur do Pavilhão 4, já apontado anteriormente, destaca-se a figura do Francisco, 36 anos, que algumas fontes apontaram como principal líder do Pavilhão 2 e do próprio presídio. Estrangeiro, de origem européia, utiliza seu poder aquisitivo para exercer influência dentro dos pavilhões. Quando do período desta pesquisa, foi acusado de subornar um Policial Militar para permitir a entrada de celulares no presídio. Cada aparelho entraria por cerca de dez mil reais. Uma das fontes, em nossas conversas, apontou também o Francisco como figura central nas rebeliões e tentativas de fuga.

O mesmo apontou como líderes de seu Pavilhão outros presos:

Tem o Carlão, o Bola, o Paraguai, mas eu não tinha nada com eles. Quem tem dinheiro, eles compra, vendem e assim comandam, diz isso, faz isso, quem tem dinheiro é assim. Para mim eles me ajudavam pois eu não sou um mal pra eles, eu tinha condições. Eles faziam maldade com quem não tinha condições e tem dívida de drogas, esse é maltratado. Eu só fumar aqui “gorô”, porque melhor... eu ficava quieto, na minha aqui. Eu tinha dinheiro e eles me ajudavam. Me chamam de gringo só. Na minha cela teve em média de 19 a 7 pessoas, fiquei 1 ano e 4 meses lá, um come o leite de um, o queijo de outro. Depois com o tempo ficou so 7 pessoas dentro, ficou melhor (FRANCISCO, 36 ANOS).

Em sua entrevista, se colocou como alguém sempre discriminado e “usado” por ser estrangeiro e possuir dinheiro. Chegou a afirmar que se sentia “um negro” ali dentro. Outro preso nos indicou que o Carlão, Bola e Paraguai são “teleguiados” do Francisco, expressão na prisão para indivíduos que agem sob o comando ou influência de outro.

Um outro conceito é o de *tipos de conexidade* onde são percebidas as conexões entre os atores. Seus tipos são: a) não-conexidade, quando um ou mais atores estão isolados (ou seja, temos aqui uma estruturação desintegrada das relações entre os atores); b) conexidade quase forte, quando se tem, no mínimo um ator dominante “embora não exista uniconexão nem num sentido nem no outro, pelo menos no que diz respeito a um par de atores” (LIMIEUX, OUI MET, 2008, p. 23), ou seja, temos aqui uma estruturação hierárquica, total ou parcial, pois ao menos dois atores não possuem qualquer conexão entre si; c) conexidade semi-forte, quando

existe, no mínimo um ator dominante e onde há uma conexão, ao menos, em um sentido, no que se refere a cada um dos pares de atores, ou seja, temos uma estruturação estratificada, onde é possível verificar no mínimo dois estratos de atores; e por último d) conexidade forte, quando todos os atores são dominantes, onde verifica-se uma estrutura de tipo colegial, onde cada um dos atores domina (LIMIEUX, OUIOMET, 2008, p. 23-24).

Segundo Pedro, 41 anos, Pavilhão do Trabalho, a presença em Alcaçuz de alguns contatos de redes com organizações de fora se devem ao fato de que

alguns apenados aqui já estiveram em Campo Grande, em Catanduvas e, ao meu ver, é uma opinião própria, essa transferência de presos daqui para o sistema federal, penitenciária federal, só contribuiu para fazer uma espécie de uma ligação entre presos daqui, que tinham até então periculosidade quase que nenhuma e vão pra lá e entram em contato com presos de alta periculosidade, justamente o Comando Vermelho, o PCC e tal, eles voltam pra cá... [sic] eles vão pra lá passam uma temporada e retornam pra cá. Ao voltarem, voltam com outra mentalidade, ou seja, é como fosse uma especialização do crime, essa transferência de presos para o presídio federal. (...)

Manoel aponta outras lideranças, chegando a identificar a presença do PCC através de alguns deles:

Lá tem... quer ver... uns 5 ou 6 lider... eles são ligados ao PCC. São Mauro, Michelinho, Oreia, Zé Maria Gordo e Carioca. Eles extorquem o preso, mandando o preso, querendo obrigar os presos a mandar as famílias dar dinheiro a eles, essas coisas sabe? Butando [sic] lei dizendo que vai matar, dizendo que vai botar pra fora. Controlam tudo, o tráfico. Exigem pagamento por semana e mês, vendem até cela. Eu escuto essas conversas sabe? Eles dizem pros outros: "somos nós, é nós". Se a pessoa não tiver dinheiro e condições na cadeia, a pessoa não vale nada não. A droga compra o próximo. Aqui não tem amizade não (MANOEL, 28 ANOS).

Mesmo assim, Pedro, ex-policial, acredita que não haja a presença do PCC no Rio Grande do Norte:

Aqui no estado acho pouco provável que eles consigam funcionar, até porque lá no Rio de Janeiro, São Paulo a estrutura lá é bem maior do que a daqui. A daqui, a polícia ainda... a força pública ela consegue digamos que não acabar com isso, mas consegue controlar entendeu? Para que isso não houvesse forma de chegar aqui no sistema (PEDRO, 41 ANOS).

Kleber não viu, mas ouviu, apesar de considerar sua presença como “fraca”:

Tem o PCC, dizem que tem. Falam muito do PCC aqui dentro dos Pavilhões. Tem uns caras aí... PCC né? Que diz que é, sabe? Que chega assim e diz que é, e pronto, e muito fraco esse negócio de PCC aí. A gente aqui, a parte da gente aqui que trabalha nem interfere. Não sei de pedido de dinheiro aqui não (KLEBER, 34 ANOS).

Segundo Luiz Antônio, 59 anos, um dos mais antigos apenados da Penitenciária, a existência dessas organizações ou facções em Alcaçuz pode ser contestada. Muito mais obra de “conversa fiada” ou de tentativas de certos presos de exercer influência. Não nega os contatos, mas afirma que não passa disto:

É aquela história, devido a essa criminalidade no país, com esses grupos em outros estados, aí é melhor me relacionar melhor... eu junto um dinheirinho... se você juntar, os caras vem e tomam... para as organizaçõezinhas... aí essas organizaçõezinhas, um comando e outro e tal, aí começa a funcionar a truculência. Porque é aquela história, é sempre assim: é aqui, em Natal, é no Rio, em São Paulo, nos estados aí fora, em todo canto é assim. Meu amigo, aqui tem uma palhaçada... eu morei no rio de Janeiro numa época da Falange Vermelha, e lá a Falange Vermelha tinha estatuto. E eram obedecidas, as regras, são leis, como as leis do país, era assim... o negócio, uma organização, em que se cumpre uma ordem hoje e se descumpra amanhã de manhã é uma palhaçada. Então eu não considero aqui não. O que tem aqui é um monte de desmiolados, sabe? Para dizer que são PCC... mas para ser PCC esta faltando discernimento... só palhaçada. Agora formam um grupinho e pegam um e baixam o pau, aí existe. Mesmo sem dizer que é PCC ou Falange Vermelha... tem os grupinhos disso aí.

Deste modo, a centralidade é a posição de um ator em relação a outros, se considerando a quantidade de elos entre eles. A importância da centralidade explica-se através do posicionamento do indivíduo, principalmente no que se referem às informações. Em um ambiente fechado como a prisão, a informação é estratégica, permitindo a uma dada liderança, bem posicionada, aumentar seu status e influência. Assim, eles mediam as trocas e facilitam o fluxo de informações, fortalecendo a ligação da rede como um todo. Também é necessário apontar a importância dos “personagens periféricos”, que, “colocam as redes em contato com o mundo exterior”. Isso tudo, levando-se em consideração que “a maior interação entre determinados micro-grupos pode fortalecer a capacidade de mobilização das redes” (MARTELETO, 2001, p. 79).

Num espaço social, as transformações possíveis são produzidas quando os “nossos” possuem redes densas, onde se criam vínculos com os “diferentes”, porém não antagônicos, e quando os problemas surgem nas relações internas dos “antagônicos”. Neste ínterim, “vão aparecer as relações ‘frágeis’ mostrando a sua força, para aglutinar, por um tema circunstancial, os diferentes (indiferentes para outros temas) diante dos antagônicos, aos quais se criam problemas internos ao fender-se alguns aspectos da sua dominação”. Nessa visão dos “campos do poder”, o que se destaca é uma dimensão “dinâmica dos diferentes ‘conjuntos de ação’ em situação e também a sua operatividade para resolver alguns bloqueios dos conflitos presentes” (VILLASANTE, 2002, p. 95).

Apesar dos titubeios apresentados, a presença do PCC, através de suas redes sociais é algo tangível em Alcaçuz. A posse do estatuto da facção, apreendida pela direção no mês de agosto de 2011, assim como os vários depoimentos, são indícios da presença de, ao menos, redes sociais que demandam indivíduos agindo em nome do PCC em Alcaçuz.

Importa, desta maneira, que os relatos mostram que há uma grande divergência sobre a presença ou não de redes sociais criminosas com o PCC (Primeiro Comando da Capital) ou o CV (Comando Vermelho) em Alcaçuz. O contato ou relação com essas organizações ou redes criminosas com presos de Alcaçuz foi mostrado por alguns presos e, da mesma maneira, negado por outros. As práticas de extorsão e o comércio constante entre os presos, com o uso do

celular, apontam, assim como a cópia do estatuto, para a presença do PCC em Alcaçuz, se não como “organização criminosa”, ao menos enquanto redes sociais do crime organizado.



## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Comecei a sonhar com a liberdade desde o primeiro dia de reclusão. Passei a fazer a contagem do tempo de minha vida de presidiários por milhares de combinações diferentes, pensando sobre a maneira de utilizá-lo. Esse tipo de operação mental não me largava e creio que o mesmo se passa com todo aquele que vê sua liberdade eliminada, seja lá por que tempo que for”.

(Recordações da Casa dos Mortos - Fiódor Dostoiévski).

O Brasil vivencia um gradativo aumento dos índices de encarceramento e aprisionamento ao longo das últimas três décadas. Uma verdadeira lógica punitiva que pretende remediar a escalada da violência e da insegurança – causadas pela ausência do Estado social – com mais repressão policial e mais prisões.

Essas formas de intervenção social, basicamente, repressivas inscrevem-se também em uma tradição nacional de controle dos miseráveis e excluídos pela força. Apóiam-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, que tende a assimilar os assim chamados *marginais*, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem.

Predomina no Brasil, principalmente entre os mais excluídos, uma verdadeira *sociabilidade violenta*, pautada pelo recurso universal à força e à violência. Ela expressa uma dada *ordem social*, alicerçada em uma representação da violência urbana onde se tem a percepção da violência como princípio de regulação das relações sociais. Um gradiente de violência que vem se alimentando, de certa maneira, das desigualdades e da exclusão social que se são reforçadas com a globalização e mercantilização.

Neste ínterim, uma verdadeira subcidadania se constitui através de um *habitus* marcado pela precariedade, um *habitus precário*. Este se refere, tanto a setores tradicionais da classe trabalhadora que não se adequam às novas demandas do mercado de trabalho, como também às camadas mais populares no Brasil. Esses grupos, de maneira geral, superlotam as prisões brasileiras.

O aumento gradativo do sistema carcerário aponta, assim, este enquanto um suporte para conter a escalada da miséria e dos distúrbios urbanos no Brasil. O crescimento carcerário do Rio Grande do Norte acompanha, neste sentido, essa tendência. O estado assustador das prisões, espécies de *campos de concentração para pobres*, fez nascer vários grupos e redes organizadas dentro das penitenciárias brasileiras, que lutam, entre outras coisas, contra as péssimas condições de encarceramento. Das penitenciárias, esses grupos e redes dão ordens, planejam e executam suas ações.

Neste mesmo diapasão, essas organizações ou redes criminosas, como o Comando Vermelho (CV), assim como o Primeiro Comando da Capital (PCC) são frutos diretos do processo de desumanização das prisões e penitenciárias brasileiras. Primeiramente: controlando as instituições prisionais; se rebelando e desafiando o Estado; e finalmente, lançando suas redes para além das prisões, esses grupos vêm crescendo e se tornando presentes em vários pontos do Brasil.

Nosso estudo, centrado na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, objetivou – a partir do estudo das redes sociais – realizar uma *metáfora de redes*. Aqui nos voltamos para uma compreensão nos “nós” e dos “laços” presentes no grupo estudado.

Assim, neste mesmo diapasão, tomamos a prisão – diferentemente de como é pensada por certas teorizações sociais – não como uma unidade fechada e separada do mundo social, mas integrada a ele. O universo prisional foi pensado aqui como um espaço de relações sociais, na medida em que estas estão se interconectando e separando, onde relações originárias de seu interior perpassam e se cruzam. Importa referir-se ao mundo que o cerca, uma sociedade mais ampla, ou como dizem os presos: “a sociedade lá fora”. Deste modo, várias redes sociais perpassam o universo prisional.

A Penitenciária Estadual de Alcaçuz, município de Nísia Floresta, Rio Grande do Norte, insere-se em diversas redes sociais, construídas nas interações entre seus atores principais, os presos. Mesmo enquanto detentos, estes constroem vários tipos de contatos e laços, com seus familiares, líderes religiosos e, em alguns momentos, com outros grupos externos ao universo prisional. Mesmo encarcerados são capazes de participar e interagir nessas redes, graças a, principalmente, o telefone celular, usado como mecanismo de contato. Com ele é possível constituir redes de trocas comerciais ilícitas que envolvem drogas e várias modalidades de extorsão.

O telefone celular, enquanto tecnologia cumpre um papel fundamental na construção e manutenção dessas redes sociais. Sua multiplicidade de funções: enviar mensagens, imagens, documentos e até mesmo, possibilitar conferências o tornam imprescindível na prisão. Seu valor aumenta conjuntamente com a corrupção

que permite sua entrada naquele espaço. Em Alcaçuz, como na maior parte das prisões brasileiras, é nas mãos de guardas e agentes que o celular adentra.

As redes sociais em Alcaçuz passam por vários tipos e níveis. As mais sólidas, enquanto laços fortes que envolvem os laços pessoais, familiares e religiosos. A família, com toda a certeza, é o elo mais forte que liga o preso à sociedade exterior. O segundo grupo é a Igreja, principalmente os evangélicos que consolidam um trabalho contínuo no presídio.

As demais passam por outros tipos de laços externos e grupos, pautados por laços fracos ou apenas contatos esporádicos. Neste sentido, percebemos vários indivíduos que cumprem importante papel de centralidade e liderança. Mesmo assim, essas redes e lideranças se fragilizam de certa forma, devido às constantes mudanças e transferências pelas quais passam os apenados. Em outros aspectos, porém, novos laços e redes são construídos nessas mudanças, com o estabelecimento de novos contatos em outras prisões.

Lideranças centrais são capazes de organizar, reivindicar e liderar. As rebeliões, fugas e trocas comerciais passam pelo seu crivo e por sua capacidade de influenciar, determinados, por sua vez, pelo seu capital social e econômico. Os indivíduos de maior capacidade de liderança, conforme nossos entrevistados, são também possuidores de algum desses capitais, como o caso de Francisco, estrangeiro, principal liderança do presídio, organizador de rebeliões e fugas. Outro caso apontado foi o de Pedro, chefe da equipe de faxina, liderança do Pavilhão do Trabalho. Isso porque, em uma penitenciária, os indivíduos aparentam, muitas vezes, possuir poucas condições de estabelecer suas redes. Neste sentido, alguns sujeitos, detentores de habilidades sociais específicas para lidar com informações limitadas sobre os cenários que atuam, terminam sendo aqueles que conseguem exercer esse papel de liderança e centralidade.

Tomando Alcaçuz enquanto espaço de interações sociais, são percebidos os mais variados tipos de relações. A formação ou contato com grupos criminosos, ou redes criminosas externas, com presos de Alcaçuz foi apontado por alguns presos e negado por outros. A presença do PCC, através de suas redes sociais é algo tangível em Alcaçuz. Isso foi demonstrado tanto pela posse do estatuto da facção,

apreendida pela direção do presídio no mês de agosto de 2011, assim como os vários depoimentos coletados na pesquisa. São indícios da presença de, ao menos, redes sociais que demandam indivíduos agindo em nome do PCC em Alcaçuz.

Alcaçuz é também uma amostra da prisão enquanto espaço de ilegalidade e descumprimento flagrante das leis que regulam a Execução Penal no Brasil e a sua própria Constituição. Suas celas lotadas, bem além de sua capacidade, a ausência de assistência, jurídica, social, médica, psicológica e odontológica, além de sua infra-estrutura que não cumpre nem mesmo seu papel primordial: aprisionar. A Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes é a expressão da precariedade e do descaso estatal.

Nosso estudo aponta, também, para um papel fundamental que a prisão cumpre: estabelecer uma ilegalidade, que é a reprodução da delinqüência em si. O sistema carcerário multiplica a delinqüência, na medida em que o investe, o recorta, o penetra, o organiza, e o fecha em um meio definido lhe fornecendo um papel instrumental. Mais delinqüência e, portanto, mais necessidade de aumento do aparato necessário para sua repressão.

O apenado, vivenciando o dia-a-dia prisional, se vê e é visto como portador de um estigma, passando a estabelecer relações com outros presos levando em consideração esse parâmetro. Na prisão, não apenas suas redes sociais delinqüentes são ampliadas, mas seus conhecimentos de novas técnicas de crimes que podem ser implementadas depois. Após seu retorno à “sociedade”, esta passa a vê-lo sempre como “bandido” ou “criminoso”. Para muitos o retorno ao crime torna-se a única atividade possível.

## **7 REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. In: **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 16, No 2, novembro de 2004.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135.

\_\_\_\_\_. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, Maio de 1998, nº 10, p. 19-47.

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Direito, Poder e Opressão**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, n. 4, v. 2, jun. 1987.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 2ª Ed. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. **Eichmman em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social**: Da violência visível ao invisível da violência, São Paulo: Cortez, 2004.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. Tradução de Paulo M. Oliveira; Prefácio de Evaristo de Moraes. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Introdução e Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, Thadeu de Sousa. Organizações criminosas no Brasil: uma análise a partir da teoria das elites e da teoria da ação coletiva. In: **Revista Eletrônica Inter-Legere**. número 03 (jul/dez 2008).

BRITO, Daniel Chaves, BARP, Wilson José (Org.). **Violência e Controle Social**: reflexões sobre Políticas de Segurança Pública. Belém: NUMA/UFPA, 2005.

CARLOS, Jorge Adriano. **O Crime segundo a perspectiva de Durkheim**. In: <http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/sociologia/texto10.html>. <Acessado em 01/09/2006>.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. 3ª ed. Prefácio de Enélio Lima Petrovich. Natal: RN Econômico, 1999.



CASTRO, Celso. A. Pinheiro de. **Sociologia Aplicada ao Direito**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CICOUREL, Aaron V. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_. As manifestações institucionais e cotidianas do *habitus*. Tradução de Sergio Miceli. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 19. N.1. Junho de 2007.

COMFORT, Megan. Encarceramento em massa e transformação de relações amorosas nos Estados Unidos. In: **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**. Ano 11, número 15/16. 1º 2º semestres de 2007. p. 233-260.

CUNHA, Manuela Ivone P. As organizações enquanto unidades de observação e análise: o caso da prisão. In: **Etnográfica**. Vol. VIII (1), p. 151-157, 2004.

CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Sistema Penitenciário no Brasil: Dados Consolidados**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

DIÁRIO DE NATAL. **Muitos sucumbiram à casa de horrores**. Caderno Cidades. p. 07, 23 de Março de 2006.

DORES, Antônio Pedro. Prisões de Portugal. In: **IV Congresso Português de Sociologia**. Lisboa, 2005 (*mimeo*).

DOSTOIÉVSKI, Fíodor. **Recordações das Casas dos Mortos**. Tradução de Nicolau S. Petícov. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

DOUDON, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. (Enfoques. Filosofia)

DOWNS, John. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: EDUSP, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. São Paulo: Edusp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão [Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Morais. 3a Ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 30a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005a.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIDDENS, Anthony. **O Estado- Nação e a Violência**: Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manicônios, Prisões e Conventos**, São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João. **A Nova Sociologia Econômica**: uma antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003

\_\_\_\_\_. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. Tradução de Cristina Yamagami e revisão técnica de Maurício C. Serafim. **RAE Eletrônica**, Fundação Getúlio Vargas, vol. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

GRECO, Rogério. **Manual de Direito Penal**. Vol I. São Paulo: Saraiva: 2006.

JOZINO, Josmar. **Cobras e Lagartos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

HANNEMAN, Robert A; RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMIEUX, Vincent, OUIMET, Mathieu. **Análise Estrutural das Redes Sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um**: uma história do Comando Vermelho. 2.ed.- São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

LOPES JÚNIOR., Edmilson. Os cangaceiros viajam de *Hilux*: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. In: **Cronos**. Natal, V. 7, No 2, Jul/Dez 2006.

\_\_\_\_\_. Redes Sociais do Crime Organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24, no 69. Fevereiro de 2009. p. 54-69.

\_\_\_\_\_. A NES e os mundos morais do crime e da corrupção no Brasil. Rio de Janeiro. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT Sociologia Econômica. Julho de 2009a (*mimeo*).

LUISI, Luiz. **Os Princípios Constitucionais Penais**. 2ª Ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Frabris Editor, 2002.

MACHADO, Luiz Alberto. **Direito Criminal**: Parte Geral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MAIA, Clarissa Nunes (Org). **História das Prisões no Brasil**: volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. As Redes Sociais Importam para a Pobreza Urbana? In: **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 52, No 02, 2009.

MARQUES, Rafael, PEIXOTO, João (ORG). **A Nova Sociologia Económica**: uma antologia. Prefácio de Richard Swedberg. Lisboa: Celta Editora, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de Redes Sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. In: **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, Jan./abr. 2001.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. In: **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(1), p. 157-175, maio de 1999.

MELOSSI, Dario, MASSIMO, Pavarini. **Cárcere e Fábrica**: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2006. (Pensamento Criminológico, v. 11).

MINAYO, Maria Cecília de S., A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), p. 07-18, 1994.

MIRABETTE, Julio Fabbrini. **Direito Penal**: Parte Geral (Arts. 1º a 120 do CP). 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOLINA, Antonio García-Pablos de, GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. Introdução a seus fundamentos teóricos. 5ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, Edmundo. **O futuro alternativo das prisões**. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

OTERO, Juan Manuel. A hipocrisia e a dor no sistema de sanções do direito penal. In: **Discursos Sediciosos**: crime, direito e sociedade. Ano 11, números 15/16. 1º 2º semestres de 2007. p. 45-64.

PARSONS, Talcott; SHILL, Edward A. A interação social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 12. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

PEIXOTO, João (Org). **A Nova Sociologia Econômica**: uma antologia. Prefácio de Richard Swedeberg. Lisboa: Celta Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. A Construção Social da Corrupção. In: **Política e Sociedade**. No 9, outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, Vol 1, p. 201-233, 1983.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO, Roberto. **Crime Organizado e Sistema Prisional**. São Paulo: Atlas, 2007.

RADOMSKY, Guilherme, SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais nos processos locais de desenvolvimento. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n. 2, maio/ago. 2007.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. In: **Política e Sociedade**. No 06, abril de 2005.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**: volume I. São Paulo: Record, 1981.

\_\_\_\_\_. **Memórias do Cárcere**: volume II. São Paulo: Record, 1981a.

RITZER, George. **Teoría sociológica contemporánea**. Traducción de Maria Teresa Casado Rodrigues. Madrid: McGraw-Hill, 1993.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária**: estatuto jurídico do recluso e da socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico**: uma guerra na guerra. São Paulo: Desatino, 2003.

RUSCHE, Georg, KIRCHHEIMER. **Punição e estrutura social**. 2ª ed. Tradução, revisão técnica e nota introdutória de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: ICC/Ed. Revan, 2004.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan/jun. 2004.

SILVA, Vanderlan Francisco. **Conflitos e violência no universo penitenciário brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SMELSER, Nell J. **A Sociologia da vida econômica**. Tradução de Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, MIRANDA, Dayse, BORGES, Dorian. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

SOUZA, Ednilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1), p. 59-70, 2005.

SOUZA, Fatima. **PCC, a facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. A gramática social da desigualdade brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, No 54, fevereiro de 2004.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social da Subcidadania**: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

SOUZA, Percival de. **PCC O Sindicato do crime**. São Paulo: Ediouro, 2006.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDEBERG, Richard. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. Tradução de Sergio Miceli. In: **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP. V. 16, No 2, novembro de 2004.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquête Operária**. 5a Ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIBUNA DO NORTE. **MP flagra irregularidades na Penitenciária de Alcaçuz**. Caderno Natal. 01 de Julho de 2006. <  
<http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=14878>> Acessado em 28/10/2007.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas**: Estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F.Bastos, Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. Rumo à militarização da marginalidade urbana. In: **Discursos Sediciosos**: crime, direito e sociedade. Ano 11, números 15/16. 1<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> semestres de 2007. p. 203-220.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. Ciudad del Mexico: Fondo del Cultura Económica, 1996.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, Maio de 1997. p. 5-42.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Almir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revam, 1991.

ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_, NORONHA, José C., ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), p. 213-217, 1994.

**ANEXOS**

## ROTEIRO DE ENTREVISTA: APENADO

1. Como foi sua infância e o convívio com sua família?
2. Quando e como foi sua primeira prisão?
3. A partir deste momento, como ficou sua relação com a família?
  - 3.1. A família lhe visita?
  - 3.2. Quem?
  - 3.3. O que lhe trazem?
4. Chegou a trabalhar?
  - 4.1. Possui emprego com carteira assinada, etc.?
  - 4.2. Em que?
  - 4.3. Como foi?
5. Depois do cumprimento da primeira pena (se houve outra), conseguiu voltar para o mercado de trabalho?
  - 5.1. Hoje cumpre pena pelo que?
6. Obteve algum benefício ou aprendizado aqui?
7. Já cumpriu pena em outros lugares?
  - 7.1. Onde?
  - 7.2. Como foi?
8. Como é a relação com a sua família nesse período?
  - 8.1. Recebe visitas?
  - 8.2. Como são?
9. Recebe alguma ajuda aqui?
  - 9.1. De quem?
  - 9.2. Como se dá?
10. Como é seu dia-a-dia aqui?
11. Você tem amigos, colegas, parceiros aqui?
  - 11.1. Quem são?
  - 11.2. Como é sua relação com eles?
  - 11.3. Quais são suas afinidades?
12. Como é sua relação com seus colegas de pavilhão?

- 12.1. Quem são?
- 12.2. Como é sua relação com eles?
- 12.3. Quais são suas afinidades?
13. Como é a sua relação com seus colegas de cela?
14. Existe algum líder em seu pavilhão?
  - 14.1. Como é sua relação com ele?
15. Existe algum líder em sua cela?
  - 15.1. Como é sua relação com ele?
16. Em geral, sobre o que vocês conversam no dia-a-dia?
17. Como é o contato com presos de outras celas?
  - 17.1. Ou de outros pavilhões?
18. Como é o seu banho de sol?
19. Usa drogas?
  - 19.1. Quais?
  - 19.2. A droga lhe ajuda a cumprir a pena de alguma maneira?
20. Já sofreu ou sofre alguma violência ou punição?
  - 20.1. Que tipo?
  - 20.2. Quem fez isso?
  - 20.3. Por quê?
22. Recebe visitas íntimas?
  - 22.1. De quem?
  - 22.1. Como elas são?
23. Recebe mais algum apoio?
  - 23.1. De quem? (pastoral carcerária, evangélicos, OAB, etc.)
24. Como é a relação com os carcereiros (agentes penitenciários)?
25. Algo você precisa aqui, quem lhe ajuda?
26. Como é a convivência com a direção?
27. Você chegou a exercer ou exerce algum trabalho ou função aqui?
  - 27.1. Que tipo?
  - 27.2. Como é o seu dia-a-dia no trabalho?
28. Como é sua relação com a guarda?
29. Já sofreu algum tipo de violência?
  - 29.1. Qual?
  - 29.2. Por quê?

30. Existe alguma aliança, amizade?
  - 30.1. Como ela se dá?
  - 30.2. Com quem é?
31. Pertence a algum grupo ou facção?
  - 31.1. Qual?
  - 31.2. Como é sua convivência nesse grupo?
  - 31.3. Quem o lidera?
  - 31.3. Como é sua relação com a liderança?
32. Pratica alguma religião aqui?
33. Foi preso por \_\_\_\_\_, como é a relação com os que entram por outros crimes?
34. Exerce algum tipo de liderança?
  - 34.1. Qual?
35. Vivenciou alguma rebelião?
  - 35.1. Como foi?
36. Tem algum plano para o futuro?
  - 36.1. Algum trabalho?
  - 36.2. Família?
37. Há ou houve algum momento feliz?